



Roberto Medeiros Neves

**Escola e cidade: discursos sobre a massificação da escola
básica e a segregação urbana**

Dissertação de Mestrado

Dissertação apresentada como requisito parcial para a obtenção do grau de mestre em Ciências Sociais pelo programa de Pós-graduação em Ciências Sociais da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

Orientador: Prof^o. Marcelo Tadeu Baumann Burgos

Rio de Janeiro
2020



Roberto Medeiros Neves

**Escola e cidade: discursos sobre a massificação da escola
básica e a segregação urbana**

Dissertação de Mestrado

Dissertação apresentada como requisito parcial para a obtenção do grau de mestre em Ciências Sociais pelo programa de Pós-graduação em Ciências Sociais da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

Prof. Marcelo Tadeu Baumann Burgos
(Orientador)

Departamento de Ciências Sociais PUC-Rio

Prof.^a Maria Sarah da Silva Telles
Departamento de Ciências Sociais PUC-Rio

Prof.^a Mônica Dias Peregrino
Departamento de Ciências Sociais UNIRIO

Rio de Janeiro
2020

Todos os direitos reservados. A reprodução, total ou parcial, do trabalho é proibida sem autorização da universidade, da autora e do orientador.

Roberto Medeiros Neves

Graduou - se em Ciências Sociais na Universidade Federal Fluminense (bacharelado e licenciatura) em 2017. Participou de 2015 2017 do Programa de iniciação à docência (PIBID). cursou mestrado em ciências sociais na PUC-Rio, onde também participou do núcleo de estudos sobre educação e cidade. Participou da organização do prêmio Marielle Franco de arquitetura e urbanismo (2019) e pesquisa do Banco Central em parceria com a PUC-Rio

Ficha Catalográfica

Neves, Roberto Medeiros

Escola e cidade: discursos sobre a massificação da escola básica e a segregação urbana. / Roberto Medeiros Neves: orientador: Burgos, Marcelo. Rio de Janeiro: PUC, Departamento de Ciências Sociais, 2020.

113 f. Il. 29,7 cm

1-Dissertação (mestrado) - Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Departamento de Ciências Sociais

1-Informática (teses). 2-cidades. 3-segregação espacial. I. Burgos, Marcelo (Marcelo Burgos). II. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro Departamento de Ciências Sociais. III. Título

CDD:04

AGRADECIMENTOS

Agradeço aos meus pais por terem me incentivado a estudar e me ensinado a ter caráter, persistência e disciplina. Sou agradecido igualmente por terem apoiado a minha escolha de curso e profissão e por terem sustentado meus estudos durante meu curso de graduação.

Agradeço a minha companheira, noiva e amiga que me estimulou para que eu seguisse em frente o curso, mesmo nos momentos mais difíceis em que pensei em desistir.

Agradeço ao meu filho que me proporcionou conhecer uma nova e inexplicável forma de amar.

Agradeço a minha avó paterna, a única que ainda tenho o privilégio de conviver comigo, por me incentivar sempre e me ajudar nos momentos mais difíceis.

Sou agradecido igualmente ao meu orientador, diretor do departamento de Ciências Sociais e professor Marcelo Burgos pela sua atenção, empenho e amor ao trabalho que faz, seja na orientação, na produção de trabalhos acadêmicos, na sala de aula ou na direção.

Também agradeço a todos os meus colegas do Núcleo de estudos sobre educação e cidade, coordenado pelo professor Marcelo Burgos, que me ajudaram a construir uma base bibliográfica mais consistente para escrever a dissertação e contribuíram para um melhor desenvolvimento na análise de questões a respeito da cidade e sobre a escola.

Agradeço a todos os funcionários da universidade, do restaurante universitário, segurança, limpeza e manutenção, que colaboram diariamente para o funcionamento da universidade.

Agradeço a todos os amigos que cultivei na universidade durante nesse período, e a todos que caminharam juntos comigo para que eu continuasse seguindo meu sonho.

RESUMO

Neves, Roberto Medeiros. **Escola e cidade: discursos sobre a massificação da escola básica e a segregação urbana.** Rio de Janeiro, 2020. 113 p. Dissertação de Mestrado – Departamento de Ciências Sociais, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

Esta dissertação procura analisar a relação entre o arranjo espacial das grandes cidades e a escolarização dos jovens. Nesse sentido, busca compreender melhor os efeitos dos processos que permeiam a configuração socioespacial urbana sobre a socialização das crianças e jovens na escola. Passando pelas primeiras formas de moradias populares urbanas surgidas na Inglaterra até as novas formas de segregação urbana em que estão inseridas as cidades metropolitanas brasileiras, esse trabalho buscou discutir os fenômenos urbanos que alteram a organização espacial e as consequências produzidas no espaço urbano brasileiro contemporâneo. Buscando um melhor entendimento sobre a especificidade do caso brasileiro, esse trabalho procura dissertar a respeito dos processos históricos e sociais que estruturam o projeto de cidade no Brasil. Assim como, tem a pretensão de examinar os movimentos e dinâmicas sociais e históricas que alteram o formato, o modelo, o objetivo, o público, e o entendimento social a respeito do processo educativo no país.

PALAVRAS-CHAVE:

Cidade; segregação urbana; educação; escola; favelas.

ABSTRACT

Neves, Roberto Medeiros. **School and city: discourses on the massification of the basic school and urban segregation.** Rio de Janeiro, 2020. 113 p. Dissertação de Mestrado – Departamento de Ciências Sociais, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

This dissertation seeks to analyze the relationship between the spatial arrangement of large cities and the education of young people. In this sense, it seeks to better understand the effects of the processes that permeate the urban socio-spatial configuration on the socialization of children and young people at school. Going from the first forms of urban popular housing that emerged in England to the new forms of urban segregation in which Brazilian metropolitan cities are inserted, this work sought to discuss the urban phenomena that alter the spatial organization and the consequences produced in the contemporary Brazilian urban space. Seeking a better understanding of the specificity of the Brazilian case, this work seeks to talk about the historical and social processes that structure the city project in Brazil. As well as, it intends to examine the social and historical movements and dynamics that alter the format, the model, the objective, the public, and the social understanding regarding the educational process in the country.

KEYWORDS:

City; urban segregation; education; school; shanty towns.

EPÍGRAFE

“As grandes cidades brasileiras vivem em um impasse entre adotar para a cidade princípios reacionários, violentos e excludentes, ou uma transformação radical no ideal, que até então se tinha, de cidade.”

Burgos e Paiva (2007)

LISTA DE ABREVIATURAS

(ACIRPE) Associação de Comércio e Indústria de Rio das Pedras

(AMARP) Associação de Moradores do Rio das Pedras

(CDRU) Concessão de Direito Real de Uso

(IBGE) Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

(IDEB) Índice de Desenvolvimento de Educação Básica

(IPEA) Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

(LDB) Lei de Diretrizes e Bases da Educação

(PRODASEC) Programa Nacional de Ações Sócio-Educativas e Culturais para as Populações Carentes Urbanas

(PRONASEC) Programa Nacional de Ações Sócio-Educativas e Culturais para o Meio Rural

(UPP) Unidade de Polícia Pacificadora

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
CAPÍTULO I – DAS CIDADES INDUSTRIAIS ÀS FAVELAS CONTEMPORÂNEAS	19
1.1 – Das cidades industriais às cidades de favelas.....	20
1.2 – Um tipo de segregação urbana chamado Favela	24
1.3- Novas dinâmicas de maximização da segregação urbana.....	29
1.4 – Dinâmicas contemporâneas dos territórios populares brasileiros	33
1.5 – Conclusão.....	39
CAPÍTULO II – ENTRE A ESCOLA E A CIDADE	41
2.1 – A expansão da escola no Brasil.....	42
2.2 – As dinâmicas escolares impostas pelo fenômeno de segregação espacial em cidades latino-americanas	57
2.3 – A escola enquanto instituição social	61
2.4 – Existe uma escola “justa”?	64
2.5 – Conclusão.....	68
CAPÍTULO III – MERCADO E FAVELA	71
3.1- Entre o legal e o ilegal	72
3.2- Dinâmicas atuais do espaço urbano.....	82
3.3 – Mercado Imobiliário e criminalidade	94
3.4 – A educação entre os muros da cidade.....	99
3.5- Conclusão.....	102
CONSIDERAÇÕES FINAIS	106
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:	111

INTRODUÇÃO

Atualmente as grandes cidades tem se transformado de maneira rápida e acelerada. Assim como, enfrentam fenômenos sociais cada vez mais complexos que emergem no coração das metrópoles ao redor do mundo e alteram a forma como os indivíduos se relacionam no espaço citadino.

Estudos recentes apontam para existência de uma nova dinâmica das relações sociais nas cidades brasileiras e de um novo modelo de ocupação do espaço urbano. Nesse sentido, meu objeto de estudo consiste em desvendar os processos contemporâneos que afetam as grandes metrópoles para refletir como essas mudanças de caráter social e urbano podem afetar a escola e o processo de aprendizagem das crianças e jovens.

A partir da década de trinta a aposta de investimento na industrialização em território brasileiro levou a uma série de mudanças na configuração espacial do país. Até o período conhecido como Primeira República, o Brasil possuía um caráter espacial predominantemente agrário e rural. No entanto, concomitante ao fim desse período, emerge uma nova sociedade de caráter mais urbano e um novo conjunto de políticas públicas que visavam investimento massivo em indústrias de base, o país passa por uma transformação primária na configuração de suas cidades.

Um movimento histórico que ilustra bem esse processo foi o aumento acentuado do êxodo rural em solo brasileiro, como exemplo das migrações do Nordeste com destino para a cidade industrial de São Paulo. Movimento conhecido também pelas péssimas condições de transporte que levavam os antigos moradores rurais para a cidade. O Pau-de-Arara¹, transporte irregular e marcado pelas péssimas condições de locomoção e segurança, era único meio de locomoção possível para os viajantes

¹Pau de arara é o nome dado a um meio de transporte irregular, e ainda utilizado no Nordeste do Brasil. Consiste em adaptar caminhões para o transporte de passageiros, constituindo-se em substituto improvisado para os ônibus convencionais, usa-se também para vender frutas. O termo pau de arara designa uma vara utilizada no interior do país para o transporte de araras, papagaios e outros pássaros. Segundo o folclorista Câmara Cascudo, o termo migrou para designar o meio de transporte improvisado em razão da algazarra feita pelas aves, similar à dos passageiros que usam tal veículo, em precário arranjo, promiscuidade e desasseio. Sobre a carroceria do veículo são colocadas tábuas, que servem de assento, e a instalação de uma lona como cobertura a proteger das intempéries completam a adaptação deste para o transporte.

Disponível em: [https://pt.wikipedia.org/wiki/Pau_de_arara_\(transporte\)](https://pt.wikipedia.org/wiki/Pau_de_arara_(transporte))

nordestinos que buscavam nas metrópoles do sudeste melhores oportunidades de trabalho.

Com o aumento do número de pessoas residentes das cidades, algumas demandas se mostraram incontornáveis para o poder público ao longo do tempo, como saúde, saneamento básico, moradia e educação. No presente trabalho tentarei problematizar a trajetória da estrutura educacional do país, a partir dos processos de massificação da educação e do aumento do número de favelas nas cidades brasileiras.

Ribeiro (2010) faz um levantamento histórico dos estudos e trabalhos que tiveram como objeto de pesquisa, de forma geral, a educação e a sociedade. Nessa pesquisa, constrói um mapa dos estudos na área educacional do Brasil, e nos mostra que a primeira geração de estudos na área educacional busca ressaltar a incapacidade da escola em anular ou ao menos minimizar as desigualdades promovidas pelas origens socioeconômicas das crianças e jovens.

Grandes pesquisas foram feitas no contexto do pós-guerra financiados por governos que almejavam não só ampliar, mas também transformar seus sistemas educacionais. O relatório de surveys, como exemplo do Coleman Report², gerou certo estremecimento no meio acadêmico por constatar a incapacidade da escola em promover condição de mobilidade social, ou seja, de classe.

Dessa maneira, os resultados apontaram para a escola, naquele momento, como uma instituição incapaz de reverter os efeitos da origem familiar, socioespacial e socioeconômica dos alunos, que serão abordados no primeiro capítulo do presente trabalho.

Na contramão da primeira, uma segunda geração de estudos nessa área de conhecimento tentou apresentar a escola com um caráter de transformação sobre os resultados escolares. Ou seja, a escola não seria impotente no sentido de tentar reduzir

²**Relatório Coleman** foi um estudo influente e controverso, publicado pelo governo dos EUA em 1966, sob o título Igualdade de Oportunidades Educacionais. O relatório de co-autoria foi baseado em uma extensa pesquisa de oportunidades educacionais (a amostra nacional incluiu quase 650.000 alunos e professores em mais de 3.000 escolas), foi mandatada na Lei dos Direitos Cívicos de 1964 e foi dirigida pelo sociólogo James Coleman.

Disponível em: <https://www.encyclopedia.com/social-sciences/dictionaries-thesauruses-pictures-and-press-releases/coleman-report&prev=search>

as desigualdades sociais, pelo contrário, ela possui total capacidade de produzir resultados diferentes.

A terceira geração de estudos voltada para a esfera educacional é marcada pelo casamento entre as abordagens da sociologia urbana e da sociologia da educação para pensar os possíveis reflexos dos contextos sociais circunscritos em uma organização social do território específica sobre as condições efetivas de escolarização das crianças e jovens. (RIBEIRO e KOSLINKI, 2010).

Essa última e atual geração centra seus estudos, na sua maioria, nos efeitos que a escola promove nos indivíduos em detrimento de tratar como os efeitos dos contextos sociais de natureza não escolares, como família e bairro de origem atingem esses jovens estudantes.

Em terreno brasileiro, desde o início do século atual, surgiram alguns estudos que buscaram uma correlação entre as desigualdades educacionais e a segregação residencial, característica das grandes cidades. Esses estudos têm centralizado seu objeto em torno das desigualdades educacionais dentro da cidade, em detrimento das disparidades inter-regionais e intermunicipais.

A transformação na configuração do espaço urbano nos últimos vinte anos gerou mudanças em relação ao tipo de moradia e a distribuição espacial das residências na cidade. Dados apontam para um crescimento vertiginoso de aglomerados subnormais (Censo IBGE, 2010) em grandes cidades brasileiras, em especial, Belo Horizonte, Rio de Janeiro e São Paulo.

Grandes contingentes populacionais migraram de espaços rurais dos Estados da federação para as grandes cidades brasileiras que emergiam, principalmente nas capitais dos Estados. Esse aumento no número da população urbana nas últimas décadas acarretou em um fenômeno novo, o da favelização, que remete no primeiro momento à construção de moradias em áreas precárias e periféricas da cidade com carência de uma série de serviços básicos.

Com essa mudança na espacialidade do quadro social nas grandes cidades, a escala da violência nas grandes cidades toma outra dimensão. Tendo como objeto de observação a questão do aumento da violência nas grandes cidades, o historiador Luiz Mir (2004) cunhou a expressão “metrópoles da morte”.

Esse conceito remete às cidades em que a taxa de homicídio dobrou em vinte anos e em um período de quatro anos a média da taxa de vítimas de homicídios nas regiões metropolitanas foi de 46,7 vítimas por 100 mil habitantes, marca numérica que

supera de forma grave a média nacional. Esses dados servem para ilustrar a escalada da violência urbana nas últimas décadas, especialmente nas grandes cidades do país.

Recentemente, os dados a respeito de homicídios por cem mil habitantes nos estados federativos foram produzidos novamente pelo IPEA. No caso do Rio de Janeiro, os números mostram que nos últimos dez anos houve dois movimentos distintos nos números referentes às taxas de homicídios. O primeiro é demarcado até o ano de 2012, onde podemos notar, mesmo que tímida, uma redução nesses índices.

A partir de 2012, em um segundo momento, o aumento de violência em solo carioca é demonstrado pelos números que apontam para as taxas de homicídio voltam a subir nos anos seguintes. (Fonte: IBGE/Diretoria de Pesquisas. Coordenação de População e Indicadores Sociais. Gerência de Estudos e Análises da Dinâmica Demográfica e MS/SVS/CGIAE - Sistema de Informações sobre Mortalidade - SIM. O número de homicídios na UF de residência foi obtido pela soma das seguintes CIDs 10: X85-Y09 e Y35-Y36, ou seja: óbitos causados por agressão mais intervenção legal. Elaboração DIEST/IPEA e FBSP).

As disparidades regionais nos servem como ponto de reflexão para uma série de questões sobre a relação entre escola e espaço social, território. Dados da pesquisa apontaram que em quatro das cinco regiões do Brasil a taxa de homicídio é maior nos municípios metropolitanos. O que mostra que as cidades onde a pobreza está concentrada espacialmente, ou seja, os municípios onde as classes populares moram em periferias e habitações precárias apresentam taxas de homicídios mais elevadas.

Talvez seja possível, fazer uma correlação entre municípios metropolitanos e a presença de armas de fogo nesses espaços. Dessa forma, parece que as mortes violentas, geralmente, por armas de fogo, que são mais presentes nas regiões metropolitanas possuem relação direta com o acesso, ainda que proibido, de armas de fogo nas regiões metropolitanas brasileiras.

No Brasil, Cerqueira (2014) mostrou evidências de que a cada 1% a mais de armas de fogo em circulação há um aumento de 2% na taxa de homicídio. Resultados qualitativamente idênticos foram obtidos em duas teses de doutorado na EPGE/FGV e na USP, onde os autores utilizaram métodos quantitativos também sofisticados. Além disso, nesses trabalhos não se verificou qualquer relação da difusão da arma de fogo com a diminuição de crimes contra o patrimônio. Cerqueira e De Mello (2013) encontraram que se não fosse o Estatuto do Desarmamento, a taxa de homicídio teria aumentado 12% acima da verificada, entre 2004 e 2007.

O mesmo levantamento de dados mostra que municípios que não estão inseridos na região metropolitana tiveram maiores médias no IDEB que municípios interligados à região metropolitana. Se partirmos do pressuposto que as “metrópoles da morte” estão, assim como diz em sua nomenclatura, inseridas, em uma região metropolitana, podemos pensar a relação da condição de violência nas cidades de regiões metropolitanas com o desempenho escolar.

Portanto, o desempenho escolar, nesse sentido pode ser pensado em relação com dois elementos particulares das cidades metropolitanas: os altos índices de homicídio e as condições de precariedade nas residências dos bairros onde as classes populares moram.

Para além das altas taxas de homicídios, que são vivenciadas no cotidiano pelos moradores de cidades inseridas nas regiões metropolitanas, a segregação social, que remete à separação e a exclusão de camada social específica para periferias e favelas tem influência direta no processo de escolarização dos jovens nesses espaços.

A escola, em sua essência, como uma instituição social funcionava como um espaço de socialização e da difusão de valores civilizados e democráticos, como por exemplo, da ideia do bem comum e social. A perspectiva funcionalista e consensual da educação na obra de Durkheim (1952) ilumina a perspectiva de uma educação voltada para o desenvolvimento dos indivíduos e principalmente, da sua inserção nos acordos sociais que irão agir coercitivamente sobre eles.

No entanto, a escola republicana na qual Durkheim pensou no início do século passado, que abrigava os diferentes indivíduos para promoção da ideia do comum, não era penetrada por uma série de fenômenos sociais, sobre os quais, já comentei brevemente. A violência urbana nos moldes contemporâneos, manifestada não apenas, mas também, pelos altos índices de criminalidade, em especial de homicídios é um dos processos que não atormentavam a sociedade e o período histórico em que vivia o pensador clássico da Sociologia.

Tampouco convivia com a segregação urbana pelo menos da forma que conhecemos atualmente, com espaços marginalizados, onde as taxas de homicídios são assustadoras e onde os indivíduos não possuem amparo por parte do Estado em garantir seus direitos previstos na Constituição Federal.

Rezende de Carvalho (2002) utiliza o termo “direito a ter direitos” para designar essa dicotomia presente nas grandes cidades metropolitanas que garante a uma parcela

da população os direitos previstos na Constituição Federal, ao mesmo tempo em que exclui a outra parcela dos direitos previstos em leis federais.

Dessa forma, a espacialidade, ou seja, o bairro, onde os indivíduos residem, pode ser sustentado por direitos ou, ao contrário, ser uma parte da cidade que é escassa de direitos, onde os indivíduos não possuem efetivamente os seus direitos constitucionais ao seu alcance.

Esses processos de separação no seio da sociedade, comum às cidades metropolitanas no país, estremece a ideia de uma escola que abriga diferentes indivíduos, de diferentes origens sociais. Isso porque, nas cidades onde os mais pobres estão segregados espacialmente as escolas acabam por ficar restritas em atender um público mais homogêneo de acordo com o território onde se localizam.

Para Soares (1997) existem duas consequências de comportamento das classes populares geradas pelas mudanças na configuração espacial. A primeira é que a condição da pobreza, do desamparo, da precariedade de estrutura social é encarada como se fosse reflexo da incapacidade dos pobres em enfrentarem novas condições sociais. A segunda remete a uma espécie de “redução da hierarquia sem nenhum tipo de mutualidade tradicional”, que consiste na modificação da visão da classe popular em relação à sua estrutura vertical formal e padrão.

De modo preliminar e superficial, essa dualidade na visão de mundo dos indivíduos oriundos de classes populares parece levar a um tipo de “individualismo hobbesiano”, onde o meio para se obter recursos, benefícios, proteção e honra consiste no uso da força. Esse individualismo levaria a uma “guerra de todos contra todos” e a uma incapacidade total de integração social e promoção da ordem.

Por outro lado, não seria propriamente um individualismo hobbesiano uma vez que os indivíduos aparentam estarem em uma condição de desagregação social, manifestando-se como uma multidão. Tal multidão, desorganizada, não é passível de criar um sentimento de identidade tampouco de se construir valores compartilhados em comunidade, capazes de agregar e socializar os indivíduos em sociedade.

Desse modo a condição urbana das metrópoles brasileiras parece ir de encontro a uma sociedade que consolida a democracia e homogeneiza os valores e as crenças republicanas. Ou seja, mesmo que o número de vagas ofertadas na escola básica tenha aumentado, como veremos a seguir, não é capaz de diminuir as desigualdades sociais no Brasil.

No presente trabalho tem o objetivo de um debate teórico sobre a configuração espacial das cidades, passando pelas primeiras formas de moradia popular surgidas na Inglaterra até as novas formas de segregação urbana em que estão inseridas as cidades metropolitanas.

Tendo como ponto de partida central para esse trabalho a hipótese de que a Sociologia Urbana Clássica entende a educação escolar como um fenômeno que acompanha o desenvolvimento da urbanização e da indústria. Enquanto no caso específico do Brasil essa ligação não se mostra tão direta, por dois motivos.

O primeiro é pelo fato da indústria chegar tardiamente no país, e por ter se concentrado em algumas localidades particulares no território nacional. Segundo porque, mesmo em cidades como São Paulo, onde a indústria teve um papel de ordenamento social na segunda metade do século passado, a escola não acompanha a passagem para a modernidade com o desenvolvimento da indústria moderna e das novas relações de trabalho.

Para isso propus uma análise a partir de dois tipos ideais de processo de modernização do espaço urbano, um que observa a passagem para a modernidade, como objeto do desenvolvimento fabril e urbano do espaço. E outro, que entende a educação escolar e os processos que constituem a passagem para uma sociedade moderna e republicana desconectados da dinâmica industrial.

Desse modo, no primeiro capítulo, discorri sobre a condição de ocupação do espaço dentro da metrópole presente nas grandes cidades brasileiras, fornecendo devida atenção aos processos de segregação social e violência urbana observados nesses espaços.

Na primeira parte do capítulo me permiti fazer uma retomada histórica que remonta desde às primeiras formas de moradia urbana datadas no contexto pós-revolução industrial até as favelas contemporâneas. Para descrever o padrão de residência típica do trabalhador industrial inglês em meados do século XIX vou resgatar o trabalho clássico de Friederich Engels, *A situação da classe trabalhadora na Inglaterra*.

Na seção dois utilizo dados do IBGE sobre habitações informais e violência no Brasil, com o propósito de delimitar o conceito “favela” para elucidar a reflexão sobre as formas de organização habitacional no Brasil e os processos que nelas estão imbricados.

Na seção três, articulo a bibliografia de autores internacionais que tratam da questão das cidades a partir do elemento da segregação urbana observada nas grandes metrópoles ao redor do mundo.

Na seção final procuro mobilizar autores brasileiros contemporâneos que tratam da penetração da lógica de mercado e do confronto armado, nos quais, as periferias são submetidas nas grandes cidades brasileiras. Considero essa bibliografia importante para a dissertação por denotar de forma sensível uma transformação na noção de pobreza, de criminalidade e de mercado nos territórios populares nos últimos anos. Além disso, tem a capacidade de traduzir para território nacional, marcado por periferias, moradias precárias e altos índices de criminalidade nas cidades o debate sobre segregação urbana.

Com base nos dados trazidos no primeiro capítulo, com mais clareza sobre a configuração espacial das cidades brasileiras e com mais nitidez a respeito da condição social de pobreza urbana, que está ligada às dinâmicas de segregação social e de criminalidade nesses territórios, outra hipótese que levanto no presente trabalho é de que a escola passa a ocupar um lugar central na gestão da pobreza no Brasil.

A escola pública que acompanha um processo de desenvolvimento urbano apartado da industrialização passa a ser creditada como uma instituição capaz de não resolver, mas, ao menos reduzir as mazelas sociais como a pobreza. Mas não por promover uma socialização igualitária republicana, mas ao contrário, por ter um papel central na relação com a classe popular no país.

No segundo capítulo, trabalho a questão da educação de forma mais direta, para problematizar os efeitos produzidos na massificação da escola dentro de territórios segregados nas metrópoles. Entendendo que há diversidade entre os processos de aprendizagem e escolarização em diferentes localidades dentro das grandes cidades, dependendo da sua possível inserção em territórios segregados e violentos.

Para essa etapa do trabalho mobilizo a bibliografia de autores do campo da Sociologia que pensam a escolarização das crianças e jovens a partir do território no qual estão inseridos dentro da cidade e, conseqüentemente, do modelo de escolarização que resulta das relações sociais nesses espaços.

Faço um diálogo entre autores nacionais e estrangeiros que tratam da relação escola e cidade para pensar os efeitos da segregação urbana na escola e na vida desses jovens. Assim como, para questionar as disparidades no acesso à escolarização entre jovens moradores de diversas localidades de uma mesma cidade ou metrópole.

Introduzo o capítulo apresentando uma rápida passagem que busca inserir o tema levantando alguns dados sobre a inserção dos jovens na escola brasileira contemporânea. Nessa primeira seção vou oferecer devida atenção ao processo de massificação da escola, enfatizando a ampliação do acesso à escolarização no Brasil.

Na segunda seção do segundo capítulo levantei trabalhos de autores que tem como objeto de pesquisa cidades latino-americanas a fim de contrastar com o caso brasileiro e extrair possíveis interpretações, sendo assim, trago novamente a discussão da relação entre escola e território para solo brasileiro para analisar os impactos da massificação e do consequente prolongamento da escolarização dos jovens nas últimas duas décadas.

Na terceira seção discuto a respeito do papel clássico da escola enquanto instituição social a fim de pensar como o processo educativo contemporâneo pode contemplar o ideal clássico da escola. Na quarta seção, ampliei a discussão sobre a escola para pensar a respeito da possibilidade de uma escola justa, fundada nos princípios meritocráticos em sociedades tão desiguais, como o caso da brasileira.

No terceiro capítulo aprofundo a discussão sobre a nova forma de segregação urbana que circunda as grandes cidades brasileiras, em especial Rio de Janeiro e São Paulo. Tendo em vista que no caso brasileiro, a partir do trabalho de Teresa Caldera na obra *A cidade de Muros*, é possível pensar em uma nova forma de segregação urbana que é marcada por fragilizar a vida associativa, ou seja, responsável por abalar a dinâmica da vida em comunidade.

Partindo do ponto de análise da autora, que articula diversos elementos para compreender os novos processos que atuam e transformam as relações sociais metropolitanas, mobilizarei outros autores que tratam das novas formas de ocupação e habitação do espaço urbano brasileiro a fim de problematizar as relações sociais entre os diversos grupos que vivem nas cidades nos espaços público e privado.

A sociabilidade existente nas cidades aparenta ter sido profundamente transformada na última década, principalmente, nos territórios populares. Minha proposta para o terceiro capítulo foi abrir o debate teórico a respeito das novas dinâmicas que penetram nos espaços urbanos, tendo em vista que coincidem com a massificação da escola e consequentemente do alcance aos moradores de territórios segregados para pensar os efeitos dessas mudanças na escola atual, massificada.

CAPÍTULO I – DAS CIDADES INDUSTRIAIS ÀS FAVELAS CONTEMPORÂNEAS

Neste capítulo irei discutir sobre a configuração espacial das habitações no espaço urbano, mobilizando autores que pensaram o tema. Farei um apanhado histórico desde as primeiras formas de moradia nas cidades industriais, até autores que articulam elementos contemporâneos, como exemplo da criminalidade e do mercado na análise do espaço urbano.

Para conhecer as raízes sociais do fenômeno da urbanização, ou seja, da sua dinâmica de apropriação do espaço da cidade por diversos grupos sociais, é necessário levantar alguns teóricos que problematizaram a ocupação do espaço urbano em diferentes períodos da história das cidades modernas.

Na introdução do capítulo vou percorrer sobre as cidades industriais inglesas, uma vez que considero que consistem na primeira forma de ocupação do espaço urbano pelas distintas classes sociais, da burguesia e do proletariado. Nesse sentido, acredito ser de extrema importância trazer o trabalho de Friedrich Engels sobre as condições de habitação no espaço urbano da classe trabalhadora na Inglaterra nos anos que sucedem a Revolução Industrial.

No primeiro subitem, vou discutir a configuração espacial das cidades industriais, voltando a minha atenção para as condições de moradias da classe trabalhadora ainda no século XIX. Para isso, vou mobilizar alguns fragmentos do texto de Engels que descrevem de maneira minuciosa o padrão de moradia dos trabalhadores ingleses no período.

No segundo subitem, irei abrir à discussão para as formas mais recentes de ocupação do espaço urbano, comentadas por autores como Zygmund Bauman e Mike Davis. Essas análises oferecem atenção para o processo de segregação urbana em cidades ao redor do mundo que acarretam na dispersão espacial desigual entre diferentes grupos sociais.

Na terceira seção, vou apresentar a favela como um tipo de segregação particular, além de delimitar conceitualmente o conceito de favela no contexto brasileiro, uma vez que possui conotação diferente em outros países do mundo. No último subitem, mobilizarei autores que tratam da questão da segregação urbana brasileira, introduzindo novos fenômenos que transformam o significado das relações

sociais nos territórios populares.

1.1 – Das cidades industriais às cidades de favelas.

As cidades modernas surgem nos anos que sucedem à Revolução Industrial, especialmente na Inglaterra, na cidade de Londres. As cidades, enquanto espaços urbanos, que contam com relativa concentração de pessoas, e com alguma atividade de mercado, existe desde a Antiguidade, tendo existência datada na Grécia Antiga, no entanto não estavam ligadas a uma dinâmica de caráter industrial.

Enquanto no modelo de produção servil, com características agrárias, não existe a separação espacial nítida entre servo e senhor, no modelo de produção industrial capitalista, há uma separação clara entre o trabalhador e o proprietário. Na realidade, essa separação não está diretamente relacionada à distância física entre a moradia de um grupo social e de outro, mas às condições que o modelo produtivo impõe para as diferentes classes sociais. (ENGELS, 2010)

As moradias dos trabalhadores a partir da Revolução Industrial em Londres, espacialmente, mas também em Manchester ou em Birmingham tinham estruturas precárias, com condições inadequadas de habitação. Habitação, sem dúvida, será meu foco analítico ao longo desse capítulo, mas não poderia deixar de mencionar as péssimas condições salariais sob a forma não apenas de habitação, mas de vestuário e alimentação, como descreve Engels em sua clássica obra:

O que é verdadeiro para Londres também é para Manchester, Birmingham e Leeds – é verdadeiro para todas as grandes cidades. Em todas as partes, indiferença bárbara e grosseiro egoísmo de um lado e, de outro, miséria indescritível; em todas as partes, a guerra social: a casa de cada um em estado de sítio; por todos os lados, pilhagem recíproca sob a proteção da lei; (ENGELS, 2010, p.69).

Um fenômeno intrínseco às grandes cidades fabris são os bairros da classe operária, bairros onde habitam os mais pobres, trabalhadores industriais, e que contam com péssimas condições de higiene, circulação de ar e pouco espaço. Desse modo, a cidade moderna industrial se consolidou como forma de organização da vida social, mas, acabou por produzir contradições e desigualdades na dispersão dos indivíduos pela cidade, e na apropriação do espaço por cada grupo social.

Na Inglaterra, esses “bairros de má fama” se estruturam mais ou menos da mesma forma que em todas as cidades: as piores casas na parte mais feia da cidade; quase sempre, uma longa fila de construções de tijolos, de um ou dois andares, eventualmente com porões habitados e em geral dispostas de maneira irregular. Essas pequenas casas de três ou quatro cômodos e cozinha chamam-se cottages e normalmente constituem em toda a Inglaterra, exceto

em alguns bairros de Londres, a habitação da classe operária. (ENGELS, 2010, p.70)

Usualmente, as ruas não são planas nem calçadas, são sujas, tomadas por detritos vegetais e animais, sem esgotos ou canais de escoamento, cobertas de restos de lixo e sujeira que conferem um odor fétido ao local. A circulação de ar na área é precária, devido a uma estrutura irregular do bairro eo número de pessoas que residem nas casas, é fácil imaginar a qualidade do ar que se respira nessas zonas operárias. Além disso, as ruas servem aos varais que, estendidos de uma casa a outra, são usados para secar a roupa, compondo o visual desses bairros fabris ingleses.

A descrição das condições de vida dos trabalhadores ilumina nossa concepção a respeito da configuração espacial das grandes cidades, do fim do século XIX. As cidades inglesas, em especial, eram subordinadas às indústrias, que eram capazes de organizar espacialmente a sociedade no espaço citadino.

O modelo industrial acabou por concentrar os operários em “bairros de má-fama”, que mesmo tendo proximidade com os bairros onde residiam os grandes proprietários das indústrias, tinham total distância a respeito das condições de moradia.

Ao analisar de forma mais aproximada um bairro de classe operária, o Saint Giles, fica evidente que esse bairro abrigava única e exclusivamente esse grupo social. Nesse sentido, o recorte espacial nas grandes cidades pode ser percebido desde os anos seguintes da Revolução industrial, e se tornando um fator de organização e segregação social nos espaços citadinos até os dias atuais.

O autor chama a atenção também para a falta de ordenamento e planejamento existente nesses bairros, seja no que tange às ruas, às vielas ou ao comércio. Da mesma maneira que aponta para uma forma peculiar da comercialização desses produtos, como fica evidente na descrição a seguir.

É uma massa desordenada de casas de três ou quatro andares, com ruas estreitas, tortuosas e sujas, onde reina uma agitação tão intensa como aquela que se registra nas principais ruas da cidade – com a diferença de que, em St. Giles, vê-se unicamente pessoas da classe operária. Os mercados são as próprias ruas: cestos de legumes e frutas, todos naturalmente de péssima qualidade e dificilmente comestíveis, complicam o trânsito dos pedestres e enchem o ar de mau cheiro, o mesmo que emana dos açougues. As casas são habitadas dos porões aos desvãos, sujas por dentro e por fora e têm um aspecto tal que ninguém desejaria morar nelas. (ENGELS, 2010, p.71).

O St. Giles não é o único bairro miserável da cidade industrial de Londres, há ainda outros bairros que são formados por gigantescos labirintos de ruas, onde há milhares de vielas e de becos, onde as casas tem aspecto assustador para qualquer um que ainda possa dispor de uma pequena quantia para pagar uma habitação digna de

humanidade. Não é incomum na cidade inglesa do século XIX encontrar as moradias onde abrigam os trabalhadores em situação de pauperismo próximas das imensas e luxuosas casas dos ricos.

Nas vizinhanças do teatro de Drury Lane – o segundo de Londres – encontram-se algumas das ruas mais degradadas da cidade (Charles Street, King Street e Parker Street), cujas casas são habitadas, dos porões aos desvãos, por famílias paupérrimas. Nas paróquias de St. John e St. Margaret, em Westminster, segundo o *Journal of the Statistical Society*, em 1840, 5.366 famílias de operários viviam em 5.294 “habitações” (se é que a palavra pode ser usada): homens, mulheres e crianças, misturados sem qualquer preocupação com idade ou sexo, num total de 26.830 indivíduos – e três quartos do total dessas famílias dispunham de um só cômodo. (ENGELS, 2010, p.72).

Engels chama a atenção para a condição de miséria habitacional do trabalhador em Londres ainda ser menos infeliz do que a condição de miséria extrema, onde não há nem possibilidade em pagar um valor ínfimo por um quarto ou abrigo. No século XIX, na efervescência da Revolução Industrial na Inglaterra, alguns são os afortunados que podem pagar um abrigo ou alojamento, outros, menos afortunados, acabam dormindo nas ruas de Londres.

Além de precárias condições de higiene, de circulação de ar e de saúde, a concentração de indivíduos nesses espaços também era bem comum, amontoavam-se seis pessoas em um cômodo, independente de sua condição de saúde, faixa etária ou gênero. É comum discutirem, agredirem-se, e quando estão em sossego, é sem dúvida porque estão articulando algum acordo de roubo ou transgressão da lei. (ENGELS, 2010)

Mas vale lembrar que ainda há aqueles que nem por uma cama para dormir podem pagar, e então, dormem nas ruas, esquinas, jardins, casarões abandonados ou em qualquer lugar no espaço urbano, que tenha o mínimo de tempo livre da repressão policial e da possível denúncia dos proprietários londrinos.

Sem dúvida, os escritos do autor marxista relatam as origens do fenômeno intrínseco ao processo da urbanização e do crescimento massivo das cidades: a segregação urbana. Só não poderia prever ainda às margens da grande Revolução Industrial que se desenrolava na Europa, a proporção que esse fenômeno iria adquirir ao longo do século seguinte.

Segundo Mike Davis (2006) a urbanização no planeta tomou uma aceleração mais rápida do que previa o pensamento malthusiano em seu relatório

“*Limites do crescimento*” produzido pelo Clube de Roma em 1972. Em 1950 as cidades com mais de um milhão de habitantes eram apenas 86, em 2006 já eram 400 e em menos de dez anos, esse número já passa de 550. Esse processo para Davis é um divisor de águas na estrutura social mundial tal como o período Neolítico e a Revolução Industrial.

Além disso, a velocidade e escala da urbanização em cidades de terceiro-mundo é muito superior aos grandes conglomerados urbanos da Europa e Estados Unidos, como por exemplo Londres e Chicago. Cidades como Joahnesburgo, Cidade do México, Seul, Pequim, Mumbai, São Paulo e Rio de Janeiro possuem um ritmo de aceleração do processo de urbanização muito maior do que qualquer cidade dos países centrais.

Um fenômeno decorrente do crescimento exacerbado da população urbana é o de favelização nos grandes centros urbanos, que vem se agravando nas últimas décadas ao redor do mundo. Esse processo é notado com explosão maior nos países subdesenvolvidos e periféricos que podemos chamar de terceiro-mundistas.

Davies emprega o significado da definição de favela (*slum*) argumentando que ela deriva do inglês e sua aparição é notada em 1812 no Vocabulário de Linguagem Vulgar como definição de estelionato ou comércio criminoso. E a definição do Vocabulário da Língua inglesa refere-se a locais sujos, becos e ruelas habitadas por uma população miserável e criminoso.

Para Davies (2006) existem favelas formais no núcleo metropolitano, como os cortiços, casarões antigos, autoconstrução, pensões etc. E favelas informais, como invasões e território de moradores de rua, todas concentradas, em sua maioria, no núcleo central ou em suas imediações. Já as favelas localizadas na periferia podem ser, aluguéis particulares, entendidas como formais e loteamentos clandestinos, campo de refugiados e invasões, classificadas como informais.

Segundo a metodologia utilizada pelo autor o Brasil é o terceiro país com o maior número de população urbana favelada (51,7 milhões), atrás da China (193,8 milhões) e Índia (158,4 milhões). É claro que no caso brasileiro, “favela” é uma das formas específicas de moradia precária dos pobres nas cidades, que tem como característica a ocupação da terra de outrem (pública ou privada), carecendo de um documento de posse legal.

Sendo assim, os dados apresentados sobre a realidade brasileira não correspondem propriamente ao número de moradores em favela, e sim ao de moradores em assentamentos precários de baixa renda de forma geral, abrangendo as próprias

favelas, os loteamentos clandestinos e irregulares, os cortiços e moradores de rua. De qualquer forma nos fornece importantes dados sobre uma parte da população que vive dentro da cidade, no entanto, às margens do universo de direitos à moradia que existe no espaço urbano.

1.2 – Um tipo de organização espacial conhecido por Favela

Pelo fato de favela ser um termo muito amplo e muito utilizado pelo senso comum no país, proponho uma delimitação conceitual, com objetivo de deixar bem compreendida a concepção sobre favela brasileira no presente trabalho.

Valladares (2005) oferece uma contribuição muito enriquecedora a respeito da Gênese das favelas. Seu objeto é pensar a favela como um problema a partir das representações construídas por diversos atores ao longo dos cem anos de existência das favelas no contexto urbano.

A invenção da favela contrapõe-se à tendência, identificada entre os estudiosos do fenômeno, de fazer tábula rasa do conhecimento produzido desde as primeiras décadas do século XX. Daí o ambicioso trabalho de arqueologia intelectual que transparece desde o primeiro capítulo, onde se revelam sucessivas “camadas” de discursos sobre a favela, inicialmente produzidos por médicos, jornalistas, engenheiros, reformadores sociais e outros intelectuais, engajados em discussões sobre os destinos da então capital federal e da própria nação.

Assim como, a autora destaca o importante papel exercido pelo escritório de planejamento da Sociedade de Análise Geográfica e Mecnográfica Aplicada a Complexos Sociais (SAGMACS), criado em 1947 sob o modelo da SAGMA da França. Destaca, também, a influência metodológica do movimento *Économie et Humanisme*, representado no Brasil pelo Padre Lebreton.

Fazendo um levantamento histórico sem atribuir importância excessiva ao retorno dos soldados que lutaram no Canudos de Euclides da Cunha podemos encontrar a sinalização histórica da favela nos Mocambos do Recife, então descritos por Gilberto Freyre em *Sobrados & Mocambos* (1936).

Nesse trabalho, Freyre tem como foco a caracterização de situações habitacionais destinadas às classes de rendas diferentes. Em seus escritos, Freyre firma que a substituição do trabalhador escravo rural, que habitavam as senzalas, pela emergência de uma força de trabalho proletária, contribuiu para o surgimento dos

mocambos, palhoças e casebres.

Em outras palavras, a abertura das portas das senzalas, com o fim da escravidão, deu início às primeiras formas de habitação populares de trabalhadores livres, que tinham como características comuns, construções irregulares, moradias precárias e péssimas condições de higiene.

Esse processo de transformação do tipo de habitação popular nas cidades brasileiras está ligado intimamente ao processo de urbanização e à ascensão da burguesia. Para Florestan Fernandes (1976), começa historicamente a se constituir a partir dos grandes marcos vivenciados pelo Brasil no séc. XIX, entre outros, em 1822, perda do Estatuto colonial; em 1888, a Abolição da Escravidão; em 1889, a Proclamação da República.

No entanto, esse fenômeno em solo brasileiro possui uma diferença elementar em relação ao caso inglês, das cidades industriais, pelo fato de algumas cidades, como no caso do Rio de Janeiro, capital da República, até meados do século passado, não tiveram a figura central da industrialização como alavanca para a urbanização.

Na cidade do Rio, as cidades incharam devido ao impulso de outros fenômenos, e devido ao processo de industrialização, que se inicia tardiamente no município. Para além do Rio de Janeiro, o Brasil, de uma forma geral não passou pelo mesmo processo de passagem para modernidade que países como França e Inglaterra. Desse modo, a construção da ideia do moderno em solo brasileiro foi muito diferente, não apenas pela condição histórica do país como colônia, mas por outros elementos que Werneck Vianna elenca em sua obra: *Americanistas e Iberistas: A polêmica de Oliveira Vianna com Tavares Bastos*.

Segundo Vianna (1991), nossa origem de formação sociocultural está na “opção ibérica” em contraste com a opção americana, liberal e industrial, o que faz da análise do Brasil, tomando ideais burgueses e liberais próprios da América Anglo-saxã, inadequada e imprópria em território brasileiro.

O Brasil tem sua formação moderna originada por uma parte peculiar do Ocidente conhecida como “Península Ibérica”. A passagem para modernidade em solo brasileiro, portanto, se apresenta como completamente diversa daquela liberal e burguesa clássica, em especial da Inglaterra, França e Estados Unidos.

A nossa sociedade, conforme nos mostra Vianna (1991) aparece como irreduzível ao indivíduo maximizador do liberalismo burguês anglo-saxão. O que para os americanistas se apresenta como atraso, para os iberistas se apresenta como

vantagem, pelo fato da construção da modernidade não ter sido conduzida por um ideal de individualismo, próprio do mundo anglo-saxão.

Sem dúvida, essas duas construções aparecem como dois tipos ideais de passagem para a modernidade, de um lado o burguês, industrial, liberal e individualista e de outro o corporativo, burocrático e comunitário dos ibéricos. O grande equívoco consiste em tentar explicar o Brasil através do tipo ideal americanista, pelo fato de termos pertencido ao mundo ibérico, ainda que de forma dependente e colonial.

Essa relação de contraste explica em parte a nossa formação social e consequentemente, a construção da ideia de urbano ser um tanto diferente dos processos experimentados no mundo anglo-saxão. A nossa formação de origem ibérica construiu outro sentido de modernização e transformação do espaço urbano.

A favela como um problema urbano instituído historicamente, continua sendo uma das mais emblemáticas e abrangentes questões das cidades brasileiras. Como forma de apropriação de terrenos alheios, a velha conhecida favela no Rio de Janeiro ou invasão em Salvador, se constitui como solução de moradia para centenas de famílias empobrecidas que foram privadas do acesso às terras urbanas. (VALLADARES, 2005)

Em vista disso, a favela pode ser interpretada como o lugar da clandestinidade urbana, dos invasores, dos excluídos, dos favelados. Um espaço de controle e, ao mesmo tempo, um espaço de indiferenciação fora do espaço jurídico-político e, ao mesmo tempo, enquadrado por ele.

Um lugar, segundo Valladares (2005), no qual o direito existe, mas não regula, colocando em jogo uma força de lei sem lei, de desordem que indica ordem, lugar onde o controle existe, mas escapa do poder de um Estado Constitucional. Lugar no qual a lei do mais forte vale mais do que a lei formal, do Estado.

Um artigo publicado em 2016 na revista virtual Observatório das Metrôpoles, faz um balanço das transformações recentes no Brasil, apresentando uma mudança ao utilizar os dados do Censo 2010 referentes à “Leitura Territorial”, para os setores de aglomerados subnormais. O texto mostra o grande crescimento desses assentamentos na primeira década do século XXI, passando de 6,5 milhões para 11,4 milhões, e 88% desses domicílios estão concentrados em 20 grandes cidades.

No caso brasileiro, a expansão da urbanização a partir do fim do século passado veio acompanhada de dois fenômenos: o crescimento das favelas em áreas centrais e o crescimento de grandes periferias dentro ou fora dos limites geográficos da cidade. A classe trabalhadora, em especial, os trabalhadores assalariados manuais, com

precários salários, em um movimento acelerado foram se instalando nesses territórios da cidade que possuem algumas características em comum que serão tratadas a seguir.

Ao longo da história brasileira, o acesso à moradia para a população de camadas populares se deu, em geral, de forma precária e a partir de três tipos básicos de moradia: os cortiços, as favelas e os loteamentos periféricos, com moradia própria e autoconstrução, segundo Suzana Pasternak e Camila D'Ottaviano(2016). Nesse trabalho voltarei minha atenção apenas para os dois últimos tipos de moradia acima: as favelas e os loteamentos periféricos, pois entendo que esse tipo de território possui algumas semelhanças entre si.

Entendo por favelas ou territórios populares no presente trabalho, espaços onde as relações sociais assumem caráter particular, distinto das relações que se desenrolam fora dos limites desses espaços populares. São espaços que contam com uma significativa informalidade econômica e desregulação da garantia de direitos.

Nesse sentido, podemos dizer que essa escassez leva a uma espécie de “rede de favores” em zonas segregadas e territórios populares. Onde as normas são mais fracas, nos espaços em que elas possuem menor alcance, a instituição do favor é de extrema importância para os vínculos sociais. Os responsáveis das crianças demandam dos vizinhos um cuidado com seus filhos recíproco, para que haja garantia da segurança em contextos de alta incidência criminal. (FLORES, 2011)

Assim como a noção de favela para o IBGE, por retratar um caso especificamente brasileiro e possuir tamanha proximidade com essas formas de moradia mais comuns no Brasil, as favelas e os loteamentos periféricos, conformam a concepção de favela que carregarei no presente trabalho.

O IBGE definia até o Censo de 1991, aglomerado subnormal de forma muito ampla e abstrata abarcando favelas, invasões, grotas, baixadas, comunidades, vilas, ressacas, mocambos, palafitas, entre outros. Na definição do censo de 2010 foi considerada aglomeração subnormal:

Cada conjunto constituído de, no mínimo, 51 unidades habitacionais carentes, em sua maioria, de serviços públicos essenciais, ocupando ou tendo ocupado, até período recente, terreno de propriedade alheia (pública ou particular) e estando dispostas, em geral, de forma desordenada e densa. A identificação atende aos seguintes critérios:

- a) Ocupação ilegal da terra, ou seja, construção em terrenos de propriedade alheia (pública ou particular) no momento atual ou em período recente (obtenção do título de propriedade do terreno há dez anos ou menos)
- b) Possuírem urbanização fora dos padrões vigentes (refletido por vias de circulação estreitas e de alinhamento irregular, lotes de tamanhos e formas

desiguais e construções não regularizadas por órgãos públicos) ou precariedade na oferta de serviços públicos essenciais (abastecimento de água, esgotamento sanitário, coleta de lixo e fornecimento de energia elétrica). (IBGE, 2011)

As favelas desde o início do século XX se fizeram presentes em grande parte das cidades brasileiras, sendo um fenômeno recorrente nas cidades médias e grandes. Atualmente, as cidades turísticas de médio de grande porte no Rio de Janeiro são as que possuem maior número de conglomerados periféricos e favelas, segundo informações do IBGE, no censo de 2010 sobre aglomerados subnormais. Angra dos Reis, Mangaratiba, Petrópolis, Teresópolis, Arraial do Cabo e Cabo Frio estão nessa lista.

O caso do Rio de Janeiro é de destaque no país a respeito do tema visto que até 1950, as favelas eram um fenômeno praticamente exclusivo da cidade do Rio de Janeiro. Assim, o primeiro levantamento sobre favelas foi realizado apenas em 1948, e somente no Rio de Janeiro, capital federal.

Em 1950 o IBGE decidiu pela primeira vez incluir a favela na contagem da população e colocando uma atenção específica para o distrito federal, na época, o Rio de Janeiro excluindo São Paulo que só terão dados específicos sobre favela levantados em 1980. Já em 1953 o próprio IBGE publica o primeiro documento de estudo sobre a realidade das favelas cariocas: o Documento Censitário intitulado “As favelas do Distrito Federal” (IBGE, 1953).

O público que constitui as favelas varia de território para território, ou seja, apesar de grandes semelhanças há diferença entre os moradores de uma favela da zona sul do Rio de Janeiro e moradores de um aglomerado urbano subnormal na Baixada Fluminense, mas no sentido geral corresponde a pessoas desprovidas de recursos econômicos, culturais ou sociais (de todos os recursos, exceto da capacidade de realizar trabalhos manuais).

Há ainda, dentro do espaço da favela, diferenças sociais entre os moradores das diversas localidades dentro da mesma favela. Existe a periferia dentro do espaço da favela, dos aglomerados subnormais, que representa a área que concentra mais domicílios pobres naquela favela.

Quase toda favela tem uma área dramaticamente pobre. Em geral, esses espaços são habitados por famílias sem qualquer tipo de renda, e com quase nenhuma inserção social. É comum, entre seus moradores, a expressão ‘favela da favela’, demarcando bem uma nítida diferença entre essa área e as demais. (BURGOS, 2002, p.48)

A disparidade na condição social e financeira entre moradores de um bairro pobre, segregado do restante do espaço da cidade tem suas origens remotas. Nas

primeiras formas de segregação social urbana, descritas por Engels, ele já aponta para um grupo social mais pauperizado, que residia nesses bairros de má-fama marcados por ainda mais precariedade que outra parte da massa de trabalhadores industriais.

Aqui vivem os mais pobres entre os pobres, os trabalhadores mais mal pagos, todos misturados com ladrões, escroques e vítimas da prostituição. A maior parte deles são irlandeses, ou seus descendentes, e aqueles que ainda não submergiram completamente no turbilhão da degradação moral que os rodeia a cada dia mais se aproximam dela, perdendo a força para resistir aos influxos aviltantes da miséria, da sujeira e do ambiente malsão. (ENGELS, 2010, p.71)

A partir desses trabalhos empíricos é possível confirmar a existência de uma área mais periférica dentro da periferia, outra característica comum aos territórios populares, um notável distanciamento social até entre moradores de um mesmo território, no entanto, de diferentes localidades.

Essa configuração, que combina diferentes elementos que foram mencionados nesse item amplia o entendimento sobre territórios populares no Brasil. Da mesma que busca compreender as favelas e loteamentos periféricos, não apenas como um espaço geográfico, mais principalmente como um espaço social.

1.3- Novas dinâmicas de maximização da segregação urbana

Atualmente a exclusão não é percebida como resultado de uma momentânea e casual má sorte, mas como um fenômeno que tem toda a aparência de definitivo. A segregação das classes populares em espaços conhecidos pelo senso comum como favela parece estar longe de ter sua configuração transformada.

Essa exclusão irrevogável, que transforma os excluídos de hoje em “classes perigosas”, para Bauman(2009), é a consequência direta, embora imprevista, da decomposição do Estado social, que hoje se assemelha a uma rede de poderes constituídos, ou melhor, a um ideal, a um projeto abstrato.

A polarização está se acentuando. Mais que isso, rompem-se os vínculos entre o *Lebenswelt*(mundo-de-vida) de um e do outro tipo de cidadãos: o espaço da "primeira fila" está normalmente ligado às comunicações globais e à imensa rede de trocas, aberto a mensagens e experiências que incluem o mundo todo. Na outra ponta do espectro, encontramos as redes locais fragmentárias, muitas vezes de base étnica, que depositam sua confiança na própria identidade como recurso mais precioso para a defesa de seus interesses e, conseqüentemente, de sua própria vida. (CASTELLS, 1989 apud BAUMAN, 2009, p.8)

Apenas o segundo é territorialmente circunscrito e, portanto, compreensível por meio de conceitos clássicos. Já os que vivem no primeiro dos dois mundos-de-vida -

embora se encontrem, exatamente como os outros, “no local” – não são “daquele local”: não o são idealmente, mas muitas vezes (todas as vezes que quiserem) também não o são espacialmente.

As pessoas da “primeira fila” não se identificam com o lugar onde moram, à medida que seus interesses estão (ou melhor, flutuam) em outros locais. Pode-se supor que não adquiriram pela cidade em que reside, nenhum interesse, a não ser dos seguintes: ser deixadas em paz, livres para se dedicar completamente aos próprios entretenimentos e para garantir os serviços indispensáveis (não importa como sejam definidos) às necessidades e confortos de sua vida cotidiana.

O autor argumenta a respeito da falta preocupação dos moradores das cidades formal, que nomeia como pessoas da “primeira-fila” com outros grupos que não estão inseridos na mesma cidade, no mesmo território. Isso porque, para Bauman (2009), eles estão mais dispostos a estabelecerem relações sociais com as pessoas ligadas ao mundo globalizado, do que com pessoas da sua cidade e da sua localidade. Portanto, para esse grupo a cidade não é o único lugar possível, é apenas um local onde é possível estabelecer relações em um universo muito maior de relações sociais.

O mundo-de-vida dos outros, dos cidadãos da “última fila”, é exatamente o contrário. Em geral, para defini-lo, diz-se que está apartado das redes mundiais de comunicação com as quais as pessoas da primeira fila vivem conectadas e com as quais sintonizam suas próprias vidas.

Os cidadãos da última fila estão “condenados a permanecerem no lugar”. Portanto, espera-se que sua atenção, sem dúvida carregada de insatisfações, sonhos e esperanças - dirija-se inteiramente para as “questões locais”. Segundo Bauman (2009) para eles, é dentro da cidade em que moram que se declara e se combate a luta - às vezes vencida, mas com maior frequência perdida - para sobreviver e conquistar um lugar decente no mundo.

O trabalho de Flusty³ (2004), mobilizado por Bauman para apresentar aos leitores uma linha de raciocínio sobre o fenômeno da segregação socioespacial - sobretudo projetando maneiras de proibir aos inimigos reais, potenciais e presumidos o acesso ao espaço que eles reivindicam e mantendo-os a uma distância segura - constitui

³Steven Flusty é professor associado de Geografia e Pesquisa e pós-doutorado no Southern California Studies Center da University of Southern California. Atualmente, ele mora em Los Angeles. <https://www.amazon.com/Coca-Colonization-Making-Globe-Inside-Out/dp/0415945372&prev=search>

o interesse maior e o objeto da mais rápida expansão da inovação arquitetônica e do desenvolvimento urbano das cidades nos Estados Unidos.

As *construções* recentes, alardeadas e imitadas, não passam de "espaços fechados", "concebidos para interceptar, filtrar ou rechaçar os aspirantes a usuário". A intenção desses espaços vetados é claramente dividir, segregar, excluir, e não de criar pontes, convivências agradáveis e espaços de encontro, facilitar as comunicações e reunir os habitantes da cidade.(apud BAUMAN, 2009, p.17)

Os dispositivos identificados e listados por parecem semelhantes aos fossos pré-modernos, das torres e das seteiras nas muralhas das cidades antigas e medievais. No entanto, seu objetivo central e real não consiste em defender os seus habitantes de um inimigo externo, mas sim em dividir, e manter separados seus habitantes para defender uns dos outros, ou seja, daqueles a quem se atribuiu o *status* de adversários.

Entre os conceitos mencionados pelo autor valorizado por Bauman (2009), vale mencionar: o "espaço escorregadio", um "espaço inatingível, pois as vias de acesso são tortuosas ou inexistentes"; o "espaço escabroso", que "não pode ser confortavelmente ocupado, sendo defendido por expedientes como borrifadores instalados nos muros, que visam expulsar os desocupados, ou bordas inclinadas que inibem as pessoas de sentarem; e o espaço nervoso, que não se pode usar sem ser observado, por causa da vigilância ativa de grupos de patrulhamento e/ou de tecnologias de televigilância conectadas a estações de controle."

Esses e outros tipos de espaços proibidos têm um único - embora composto - objetivo: manter os enclaves extraterritoriais isolados do território contínuo da cidade; construir pequenas fortalezas no interior das quais os integrantes da elite global extraterritorial podem cuidar da própria independência física e do próprio isolamento espiritual, e tratar de cultivá-los e desfrutá-los.

Na paisagem urbana, os espaços vedados transformam-se nas pedras miliárias que assinalam a *desintegração* da vida comunitária, fundada e compartilhada exatamente ali. Os dispositivos descritos no trabalho de Bauman (2009) são manifestações altamente tecnológicas da onipresente *mixofobia* (medo de misturar-se).

Esse medo da mistura não passa da difusa e muito previsível reação à impressionante e exasperadora variedade de tipos humanos e de estilos de vida que se podem encontrar nas ruas das cidades metropolitanas contemporâneas e mesmo na mais "comum" (ou seja, não protegida por espaços vedados) das zonas residenciais.

A configuração social das cidades que abarca diferentes grupos sociais possa tomar um caminho menos nocivo, até certo ponto, atribuindo a cada forma de vida particular um espaço físico separado, bem delimitado e definido. Desse modo seria possível assegurar um espaço isento da mistura, e principalmente da desordem que se concentram em algumas localidades urbanas.

Outro intelectual que pensa a cidade como um espaço de conflito no que tange à sua ocupação pelos diferentes segmentos sociais inseridos no espaço é Mike Davis. Em sua obra *A cidade de Quartz* observa de forma minuciosa a configuração social no espaço particular da cidade de Los Angeles.

Davis (1990) discorre sobre as complexas características da cidade norte-americana, como a especulação imobiliária, a paranoia dos condomínios fechados, a corrupção das autoridades, a violência urbana e o transporte individual em automóveis nas estradas congestionadas.

O autor faz uma análise sobre a economia urbana, formulando de modo pioneiro e original o quadro de radical transformação das cidades no período recente conhecido como capitalismo tardio, marcado pela escalada da exclusão social, pelo *apartheid* espacial e pelo aumento da violência.

Tais características foram combatidas ou mascaradas por projetos de revitalização higienista que procuraram converter conflituosos centros de cidades em lugares pacificados pelo entretenimento e pelo consumo. Nesse sentido, a obra o autor toma a cidade de Los Angeles como um privilegiado centro de observação da explosiva situação urbana contemporânea.

Cidade que contando com uma formação original composta por imigrantes vindos do Ocidente e do Oriente, Los Angeles foi se tornando o símbolo de uma urbanidade difusa, dominada por vias expressas, shopping centers, condomínios suburbanos de baixa densidade e fortemente vigiados, e uma ausência quase total de espaços públicos, capazes de produzir o encontro comum entre os diversos indivíduos citadinos. (DAVIS, 1990)

Esse espaço urbano aparece como o lugar arquetípico da subordinação passiva das investidas industrializadas ao programa do capital. (DAVIS, 1990). Embora seja também um solo fértil para o surgimento de algumas das mais agudas críticas à cultura do capitalismo no século XX, como no caso da literatura e do cinema.

Na análise do autor, a cidade de Los Angeles desempenha "o duplo papel de utopia e de distopia para o capitalismo avançado", por isso justifica seu interesse nesse

espaço como objeto de reflexão. Dada a sua história turbulenta e peculiar, Los Angeles pode ser vista como uma espécie de câmera de decantação antecipada dos conflitos mundiais atuais brotando dentro dos Estados Unidos.

Marcada por violentos conflitos raciais a cidade foi se transformando no palco de uma não declarada "guerra fria urbana", confrontando de maneira agressiva as "células fortificadas" da sociedade burguesa e os supostos lugares de terror e violência em que as instituições de segurança pública entram em guerra frequentemente: os guetos. (DAVIS, 1990)

A ascendente paranóia da segurança urbana alimentou, na cidade de Los Angeles, uma destruição programada dos seus espaços públicos, fazendo coincidir a ascensão dos serviços de segurança privada com a privatização de ruas, praças, parques e praias, e a demolição de equipamentos públicos básicos, como banheiros. (DAVIS, 1990).

O que fez com que a cidade fosse se caracterizando progressivamente como um símbolo do movimento de segregação urbana que encontraria em outros territórios, como no caso de cidades de países subdesenvolvidos terreno fértil para reprodução. Fenômeno que conta com um conjunto esparso de fortalezas vigiadas, separadas por uma massa urbana desorganizada que se estende de forma vasta pelo território.

1.4 – Dinâmicas contemporâneas dos territórios populares brasileiros

No Brasil o recorte espacial que separa grupos sociais distintos também representa uma marca nítida nos percursos da história desde a Primeira República. Fenômeno espacial que a partir do fim do século passado passa a fazer parte também do cenário das grandes e médias cidades ao redor do país.

A mutação histórica do processo em solo brasileiro contou com a incorporação imobiliária no que tange o arranjo geográfico e na possibilidade de acesso às habitações pelas cidades. Ribeiro (1996) aponta para a incorporação imobiliária das moradias como sendo o momento mais desenvolvido desse tipo de produção capitalista.

As origens da investida do mercado imobiliário, na construção de moradias da cidade, remetem às transformações econômicas no setor imobiliário e da economia em geral. Esses fatores promovem condições para o surgimento e a autonomização de um capital de circulação que permitirão o investimento na produção de moradias.

Sem dúvida, ocorreram transformações no conteúdo e nas formas da propriedade privada nas últimas décadas, e essas mutações foram necessárias para que exista uma produção capitalista de moradias até dentro das favelas, territórios marginais e periféricos.

Dessa forma, independente do território no espaço urbano que está inserido, se é em um bairro nobre ou em um conglomerado subnormal. Em ambos os casos, o que chama a atenção é uma aparente separação entre produção e consumo, que corresponde à transformação do acesso à moradia em mercadoria, um bem de consumo, ou ainda, valor de troca.

Na arquitetura social do espaço urbano, aqueles que são classificados como pobres parecem estar imersos nas pontas dos processos estruturais mal acabados da modernidade. Feltran (2014) acredita que essa noção dos pobres, e da pobreza em especial é a mais usual entre as leituras tanto do senso comum quanto da maior parte da literatura acadêmica.

O conflito social inerente às transformações recentes, que estremecem o ideal de cidadania, é mais radical que outrora, seja por vivenciarmos um momento de repactuação social ampla, seja porque esse conflito não emana apenas nem mais fundamentalmente, dos setores trabalhadores, integráveis pela narrativa da expansão dos mercados e dos direitos.

As instituições sociais do trabalho e dos direitos constitucionais ainda possuem papel importante no mundo das práticas e valores sociais, no entanto o conflito social, o embate entre grupos ou classes se encontra no centro da discussão dos temas de violência urbana, drogas e marginalidade nas últimas décadas.

A incessante luta por direitos do trabalhador dominante nos anos deslocava a questão do conflito social para um plano político, enquanto o debate atual, que situa-se sobre a questão social, desloca o centro da discussão para a esfera moral. (FELTRAN, 2014)

Nesse modelo de cisão social se opõe o trabalhador entendido pelo senso comum como “homem de bem” a do marginal, “bandido”, que tenha passagem pelo sistema penitenciário. Nesse modelo, existe a imagem social clara de um inimigo a ser combatido por ameaçar a existência dos outros e da comunidade como um todo.

Nas diferentes figurações do outro a combater, o conflito inscrito na questão social se plasma agora em torno de uma ameaça essencial à ordem pública, subjetivada em corpos, territórios e palavras claramente definidos e internos aos territórios onde se vive. Não mais os inimigos estrangeiros: a ameaça vem de dentro, vem de perto, o inimigo é interno. (FELTRAN, 2014, p.499)

O que ocorre na realidade, é que a nova classe média atual, conhecida como “Nova Classe C” possui poder de compra para adquirir habitações de empreendimentos de moradia que surgem na cidade nos últimos anos em localidades na cidade que não estão isentos da impessoalidade do mercado e da criminalidade que permeia as regiões metropolitanas.

Nesse sentido, alguns indivíduos estão espacialmente mais segregados do mercado informal, do marginal que existe na cidade. Outros possuem a sensação de segregação por morarem dentro de muros, no entanto, no mesmo bairro onde existe uma favela, ou habitações do tipo subnormal, ou seja, onde possivelmente vivam agentes da criminalidade, especificamente representado pelos padrões já comentadas acima : “bandido” e “ex-presidiário”.

O problema aparece apenas, quando se descobre que os empreendimentos em que a “Nova Classe C” vai viver estão situados em territórios nos quais não é apenas a lei do mercado a que existe, e quando se vislumbra que essa nova classe não está assim tão “segregada” do “crime”, do PCC ou de suas dinâmicas, mas habita nos mesmos bairros. Quando se percebe que o outro a combater materializa-se, não poucas vezes, no próprio pai, irmão, marido, parente. (FELTRAN, 2014, p.500)

Esse cenário, que conta com territórios marcados pela presença tanto de trabalhadores formais e informais, quanto de agentes de organizações criminosas é atravessado por regimes normativos que podem ser provenientes de diferentes ordens. A ordem do Estado, que mesmo sendo a menos presente, mas em alguma medida ainda atua de forma normativa nessas localidades por meio de projetos sociais ou por meio de projetos de segurança pública como exemplo das Unidades de Polícia Pacificadora no Rio de Janeiro.

A Igreja Evangélica, em especial, as neopentecostais, também produzem uma ordem que se impõe como um regime normativo para os indivíduos que residem em territórios com as características descritas acima. Sem dúvida, são instituições muito presentes na vida dos indivíduos em territórios periféricos nas grandes cidades, como no caso de Rio de Janeiro e São Paulo.

As organizações criminosas consistem em mais uma ordem normativa, que não incide apenas na dimensão moral ou administrativa de tais territórios, produzindo formas de conduta e noções de justiça. Todas elas também manobram mercados informais que são permeados por situações de conflito.(FELTRAN, 2014).

Muitos trabalhadores da droga, revendedores de contrabando, donos de desmanche, pastores e “irmãos” do PCC são, também, empresários; todos os

que se relacionam com eles, cotidianamente, alimentam pelo trabalho e pelo consumo a circulação de moeda, em franca expansão nas periferias brasileiras. (FELTRAN, 2014, p.507)

Desse modo, as relações sociais assumem caráter monetário, porque a demanda de maior gestão do social, seja por qualquer uma das vias de ordem que foram mencionadas acima, leva diretamente a uma expansão dos mercados e de circulação da moeda. Ou seja, o mercado das drogas movimenta a economia de dentro das favelas, as Igrejas também tem seu papel no mercado, o Estado, por meio de políticas públicas, como exemplo do programa Bolsa Família⁴, aquecem a economia local e os mercados informais.

O conflito permanente que causa mortes violentas nesses territórios se dá pelo fato de haver uma grande repressão voltada os agentes de venda de um tipo varejista desse mercado ilegal. Em contrapartida a repressão policial e até por meio de políticas públicas não são voltadas para os grandes negócios desse mercado ilegal, ou melhor, para os grandes fluxos e grandes quantidades de drogas, armas, ou carros roubados como fica claro na passagem a seguir:

O tráfico de drogas ou o roubo de carros, por exemplo, não são reprimidos em suas dimensões de negócio, em seus mercados. A repressão se faz aos pequenos traficantes ou ladrões que, quando incriminados seletivamente e colocados em unidades de internação ou prisões, cedem seus postos de trabalho para que outros, como eles, façam o mesmo mercado e a mesma lógica de controle social seguirem operando. Daí a emergência das duas figurações contemporâneas da pobreza – a do consumidor a integrar e a do bandido a encarcerar. Ambas compõem um mesmo dispositivo que produz – e tenta remediar – a “questão social” contemporânea. (FELTRAN, 2014, p. 509).

As duas figurações contemporâneas da pobreza que o autor menciona, levam cada vez mais a segregação de direitos por parte da população pobre que mora em áreas periféricas. Isso porque os moradores dessas localidades estão limitados a serem encarados como meros consumidores ou como marginais, e por isso, potencialmente perigosos, na mesma medida em que vão perdendo sua condição de cidadão, ou seja, de indivíduo portador de direitos.

⁴Implantado em 2003, este "mecanismo condicional de transferência de recursos" - conforme é chamado pelos especialistas - funciona com base num princípio simples. O Estado brasileiro deposita uma ajuda mensal para as famílias "pobres" e "muito pobres", com a condição de que as suas crianças, caso existam, sejam escolarizadas e que elas possam apresentar uma caderneta de vacina em dia. Instituído no Governo Lula pela Medida Provisória 132, de 20 de outubro de 2003,^[1] e convertida em lei em 9 de janeiro de 2004, pela Lei Federal n. 10.836,^[2] que unificou e ampliou programas anteriores de transferência de renda, foi considerado um dos principais programas de combate à pobreza do mundo, tendo sido nomeado como "um esquema anti-pobreza originado na América Latina que está ganhando adeptos mundo afora" pela britânica *The Economist*.

Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/midiaglobal/lemonde/2008/09/18/ult580u3322.jhtm>

A grande novidade na análise do autor foi observar um novo modelo de segregação social permeado pela ordem do mercado e dos programas governamentais. A pobreza na cidade, entendida nesse trabalho, como espacialmente concentrada e segregada em territórios específicos, se torna um alvo de agentes de mercado e de governo, que por sua vez criam a partir dela, dinâmicas de reprodução do capital, e, de reprodução política. (FELTRAN, 2014).

Além disso, argumenta a favor da existência de uma relação direta entre pobreza e criminalidade na sociedade brasileira, em especial na cidade de São Paulo, mas que também pode ser vista em outros centros urbanos com características semelhantes. Ou seja, para o autor, a ideia de violência aparece ligada de forma simplista à criminalidade, e principalmente, ao tráfico de drogas.

As palavras chegam mesmo a se indiferenciar: em São Paulo, durante minha pesquisa de campo foram muitas as situações em que dizer “violência” era o mesmo que dizer “tráfico”, “crime” ou “PCC” , bem como a ideia de que qualquer programa social que se dedique a um jovem favelado seria, evidentemente, de “prevenção à violência”. (FELTRAN, 2014, p.502)

Numa análise estatística básica, é possível para o autor, romper com a relação direta entre pobreza e criminalidade já que os números não apontam na mesma direção da concepção social de violência urbana. Pelo contrário, os números revelam que há um percentual muito maior de jovens pobres que moram em territórios segregados fora da criminalidade como mostra a passagem a seguir:

Se a imensa maioria dos jovens de periferia não está “no crime”, e se a imensa maioria dos que está no “crime” não comete crimes violentos, é, da mesma forma, essa minúscula parcela criminal e violenta a que representará toda a periferia quando se toma a “violência urbana” como grade de inteligibilidade.(FELTRAN, 2014, p.502).

Como consequência dessa caracterização da pobreza como violenta, é possível notar que o que se busca por parte do Estado é direcionar os agentes potencialmente criminosos como exemplo dos adolescentes infratores, das famílias com carência de recursos financeiros ou afetivos, do usuário de drogas para programas de atendimento assistencial, e, também para unidades penitenciárias.

Outra consequência é o combate armado e militarizado aos territórios segregados das favelas nas grandes cidades. Logo, além da penetração do mercado que já foi comentada anteriormente, o autor aponta também para a atuação dos agentes militares e das forças de controle e contenção disciplinar nesses territórios, a exemplo das prisões. (FELTRAN, 2014)

Com base nos depoimentos de moradores de bairros diferentes da cidade de São Paulo, colhidos entre 1989 e 1991, Caldeira (2011), também analisa seus discursos em

relação à criminalidade, às instituições democráticas e aos direitos civis. A tese central da autora é a de que se configura na sociedade brasileira aquilo que ela e James Holston, em artigo de 1998 ("*Democracy, Law, and Violence: Disjunctions of Brazilian Citizenship*"), qualificam de "democracia disjuntiva".

Este conceito, embora não seja excessivamente trabalhado no livro, é a chave da argumentação da autora. Caldeira analisa que uma das maiores contradições do Brasil contemporâneo consiste no fato de que a expansão da cidadania política, através do processo de transição democrática, se desenvolveu ao mesmo passo do rompimento das bases da cidadania civil e a emergência de uma noção de espaço público fragmentado e segregado.

Deriva daí, o caráter disjuntivo desse processo de democratização. Os depoimentos dos entrevistados sobre a criminalidade urbana, a instituição policial, os direitos humanos e as práticas de privatização do espaço com o objetivo de manutenção da segurança e afastamento da ameaça à mesma revelam e reproduzem essa disjunção.

O discurso sobre o crime é um discurso classificatório que estabelece fronteiras nítidas entre o bem e o mal. A fala da senhora de classe média, imigrante da Itália, referente a outros migrantes mais recentes, os nordestinos, como responsáveis pelo aumento da criminalidade no seu bairro, é um bom exemplo dessa dinâmica de criação de distanciamentos.

O princípio classificatório é capaz de transformar a categoria que estaria mais próxima do narrador - pela condição de migrante -, mas que é diferente - de outra classe social -, em outro, distante e condenado. Ainda mais interessante no trabalho, é que essa criação de fronteiras não se limita a um universo social, Caldeira mostra como o mesmo mecanismo atua entre moradores da periferia e de bairros de elite da cidade de São Paulo. (CALDEIRA, 2011)

A autora apresenta dois aspectos ilustrativos da chamada "democracia disjuntiva": a instituição policial e os "enclaves fortificados". Essa concepção possui alguma semelhança com a noção de Bauman e Davis sobre a configuração urbana das cidades americanas, em especial a de Los Angeles enquanto cidade segregada e fortificada, como fica claro no trecho a seguir:

Os enclaves são propriedade privada para uso coletivo e enfatizam o valor do que é privado e restrito, ao mesmo tempo, que desvalorizam o que é público e aberto na cidade. São fisicamente demarcados e isolados por muros, grades, espaços vazios e detalhes arquitetônicos. São voltados para o interior e não em direção à rua, cuja vida pública rejeitam explicitamente. São controlados

por guardas armados e sistemas de segurança, que impõem regras de inclusão e exclusão. (CALDEIRA, 2011, p.258)

A polícia e os enclaves serão tomados, assim como os dispositivos de controle sobre a criminalidade urbana, manifestando a lógica de exclusão e segregação existente na sociedade brasileira contemporânea. Essas formas convivem com características democráticas dessa mesma sociedade, por isso podem ser encarados como sintomas do caráter disjuntivo de nossa democracia.

Sem dúvida, os padrões de segregação urbana no caso brasileiro atual, se apresentam como um novo modelo de organização do espaço social urbano. Em contraste com o modelo clássico de segregação urbana apresentado de forma surpreendente por Friedrich Engels no século XIX, esse modelo é permeado por novas dinâmicas que surgem no interior desses espaços segregados: a do mercado e a da militarização dos territórios de camadas populares.

1.5 – Conclusão

Desde as cidades industriais inglesas até as cidades dos países periféricos nos dias atuais, a configuração urbana tem sido uma questão de interesse da sociologia e dos intelectuais que se debruçam sobre o tema da habitação e da moradia. Esses pensadores articulam fenômenos intrínsecos à transformação gerada pelo processo de urbanização e da consolidação das cidades.

De maneira geral, chamam a atenção para o processo de segregação urbana que se estrutura nas cidades de países capitalistas. Esse modelo de segregação que separa as classes sociais e os grupos sociais em diferentes localidades da cidade enfraquece a noção de república, como espaço que abriga o bem comum.

Acredito que com esse esforço de mobilizar teorias que estruturam um pensamento sociológico consolidado sobre a questão urbana, oferecendo atenção especial aos conflitos sociais de ocupação e de apropriação do espaço da cidade por diferentes grupos sociais, construo uma base mais estruturada para discutir a esfera educacional dentro desses territórios segregados.

Não poderia apresentar os fenômenos que permeiam a escola de periferia e de localidades segregadas, sem antes discutir o modelo de segregação social das grandes cidades, que acaba por empurrar as classes populares e de imigrantes para territórios segregados. As escolas convivem nesse cenário de exclusão social no espaço urbano, e, portanto, apesar da educação ser proveniente de outra ordem e de outra natureza, está

intimamente ligada aos processos comentados nesse capítulo que se desenrolam no espaço urbano.

CAPÍTULO II – ENTRE A ESCOLA E A CIDADE

A discussão sobre a escola básica no Brasil tem ganhado cada vez mais espaço nos últimos anos por parte dos representantes políticos e da sociedade. A questão em torno da educação básica é bem complexa, se tratando de um país como o nosso onde as taxas de desigualdade social são consideráveis e a formação histórico-cultural do povo que vive em território brasileiro é de extrema diversidade.

A escola básica atualmente é o principal meio de formação das crianças e jovens no Brasil. É por ela que passam milhões de jovens diferentes em personalidade, desejos, anseios e família de origem que alguns anos mais tarde se tornarão adultos e terão de encarar uma vida profissional na metrópole. Portanto, irei valorizar esse espaço no presente trabalho com objetivo de refletir a relação das escolas com a sua inserção no bairro e no tecido social.

Acredito que a escola seja uma unidade de análise fundamental para entender as dinâmicas interacionais presentes nas cidades pelo fato de se manifestar como uma instituição social capaz de difundir entre os indivíduos, valores comuns. Considero a escola como importante ponto de análise para compreender também a questão da segregação urbana presente na nossa cidade e comum às diversas outras na América Latina e que acaba por reproduzir efeitos interessantes na escolarização das crianças e jovens.

Neste capítulo irei pensar na relação da escola com a sociedade de forma geral e de maneira mais específica, problematizar a relação existente entre escola e território espacial. A escolha de pesquisar a escola em relação com o espaço que se insere se dá pelo fato de compreender que a noção de território é carregada por uma série de dinâmicas sociais, culturais e econômicas.

No primeiro momento do capítulo irei fazer um recorte histórico sobre a problemática da expansão da escola no Brasil. Nessa seção irei utilizar a obra de Eveline Algebaile para apresentar a forma específica como se dá a ampliação da oferta de ensino no Brasil e suas principais consequências.

Na segunda seção vou discorrer sobre autores que tratam das contradições geradas entre o princípio de educação igualitária e universal e o padrão de segregação urbana comum às diferentes cidades latino-americanas. As dinâmicas impostas pelo fenômeno de segregação espacial na cidade, ao que parece, causam efeitos na

escolarização dos jovens em vários aspectos, como na oferta de vagas, no desempenho, na evasão, no reconhecimento da escola enquanto espaço de aprendizado, entre outros.

Na terceira seção, vou mobilizar uma discussão sobre socialização, tentando apresentar o contraste existente entre a ideia clássica de socialização, e como as instituições sociais, eram importantes para a difusão de valores comuns e a nova maneira como é entendido o processo de socialização na Sociologia, quase um século depois de Durkheim.

Na última seção vou procurar discutir a respeito da centralidade da escola em face dos novos processos de socialização latentes na sociedade atual. Também, farei uma rápida passagem pela obra do sociólogo François Dubet, que problematiza a ideia de “escola justa” por considerar importante na discussão sobre escola e classe social.

2.1 – A expansão da escola no Brasil

No último censo foi constatado que mais de 90% das crianças e jovens de 4 a 17 anos estão matriculadas nas milhares de escolas presentes em território nacional. As matrículas na rede de educação básica se concentram em sua grande maioria em território urbano, e no geral a maior parte de matrículas se encontra nas escolas estaduais e municipais do país.

Os dados do Censo Escolar de 2018 apontam para alguns movimentos nos números das matrículas das crianças e jovens em relação ao Censo de 2014. As matrículas na educação infantil cresceram nesse período de quatro anos, em contrapartida, nos anos finais do ensino fundamental e do ensino médio reduziram, inclusive a de jovens e adultos no sistema EJA.

O Censo mostra também que a distorção idade-série (idade adequada ao aluno a respectiva série do segmento) continua sendo um problema presente na rede de ensino básico, chegando a mais de 10% os alunos que se encontram nessa condição. Aponta também que os números apresentam uma escalada a partir do terceiro ano do ensino fundamental, e, no sexto ano do mesmo segmento e na primeira série do ensino médio os números relativos à reprovação são ainda mais expressivos.

Também foi verificado no Censo Escolar de 2014 que aproximadamente 80% dos jovens alunos estão matriculados em escolas públicas, ou seja, a cada dez alunos que frequentam a escola, oito estudam em pública e apenas dois em particular. Por isso

a escola pública no Brasil merece total atenção e notoriedade quando se trata de observar o quadro da educação básica no país.

A escola é a principal instituição que permite a difusão de valores comuns para as crianças e jovens. Ela representa por excelência um espaço de integração social muito importante na vida dos indivíduos em uma determinada etapa de suas vidas, se não o mais importante, considerando que existe uma condição de pobreza, exclusão e segregação presente no Brasil que impede os indivíduos de se integrarem por meio de outras instituições como mostra a passagem abaixo:

“Essa ‘integração’ está sendo realizada, em boa parte, e talvez principalmente, via escola pública, para uma parcela da população que jamais participará de qualquer inserção mais ampla.” (ALGEBAILLE, 2009 , p.29)

Para H.G. Torres & S. Gomes (2008), o maior desafio do ensino público nos últimos anos consiste em sustentar a oferta universal do ensino fundamental. Sem dúvida, a universalização do ensino básico, em especial do segmento fundamental, representou uma política pública de extrema importância.

Mas o princípio da universalização da escola esbarra na grande heterogeneidade dos locais onde essas escolas se encontram, na particularidade local dessas instituições de ensino ao redor da metrópole. Ou seja, mesmo com a universalização do acesso ao ensino básico, os trabalhos nesse campo têm mostrado que as escolas são bem diferentes, no que diz respeito, por exemplo, à performance escolar dos alunos, mesmo quando se enquadram nos parâmetros operacionais básicos e universais.

A partir dessa série de questões que tangem à escola no país, creio que pensar a respeito dessa instituição, da sua dinâmica, seu funcionamento, suas implicações sociais, suas possibilidades e suas limitações em um país tão enorme e diverso como o Brasil é de extrema importância para o melhor entendimento do assunto.

No presente trabalho foram selecionadas duas autoras que fazem uma descrição analítica muito frutífera a respeito da relação entre expansão da educação pública e pobreza. Apesar do diálogo mobilizado nesse subitem não ser tão contemporâneo, ainda é no mínimo atual, pois é capaz de elucidar questões interessantes a respeito da ampliação da oferta educacional no Brasil, inclusive aos mais pobres.

Eveline Algebaile (2009) faz um recorte histórico problematizando a relação entre a expansão escolar pública e a gestão da pobreza no Brasil, mostrando como a lenta universalização do acesso à escola fundamental para as classes populares contou

com uma forma de expansão que acabou por “ampliar para menos” a oferta de educação básica no país.

Esse fenômeno se deu por fatores já conhecidos e mencionados em muitos trabalhos como o baixo investimento na educação pública, precariedade das instalações escolares e das condições precárias de trabalho docente. Além do fato da escola ter que assumir outras funções em uma sociedade carente de instituições com eficácia para dar conta de tais finalidades.

Sintetiza um quadro amplo das relações históricas entre política educacional e política social, analisando as múltiplas feições que essa relação adquire ao longo do tempo no contexto sobretudo das mudanças econômicas, políticas e societárias em curso desde a década de 1970.

A partir desse quadro, caracteriza a reforma educacional empreendida pelo nível federal de governo, na década de 1990, analisando seus efeitos na reconfiguração da oferta escolar por parte de estados e municípios, bem como seus nexos com o ajuste do Estado ocorrido no período, particularmente no caso da utilização do setor educacional para a implementação dos programas sociais.

A autora traz uma perspectiva de trabalhar com um conceito de “escola brasileira” mobilizando alguns argumentos teóricos para tal definição alguns argumentos teóricos para tal definição. Uma escola brasileira é definida por aspectos mais amplos do que limitados às funções educacionais. (Algebaile, 2009)

Existem ações sociais nas escolas do país que mesmo apresentando implicações educativas, são irredutíveis ao processo educativo escolar, em sentido estrito, por isso a necessidade de trazer uma abordagem de escola que agrega elementos presentes no território em que se insere, que não são de natureza propriamente escolar e educativa.

Afirma que o tipo ideal de escola ocidental moderna, que segundo a autora, remete “às formas históricas de escola que tiveram curso, no mundo ocidental com a formação do Estado Moderno, a Revolução Industrial e a urbanização, fenômenos em relação aos quais se encontra vinculado o surgimento dos sistemas de ensino dos Estados Nacionais”, é uma categorização que serve apenas na definição da escola enquanto uma suposta homogeneidade de forma, estrutura e função a conjuntos de instituições escolares, que na verdade são extremamente variados. (ALGEBAILLE, ano, p. 43).

Essa definição trata a escola em uma perspectiva homogênea, em detrimento de circunstâncias econômicas, culturais e próprias de cada sociedade. Algebaile (2009)

quando traz uma perspectiva de “escola à brasileira” se permite pensar na escola casada a uma dimensão do espaço territorial, onde ela, não se encontra circunscrita a dinâmicas somente educativas.

De maneira concisa, ela problematiza a expansão da oferta educacional, uma vez que entende que pesquisar a ampliação da oferta educacional é uma via importante de compreensão da formação de uma escola e dos sentidos que ela adquire num contexto social mais amplo. (Algebaile, 2009)

A ampliação da oferta de ensino compreende não apenas o aumento no número de vagas e de matrículas no sistema de ensino básico e do tempo de escolarização, mas também promove mudanças na finalidade do serviço, na diversidade de conhecimentos considerados escolares, e na diferenciação dos níveis, segmentos e modalidades de ensino ofertadas em cada sistema.

Essas mudanças que geralmente aparecem como medidas políticas, regulamentação e leis, na realidade, são primeiramente expressão das práticas sociais e relações de forças que antecedem e atravessam as medidas oficiais. Em outras palavras, são transformações motivadas pelos impulsos que decorrem das práticas e das relações sociais.

Acredito ser de suma importância remeter a expressão jurídica que foi o embrião da tentativa de ampliação e universalização do ensino para todos no Brasil desde o século XIX, é claro que esse processo foi um tanto problemático e conflituoso no Brasil, sendo até hoje um desafio no país. Segundo Algebaile (2009, p.97):

A menção à instrução primária e gratuita para todos os cidadãos e à oferta de colégios e universidades aparece já na primeira Constituição do Império, de 25 de março de 1824, como parte dos meios que deveriam garantir a inviolabilidade dos direitos civis e políticos dos cidadãos brasileiros.(apud. Art. 179, incisos XXXII-XXXIII).

No período da primeira República ainda não há uma demarcação clara sobre a oferta ou a responsabilidade e controle de ensino primário por parte da União. O quadro de atuação do poder público para o setor de educação é até esse momento de baixíssima responsabilização jurídica pela promoção da oferta de ensino do segmento mais elementar a parcelas significativas da população, conforme apresenta Algebaile (2009).

Somente em 1934, na Constituição de 16 de julho, seria definido algum sentido de “dever” na caracterização da atuação do Estado na oferta educacional. Em outras palavras, é nesse momento que a educação passa a ser encarada como um “direito de todos”.

Em 1937, a Constituição do Estado Novo, acaba por diluir a relação de dever do poder público como agente principal da oferta da escolarização para as crianças e jovens. O Estado passa a ser nesse período apenas coadjuvante na escolarização obrigatória das crianças, deixando para a família o papel de protagonista nesse processo

Nesse período, mesmo nos casos em que houvesse carência por parte da família de recursos, a ação do Estado não recaía sobre a educação regular, mas sobre outro tipo de educação. Esse tipo se definia por ser um modelo educativo adequado às aptidões e tendências vocacionais, ou seja, um ensino pré-vocacional profissional destinado às classes menos favorecidas. (Algebaile, 2009).

Às margens da Constituição de 1946, surgiu a primeira regulação mais abrangente no território nacional a respeito do ensino primário. Conhecida por *Lei Orgânica de Ensino Primário*, decretada em dois de janeiro do mesmo ano, que mais tarde, seria promulgada a Constituição, teve como objetivo a normatização da estrutura do ensino primário, estabelecendo, ainda que de forma parcial, seu modelo de gratuidade.

Ainda antes da Constituição de 1946, o ensino primário elementar foi definido como obrigatório, e de quatro anos de duração, para crianças entre 7 e 12 anos. A promulgação da Constituição, acabou por assegurar a obrigatoriedade limitada ao ensino primário e estabelecer um novo sentido para o termo gratuidade, já que até então a legislação era um tanto abstrata a respeito da gratuidade do ensino obrigatório

Alguns anos antes do golpe de Estado que depôs o presidente e instituiu um regime ditatorial no país, a LDB de 61, retira novamente a responsabilidade do Estado de promover a educação das crianças, definindo esse papel para o poder público apenas quando há insuficiência de recursos por parte da família.

O parágrafo único do artigo que trata a respeito da isenção da exigência da prova obrigatória para o cumprimento da matrícula nos casos em que se “comprovasse estado de pobreza do pai ou responsável, insuficiência de escolas, matrícula encerrada ou doença ou anomalia grave da criança.” (ALGEBAILLE, 2009, P.107).

Somente com a redemocratização do país no fim do regime militar, se altera a relação do Estado com a obrigatoriedade do ensino. Através da Constituição de 1988 e da LDB de 1996, seriam estabelecidos avanços concretos, com a criação de dispositivos legais que permitissem a cobrança jurídica do direito social à educação, sendo definido como um direito público, e que seu acesso seria obrigatório e gratuito.

Outra delimitação importante da Constituição de 1988, diz respeito ao percentual estipulado de gastos com educação por parte da União e do Estado. Na Constituição anterior, de 1971 se estabeleceu um percentual de 20% da receita tributária dos municípios e das transferências financeiras providas da União para gastos com o ensino obrigatório.

A Constituição Federal promulgada em cinco de outubro de 1988, é a que passa assegurar de maneira mais clara o reconhecimento do direito à educação no país, como mostra a passagem a seguir:

A declaração do dever do Estado com a educação e a garantia do ensino gratuito em estabelecimentos oficiais ganham precisão. A declaração da gratuidade do ensino obrigatório não é mais vinculada a uma faixa etária específica. A progressiva extensão da obrigatoriedade e da gratuidade do ensino médio, o atendimento educacional especializado para os portadores de deficiência, o atendimento em creche e pré-escola às crianças de 0 a 6 anos e a oferta de ensino regular noturno aparecem também como dever do Estado com a educação. (ALGEBAIL, 2009, p.109).

É evidente que não é capaz de garantir toda essa oferta em diferentes segmentos, níveis e modalidades de ensino para todos, mas de qualquer forma, representa um avanço inegável no que tange o ideal de educação como um direito de todos, do ensino como obrigatório e gratuito.

A partir dos anos 1970 há uma crescente entrada das mulheres no mercado de trabalho, e a partir dos anos 90 há uma série de campanhas de incentivo à população para alfabetização, fomentadas por políticas de eliminação do analfabetismo e universalização do ensino fundamental. (Algebaile, 2009).

A garantia do ensino gratuito para crianças de 0 a 6 anos permitiu que as mulheres, que antes, em sua maior parte cuidavam dos seus filhos e das tarefas domésticas, possam trabalhar enquanto seus filhos estão na escola. Além disso, permitiu também que os trabalhadores que cumprem uma jornada de trabalho de oito horas durante o dia, tivessem a possibilidade de estudar no período noturno para a conclusão do ensino de nível básico.

Em termos econômicos, nesse período, com a promulgação da Constituição de 1988 e com a LDB de 1996, há uma delimitação a respeito dos gastos do poder público (União, Estados e Municípios) com o ensino obrigatório. Uma das novas medidas impostas pela Constituição foi a obrigatoriedade de aplicação de metade do total de recursos destinados pelo poder público para a educação para a erradicação do analfabetismo e universalização do ensino fundamental.

Já a LDB, alguns anos mais tarde, é o primeiro texto a substituir o termo “poder público” por “estados, municípios e distrito Federal”, especificando de forma mais precisa, os agentes investidores que compõem o poder público, não mencionando a União como um desses agentes, pelo menos, de forma direta.

Além disso, determina um aumento no percentual de investimento destinados por estados, municípios e distrito Federal em educação para 60%, com objetivo de desenvolvimento do ensino fundamental, de assegurar a universalização de seu atendimento e, de alcançar a remuneração adequada aos profissionais da educação.

O tempo de escolarização obrigatório também variou no tempo conforme as transições entre Constituições e a aparição da LDB no cenário do ensino escolar. Por “tempo de escolarização” entende-se a duração de cada nível ou etapa de formação, número de dias letivos e de horas de atividade escolar, os mínimos fixados na jornada escolar diária e o tempo geral de escolarização.

A primeira referência em termos de lei que tem relação com o tempo de escolarização apareceu na Lei Orgânica do Ensino Primário na Constituição de 1946, e determina que o ano escolar teria duração de dez meses, divididos em dois períodos letivos separados por vinte dias de férias.

A LDB de 1961 não trata precisamente do tempo de escolarização, mas estabelece uma duração mínima do período escolar, delimitando, por exemplo, o número de dias de trabalho escolar efetivo e o número de horas semanais destinadas para o ensino de disciplinas e práticas educativas.

Somente em 1971, através da lei 5.692 a duração do ano letivo teria adquirido uma formulação jurídica e administrativa mais detalhada. Segundo Algebaile (2009), é nesse momento que o ensino de primeiro grau, usualmente chamado de “primário” nesse período, passa a compreender anualmente pelo menos 720 horas de atividades e que o ano letivo dispusesse no mínimo 180 dias em dois semestres de 90 dias no mínimo cada um deles. Vinte cinco anos mais tarde a LDB de 1996 reforça a delimitação do número de dias do ano letivo e ainda realiza ampliações e detalhamentos a seu respeito.

A expansão do acesso ao ensino, sem dúvida, foi conquistada em alguma medida no país nas décadas finais do século XX. Dados mostram que tanto a oferta, quanto o número de matrículas aumentou no período compreendido entre 1991 e 2000. No entanto mesmo com a extensão da obrigatoriedade do ensino, não foi possível, que

grandes parcelas da população, principalmente as camadas mais populares acompanhasse os oito anos obrigatórios de ensino.

Na realidade, os indivíduos de camadas populares não estendiam seus estudos aos oito anos obrigatórios até os anos 2000. Dados do IBGE mostram que muitos indivíduos não prolongavam seu período escolar até as séries finais do “primeiro grau”, uma grande parcela dos matriculados só frequentavam a escola até as quatro séries iniciais do então primeiro grau, conhecida na época como primário. (Algebaile, 2009)

Esse dado já é capaz de apresentar uma discrepância entre a formatação jurídica da escola que conta com a obrigatoriedade de ensino até os 14 anos e a realidade da frequência e da matrícula dos indivíduos na escola. A partir desse cenário, podemos começar a ter noção de como a expansão da oferta de ensino não significou diretamente na mesma medida o aumento da escolaridade das crianças e jovens.

Chama a atenção os números a respeito do percentual dos jovens no fim dos anos 90 que concluíram a etapa de ensino considerada obrigatória por lei. Segundo Algebaile (2009) apenas $\frac{1}{4}$ da população de dez anos ou mais concluiu os anos de ensino obrigatório em 1991. Nos números referentes ao ano 2000, esse percentual melhora de forma muito discreta, revelando que aproximadamente 64% da população de dez anos ou mais não concluíram a etapa de ensino obrigatória por lei.

Nesse sentido, os dados mostram que apesar das matrículas terem aumentado de forma significativa ao longo das décadas do século passado, a precariedade de parte importante da população era tão intensa, que o crescimento era ainda insuficiente ao universo a ser coberto.

Outro ponto de atenção é o que diz respeito à qualidade de ensino ofertada na rede pública, pois o número de matrículas, em nada, diz respeito a qualificação dos professores, ao desempenho dos alunos nas avaliações e à estrutura das escolas. Enquanto cresce o número de matrículas, o sistema de ensino público continua mostrando limitações para ofertar um ensino de qualidade.

Nessa mesma linha de argumentação, Peregrino (2006) realiza uma investigação sobre essa relação conflituosa entre os jovens pobres e a escola pública fundamental, cada vez mais duradoura na vida desses indivíduos. A partir da década de 70 os pobres passaram a ingressar na escola pública, o que acabou por prover uma expansão rápida e degradada da instituição e das suas funções específicas.

Em sua pesquisa tinha como objetivos entender alguns dos impasses que atingem as escolas no processo de escolarização dos jovens, e aprofundar na discussão

de uma instituição para colher e analisar alguns dos elementos que determinam as relações entre instituições e sujeitos sociais neste país.

A escola pública antes do processo de expansão, aquela que reside na memória coletiva como a “boa escola pública” era também uma escola para poucos. Era considerada boa porque cumpria com certa eficácia sua função restrita. Ao se expandir, ela muda de função, deixando de ser a mesma escola.

Portanto, não se pode falar em degradação, mas em uma expansão degradada. Peregrino (2006) centra seus esforços em entender a forma como se deu a expansão da instituição, para entender os elementos da sua mudança. Sem dúvida, é também um estudo sobre a forma como a escola passa a ser ocupada pelos pobres, mesmo, sem integrá-los.

Quando passa a ser ocupada pelos pobres, entende-se que a escola se expandiu, não só em número de alunos e na “cobertura” das classes, mas também em suas funções, passando a incorporar mecanismos ligados à gestão da pobreza, com prejuízo das funções “clássicas” da instituição escolar.

É o que ela classifica como novo ciclo de expansão, no momento em que se verifica uma multiplicidade de processos que demarcam tanto continuidade quanto contradições e choques entre internacionalidades e expectativas diversas que ocorreram entre projetos que não tipicamente escolares de instituições consolidadas como o Estado e a Igreja, mas que promovem outras utilizações e usos da escola, de sentido variado.

Segundo Peregrino (2006), a “desescolarização” da escola é uma das características principais do trabalho escolar das instituições de Ensino Fundamental pesquisadas na periferia urbana de Porto Alegre e a gestão da pobreza uma das tarefas primordiais dessas escolas no contexto do seu território. Para isto, primeiramente, retomamos, de forma breve, o histórico da expansão do ensino público no país para apresentar que, nos territórios periféricos, habitados pelas populações despossuídas, a escola é configurada como o “Estado dos pobres”.

Ao longo dessa trajetória de ampliação, as escolas públicas iniciaram sua circunscrição nos contextos de pobreza, chegando aos territórios mais segregados das cidades. Daí em diante, essas instituições, por força do Estado, incorporaram ainda mais elementos de gestão da pobreza de forma mais intensa. (PEREGRINO, 2006).

A oferta escolar, no Brasil, é fundamentalmente desigual devido à coexistência de demandas de escolarização novas e antigas, gerando uma situação paradoxal ao

produzir “um permanente e gigantesco déficit educacional num contexto de permanente expansão da escola no território nacional” (ALGEBAILLE, 2013, p. 204)

Sem dúvida, a falta de escolas ou de salas nas escolas existentes, a insuficiência de professores para o atendimento das turmas constituídas, a alocação de turmas em instalações inadequadas e provisórias, a falta de transporte escolar, a irregularidade na realização das jornadas escolares e dos anos letivos, a descontinuidade na oferta dos diferentes anos, etapas e níveis de ensino, manifestam alguns dos aspectos desse déficit, cujo resultado concreto era a permanente produção de um grande número de pessoas sem passagem pela escola e outro grande número cuja passagem pela escola não garantia os mais elementares níveis de acesso ao conhecimento, sem que isto impedisse a apropriação lucrativa da escola por parte de setores relevantes do capital. (ALGEBAILLE, 2013, p. 204).

Remontando à história, já no início do século XX, a escola tinha, concomitante à função de educação escolar, utilidade para fins não educacionais. O desenho de ensino obrigatório que vinha compondo projetos de ensino em estados ou municípios incluía a migração de tarefas para a escola, especialmente no que diz respeito aos objetivos de orientação para o trabalho. Apesar de essa ser uma prática instituída, a novidade desse período foi o direcionamento de uma política de alcance nacional à escola pública elementar. E, é exatamente nesse momento que se nota o crescimento do alunado pobre nessas escolas. (PEREGRINO, 2006)

Nas décadas posteriores, a saúde escolar exerceu significativa influência sobre as formulações e ações relativas à escola. Ela constituiu um programa permanente, vinculado predominantemente às pastas de educação e ao qual seriam atribuídas tarefas relativas à educação higiênica, à assistência à saúde das crianças escolarizadas e à inspeção e orientação da salubridade do espaço escolar.

No fim dos anos 1970 foi criado um tipo de programa de cunho assistencial, ancorado na associação entre educação e redução da pobreza, cuja estrutura organizacional dependia do setor educacional. Em 1980, surgem alguns programas governamentais que penetram na escola, como exemplo do Programa Nacional de Ações Sócio-educativas e Culturais para as Populações Carentes Urbanas (Prodasec) e do Programa Nacional de Ações Sócio-educativas e culturais para o meio rural (Pronasec).

Esse é o momento talvez que consagre o papel da escola como posto avançado do Estado, começa a se apresentar como atrativa para projetos que buscavam a

instituição de formas sistemáticas de controle social que levassem a aceleração de processos “civilizatórios”. Assim como, para projetos de mera legitimação política e atenuação dos conflitos que poderiam derivar da intensificação da pobreza.

A realização de projetos de cunho assistencial via escola permitia a dissimulação da insuficiência da ação do Estado no campo das políticas sociais. O aproveitamento do aparato escolar e do seu alcance territorial e populacional garantiam maior alcance das ações com economia de recursos financeiros e institucionais.

Olhando de forma mais ampliada, essa via de ação transmutava as desigualdades sociais, produzidas pela própria atuação do Estado nas esferas econômica e social, em carência educacional e cultural do povo.

Ao estar a serviço de propósitos econômicos e sociais e, mais do que isso, ao estar subordinada a uma forma particular de relação entre o Estado e os pobres na sociedade brasileira, a expansão da oferta educacional do ensino público aos empobrecidos caracterizou-se como uma “integração subalterna, mais ou menos às margens das instituições estatais” (PEREGRINO, 2006, p. 314). O descumprimento por parte do Estado na ampla oferta e regulação de ações que “deveriam caber a outros setores do estado, da sociedade e do capital” (ALGEBAILLE, 2004, p. 261), sobrecarregaram as escolas situadas nas periferias urbanas.

Nesse sentido, estaria destinada à escola o papel de espaço fundamental de reprodução dessa nova desigualdade, marcada também no âmbito das políticas que proporcionam o acesso à escola, mas não aos benefícios trazidos pela escolarização, por espaços de sociabilidades distintas.. (PEREGRINO, 2006).

Ao configurar-se como o “Estado dos pobres”, organizada como um posto do Estado para onde convergem ações de diversas áreas das políticas sociais, a escola sofre um processo de “desescolarização. Ela vai se tornando “menos escola”, por uma série de elementos que confundem e a sua função essencial. Ou seja, as políticas de gestão da pobreza, ao invés de ser fortalecida como instituição, a escola tem o esvaziamento ou precarização da sua tarefa primordial: a educação escolar. (PEREGRINO, 2006).

O processo de perda da função educativa da escola está profundamente relacionado com o que pesquisadores têm denominado de efeitos do território. A análise da escola circunscrita a um território traz a ideia de que o fato de pertencer ou estar em um determinado lugar influencia de diversos modos a vida social dos sujeitos e as oportunidades às quais terão acesso. Como aponta Bourdieu (2002), essa consequência

que o espaço produz no sujeito e nas instituições é denominada efeito do território, ou efeito do lugar.

Ao tomarmos conjuntamente as noções de “desescolarização” e efeito do território periférico, vale ressaltar que, ainda que o processo de “desescolarização” da escola possa ser verificado como um fenômeno amplo que vem afetando escolas públicas de Ensino Fundamental no Brasil em geral, é nos contextos periféricos segregados onde esse processo se apresenta de forma mais intensa.

A “desescolarização” da escola pode ser definida como uma ação combinada do esvaziamento e aligeiramento dos conteúdos escolares, da precarização dos espaços físicos escolares, e das formas de trabalho que envolvem os processos de escolarização (assim como da formação de seus profissionais) e, finalmente, da penetração maciça e do adensamento das políticas de gestão da pobreza e dos pobres que passam a frequentar a instituição. (PEREGRINO, 2006, p. 102).

O esvaziamento da função educativa da escola evidencia uma crise na sua função social. Ao assumir políticas de gestão da pobreza, as instituições de ensino público sofrem uma fragilização estrutural, perdendo a sua legitimidade e, mais do que isso, gerando consequências perversas ao trabalho educacional da escola.

Ao se tornar “menos escola”, a instituição se torna mais um lugar de contenção e controle dos pobres do que um lugar de instrução e desenvolvimento desses sujeitos. (PEREGRINO, 2006). Impelidos pelas demandas que recaem na escola, e sem contar com políticas educacionais sólidas, sobretudo no âmbito da formação continuada, os profissionais que lá atuam acabam muitas vezes assumindo a gestão da pobreza como de fato sendo o papel principal de suas atribuições.

Algebraile (2009) recorre ao processo de “modernização passiva” cunhado por Gramsci para pensar a respeito da transformação das dinâmicas e políticas que passam a penetrar a escola a partir dos anos 90. O entendimento das revoluções passivas requer atenção às modificações moleculares, por vezes sutis, mas que se tornam matrizes de novas e sucessivas modificações.

O conceito de “revolução passiva” se opõe ao de “revolução explosiva”, sendo a última representada por revoluções históricas como a francesa e a soviética, onde as mudanças acontecem de forma mais explosivas e destrutivas sobre a antiga poder, ordem ou formatação jurídica.

A grande potência em seu trabalho reside na possibilidade de reportar a escola ao máximo, ao contexto de relações em que ela se forma, a ponto de ser possível

pleitear a ideia de que sequer sua função mais especializada teria ficado resguardada diante de suas utilizações e usos.

O modo como Algebaile (2009) enxerga o modelo de “escola à brasileira” confronta e combina, no plano concreto da história, os diferentes propósitos dirigidos à escola, com os transformismos, fusões, restaurações, contaminações e capturas disso decorrentes, com o consequente adensamento de aspectos ou possibilidades que se tornam mais interessantes para projetos distintos.

Não podemos deixar de comentar sobre as mudanças realizadas no período da reforma educacional federal na primeira gestão de Fernando Henrique Cardoso. Seguindo a linha de pensamento da autora:

Tais mudanças apontam para um novo ciclo de modificações da escola que conjuga, de maneira tensa, movimentos de conservação e inovação. Trata-se sem dúvida, de um processo de forte modernização – mais evidente no âmbito da gestão administrativa, mas que também alcança as relações políticas – que procura compatibilizar o setor educacional aos novos parâmetros apresentados como condicionalidades de organismos internacionais. (ALGEBAILLE, 2009, p.225)

Dessa maneira, podemos entender os “novos parâmetros apresentados como condicionalidades de organismos internacionais” como parte de uma negociação ampla que transborda as questões educacionais, e que ao menos, tenta casar a esfera educacional e não educacional por meio da atualização de antigas formas de utilização da escola.

A transformação de antigas formas de utilização da escola acabam por intensificar as perdas no plano dos direitos, o retraimento da esfera pública ou a conservação de sentidos restritivos já fortemente combatidos por inúmeras lutas por escola. A nova forma de inscrição na política social formata o novo ciclo de mudanças da escola, e, representa um agravamento de relações já construídas em contextos anteriores e sua atualização diante de um novo contexto econômico-político mundial. (ALGEBAILLE, 2009).

Esse quadro mundial de mudanças econômicas, políticas e institucionais atuais tem início a partir da crise econômica estourada na década de 1970. Vale lembrar que a crise econômica dos anos 1930 teve como resposta formulações em diversos campos, dentre os quais se destacariam a de Keynes, que entendia o equilíbrio da economia como dependente do papel do Estado em regular as relações econômicas.

O modelo no qual o Estado assume papel fundamental no equilíbrio da economia por meio de medidas políticas que regulassem as relações econômicas

também entra em crise na década de 1970, mas deixa suas marcas nas constituições que sucedem o período, como exemplo da de 1988.

No que tange à participação dessas mudanças no problema relativo à pobreza e no direcionamento da política social, os programas de garantia de renda mínima são os que melhor expressam essa nova tendência de assistência social. Esses programas começaram a ser executados nos países centrais, segundo Algebaile (2009), com objetivo principal de garantir um padrão de vida mínimo para aqueles que se mantinham em uma faixa de rendimento tão baixa que ameaçava o próprio equilíbrio social e político.

Os países periféricos, também passaram pelo mesmo processo, mas que acabou por efeitos diversos, visto que o avanço dos sistemas de comunicação e de transportes proporcionou às empresas uma inserção: “na organização mundial da produção que ampliaria o domínio dos mercados, mas ao mesmo tempo reforçaria a dependência tecnológica, econômica e política dos países periféricos em relação aos centrais”. (ALGEBAILLE, 2009, p.235).

A dependência desses países em relação aos organismos internacionais de financiamento, por outro lado, fez com que as “diretrizes” acerca dos novos formatos de atuação do Estado assumissem a forma de sentença. Isso porque, Algebaile, (2009), aponta que elas apareciam como acordos de condições antepostos às renegociações da dívida externa.

Sem dúvida, as mudanças na economia transformaram as condições de vida dos usuários das escolas públicas e modificaram o horizonte de expectativas relacionadas ao processo de escolarização, o que acabou por impulsionar uma transformação nas condutas diante da escola e levantando novos debates a respeito dos projetos educativos adequados às mutações da vida econômica e social, e, conseqüentemente, da realidade escolar.

As mudanças referentes à educação, no formato de reformas dos sistemas educacionais para os países periféricos, como exemplo dos latino-americanos, orientavam-se conforme a diminuição de gastos. Isso foi feito, em especial, por meio da reestruturação dos sistemas de ensino que definissem novas prioridades e métodos organizacionais, tornando as escolas instituições mais eficientes.

Nesse momento, para Algebaile (2009), os princípios da qualidade e autonomia antes colocados como centrais na questão educacional, acabam sendo submetidos a uma visão gerencial, baseada na atuação da escola como instância administradora de verbas,

currículo, métodos, formas organizacionais e recursos definidos em ordens impostas de cima para baixo.

A preocupação com o ensino mais elementar cumpriria, dessa maneira, função realmente estratégica na abordagem da pobreza. Isso porque, por um lado, permitiu ampliar, ainda que precariamente, a atuação do Estado naqueles grupos populacionais para as quais não estão previstas outras formas de integração social, capazes de atenuar tensões e conflitos latentes.

Por outro lado, acabou por difundir a ideia de que as pobreza e as mazelas sociais decorrem pela carência do processo de escolarização dos mais pobres, e que a educação escolar é o meio essencial para garantir-lhes maiores oportunidades de emprego, aumentar sua produtividade e modificar seu comportamento.

O Banco Mundial assumiria o papel de principal organização atuante em diversos países para a formação de uma agenda de ações orientadas a essa nova configuração educacional no lugar da UNESCO, que representava significativa atuação no campo educacional e constituiria importantes acúmulos a respeito da democratização a escola pública. (LEHER, 1998, p. 187 apud ALGEBAILLE, 2009, p.267).

Em suma, essas recomendações, orientações, e penetrações de novos agentes investidores no setor educacional, ganham maior espaço na gestão Fernando Henrique Cardoso, pois foi nela que tomada um conjunto variado de medidas que reorientavam o setor educacional.

Dessa forma, um conjunto de medidas conformou a organicidade de uma política educacional, sendo potencializadas, ao assumirem estrutura mais complexas, novas relações de maior alcance, e conexões mais bem construídas no sentido de sua organização sistêmica. (Algebaile, 2009)

Contudo, todo o avanço notável na regulamentação a respeito da obrigatoriedade da educação que definiu segmentos, conteúdos, métodos, duração e outros padrões, parece ainda não ter promovido igualdade e democracia no processo educativo brasileiro. Isso porque, apesar das formatações jurídicas, a escola não dá conta de minimizar as diferenças socioculturais entre os indivíduos de diferentes grupos sociais.

Tomando como ponto de análise o território brasileiro, marcado pela pobreza, pela concentração de renda e outras mazelas sociais, podemos entender que a escola no mínimo tem que lidar com essas relações de desigualdade no seu processo de aprendizagem.

Na mesma medida em que a escola passa a ofertar mais vagas e incluir uma diversidade social maior, ela também vai se transformando em uma escola mais inchada, que atende um público enorme e diverso, mas não é capaz de oferecer aos indivíduos nem um significado, ou seja, no sentido que ela representa na vida social, e muito menos um padrão de qualidade, principalmente no que diz respeito à escola pública.

Dessa forma a escola, cresce, mas de forma precária, não consegue dar conta de cumprir sua principal função, pois como os trabalhos apontaram, ela desvia de finalidade para lidar com as mazelas sociais do nosso país. Além disso, apresenta uma série de problemas no que tange à qualidade das instalações e condições do trabalho docente que acabam por colocar em xeque as possibilidades de aprendizado no espaço escolar.

De todo modo, essa pesquisa pretende deixar claro, que o recorte analítico a respeito da educação no Brasil é circunscrito a uma relação entre tempo e espaço. Isso quer dizer que, a análise dos autores selecionados nesse subitem possui uma relação com o tempo, portanto ela remete a um período de tempo específico que cessa em 2008.

Nesse sentido, o trabalho não teve como foco as mudanças mais recentes no sistema de educação básica, deixando uma lacuna para elaboração de uma pesquisa posterior. O período que engloba o governo da presidente Dilma Rousseff (PT) e do presidente atual, Jair Bolsonaro (sem partido) merece uma atenção maior, pois entendo que promoveram mudanças que precisam ser melhor analisadas para compreender o quadro contemporâneo das escolas no país.

2.2 – As dinâmicas escolares impostas pelo fenômeno de segregação espacial em cidades latino-americanas

Comum a muitas cidades latino-americanas, Santiago no Chile também passou por mudanças na distribuição da população no espaço urbano. Segundo Flores (2008), as crianças que moram em regiões pobres e segregadas, não somente tem acesso a uma série de oportunidades de pior qualidade, mas também apresentam os piores resultados escolares.

Esse fenômeno possui relação explícita, para a autora, com os processos de socialização que experimentam em suas casas, suas famílias e nos seus bairros. Isso ocorre devido à existência de uma distância nítida entre os saberes escolares e seu *ethos*

de classe. Desse modo, a segregação espacial não leva só a uma distância física entre os indivíduos das diferentes classes sociais, mas também a um afastamento cada vez maior entre os processos de socialização nas diferentes classes. (FLORES, 2008)

Para a autora, o “efeito bairro” possui uma incidência clara dos indivíduos pois existem certos elementos localizados geograficamente no bairro e nas redes sociais locais que atingem negativamente as pessoas que ali moram. É possível classificar os mecanismos pelos quais o “efeito bairro” age sobre os moradores daquela localidade, são eles: mecanismos de controle ou eficácia normativa, fonte de informação e estrutura de oportunidades locais.

A respeito do primeiro mecanismo, podemos dizer que um dos índices da eficácia coletiva é o envolvimento ativo por parte dos vizinhos para conseguir um bem comum sustentado por crenças compartilhadas. Já outro índice que denota o controle social se dá no grau de proximidade que os pais conhecem os amigos de seus filhos. No caso das classes populares que residem em bairros segregados, a eficácia coletiva e o controle social parecem apresentar índices mais baixos.

O segundo mecanismo diz respeito ao fluxo de informações, isso porque, a informação disponível no contexto residencial pode fomentar por um lado, comportamentos positivamente funcionais, como disciplina, e por outro, comportamentos desviados, como a delinquência.

As informações que circulam nas comunidades segregadas para as crianças e jovens afetam completamente suas expectativas de futuro profissional e pessoal. Podemos dizer que os modelos de papel social funcionam como uma fonte importante de informação que atinge o comportamento de crianças e adolescentes em seu processo de formação.

Adultos de sucesso no mundo do trabalho são aqueles que reproduzem valores associados com a produtividade e com o sucesso financeiro. No entanto, a maior parte dos adultos residentes em áreas segregadas que oferecem informações de modelos de papel social para os jovens estão marcados por laços instáveis com o mundo do trabalho, que podem ser observados pelas taxas de desemprego e da rotatividade no mercado de trabalho.

O terceiro e último mecanismo que atinge as crianças na análise do “efeito bairro” de Flores, refere-se à estrutura das oportunidades locais. A qualidade das escolas existentes nessas áreas segregadas, os recursos disponíveis e a capacidade de gestão das instituições são índices para avaliar essa estrutura de oportunidades locais.

Pesquisas realizadas mostraram que a integração entre a comunidade e a escola pode ser um dos fatores fundamentais não apenas para o desempenho escolar, mas também para o desenvolvimento da criança de maneira geral, na medida em que esse vínculo se transforma numa importante via de transmissão de normas.

A falta de recursos necessários ao funcionamento de uma escola e o isolamento em bairros segregados não diretamente atinge a qualidade da escola, mas as demandas e a natureza das necessidades que uma escola deve suprir. Tendo em vista que nesses bairros, a escola deve oferecer também a função assistencial e reabilitadora para as crianças e jovens.

Crianças pobres em áreas segregadas podem ser consideradas inaptas para a educação universitária e serão, portanto, socializadas como tal, enquanto que crianças em bairros mistos ou integrais serão pressionadas, já que as oportunidades disponíveis e as probabilidades de sucesso merecem o esforço. (FLORES, 2008, p. 152)

A partir do estudo realizado no Brasil, Queiroz Ribeiro (2008) faz uma análise dos resultados do Índice de Desenvolvimento e Educação Básica (IDEB) e constata que municípios ligados à região metropolitana possui resultados abaixo daqueles municípios não integrados à região metropolitana. Ou seja, olhando para os resultados do país como um todo, em diversos Estados da Federação, o fato de pertencer à região metropolitana exerce um impacto negativo no desempenho escolar.

A diferença nos resultados escolares entre esses dois tipos de cidade reflete a diferença no arranjo espacial existente nesses dois padrões de arranjo do espaço urbano, e consequentemente, da forma como os indivíduos interagem nesses espaços. As cidades metropolitanas foram mais afetadas pelo processo de massificação, de favelização e segregação espacial, segundo Ribeiro (2009) já a maior parte das cidades de médio e pequeno porte, não interligadas à metrópole e às capitais tiveram a atuação desses processos de forma mais discreta.

“O menor índice de condição social compõe a realidade das regiões metropolitanas, e exerce impacto sobre a qualidade da educação oferecida pelos municípios metropolitanos situados nessas regiões.” (RIBEIRO, 2008, p.61)

Flores (2008) utiliza o caso do Chile para problematizar a relação entre segregação residencial e o sistema educacional. Ressalta que o Chile é um dos únicos países do mundo que possui um sistema de cupons para educação, que funciona como um incentivo ou subsídio do governo para promoção de uma educação gratuita para as famílias que mais necessitam.

A partir dos dados mobilizados pela autora, podemos constatar que o sistema de vouchers não cessa a segregação escolar promovida pela segregação espacial urbana. Pelo contrário, a maior parte das crianças de origens populares, residentes em áreas segregadas estudam nas escolas públicas.

Isso ocorre porque as escolas particulares, em sua maioria, estão concentradas em áreas não segregadas no espaço urbano, já as escolas públicas, na maioria esmagadora, estão concentradas em bairros segregados. Considerando que as famílias pobres não podem assumir o custo de se deslocarem de um bairro para outro diariamente, ficam restritas à oferta local disponível. (FLORES, 2008)

Juntamente a esse fator espacial, a questão da cobrança da taxa extra por muitas escolas subvencionadas, aquelas que aceitam o voucher como pagamento de mensalidade, acabam por excluir os mais pobres, que não tem condições de pagar nada a mais pela educação de seus filhos do sistema privado de ensino.

Os dados também apontam para melhores resultados no desempenho das escolas privadas e principalmente das escolas privadas em regiões mais centrais da cidade. Isso revela que as crianças e jovens de famílias de origens populares e moradores de bairros segregados não possuem condições efetivas de acesso às escolas de melhor qualidade, com melhores médias nos exames nacionais.

Outro trabalho que ilustra bem essa relação entre configuração espacial e sistema escolar nacional foi realizado em Montevideu no fim do século passado. Retamoso e Ksztman (2005) apontam para o aumento da concentração de domicílios pobres em bairros pobres.

Para os autores, a desigualdade na distribuição das pessoas de escassas qualificações na cidade aumentou, logo, também aumentou a homogeneidade na composição social dos bairros onde residem. Além disso, esse fenômeno leva à redução das possibilidades de interação com pessoas de qualificações mais altas.

Eles revelam que crianças que moram em lares de escassos recursos financeiros e humanos apresentam melhores resultados escolares quando moram em vizinhanças com composição social mais heterogênea. Já as crianças que também moram em lares com escassez de recursos, mas que vivem em áreas segregadas, portanto com composição social homogênea apresentam piores desempenhos escolares.

A escola pública deveria ser o lugar, capaz da promoção de encontro entre os diferentes indivíduos, de diferentes classes sociais. No entanto, Retamoso e Ksztman (2005) alertam que como a maior parte das escolas públicas primárias recebem alunos

do próprio território, o público que frequenta essa escola é altamente dependente da composição social dos bairros onde as escolas se instalam.

Assim como no Brasil, onde a maioria das escolas públicas de ensino fundamental recruta seus alunos no próprio território onde está instalada, o lugar simbólico da escola – tão importante para determinar o alcance de seu papel institucional – passa a ficar atrelado ao próprio lugar ocupado pelo território no mapa sócio-espacial das cidades. Donde se conclui que um território segregado, por razões econômicas e/ou culturais, tende a segregar a escola, marcando negativamente seus alunos, professores e funcionários, e impondo consequências de enorme significado, tanto para o trabalho de instrução, quanto para o de socialização. (PAIVA; BURGOS, 2009, p. 8).

A importância relativa das experiências vividas tão cedo sobre cidadania e coletividade depende da adequação entre a composição social de suas escolas e seus bairros com a própria cidade. Em outras palavras, a importância da noção de cidadania está sustentada na possibilidade de convivência das crianças com outras de camadas sociais diferentes.

Dessa maneira, a escola acaba ferindo o ideal de integração social, uma vez que o modelo de cidade impõe uma configuração espacial urbana que separa os indivíduos de diferentes grupos sociais em bairros diferentes e escolas diferentes.

Portanto, se partimos do pressuposto que há uma discrepância entre a forma comportamental padrão difundida nos bairros de composição popular e a forma comportamental adequada à escola, vamos notar que a tendência é que essa discrepância acabe por se agravar.

Isso porque, as escolas acabam se limitando a receber um público muito limitado e pouco diverso, não permitindo com que o “*ethos*” de diferentes grupos sociais entrem em contato. Assim como, não permite que os indivíduos sejam introduzidos na forma de comportamento adequada à escola, pois só convivem com indivíduos do mesmo grupo e classe social, e logo, não acreditam que qualquer outro padrão comportamental seja importante de alguma maneira para suas vidas.

2.3 – A escola enquanto instituição social

Uma vez que a criança, não convive com a sociedade como um todo, mas apenas com uma parte da sociedade restrita ao seu bairro e em uma escola que atende um

público específico e homogêneo, concentrado em uma área da cidade segregada, não é possível que o processo de socialização dela cumpra a expectativa de integrar um pensamento, prática ou costumes comuns à maior parte da sociedade.

Essa criança será socializada mediante costumes, práticas e ideias referentes ao território onde está segregada e portanto, apartada de outras localidades no espaço da cidade. Sem dúvida, ela será socializada, pois todo indivíduo que vive em sociedade, segundo Durkheim (1893), é socializado ao longo de sua vida, primeiro pela família, e secundariamente, pela escola, pelo bairro, pela Igreja e por outras instituições que se façam presente ali no território onde vivem.

Por outro lado, quando as instituições não são capazes de integrar o indivíduo em valores comuns, quando se mostram ineficazes em fazer tal papel, ao invés de socializar o indivíduo pode produzir o efeito contrário.

É o que nos mostra Alain Touraine a partir de dois conceitos: desmodernização e dissociação. A dissociação, ao contrário da associação, ao invés de unir e agregar os indivíduos, segrega, divide e separa os indivíduos como mostra a provocação a seguir:

Como poderemos viver juntos se nosso mundo está dividido pelo menos em dois continentes cada vez mais distantes um do outro: o das comunidades que se defendem contra a penetração dos indivíduos, de ideias, de costumes que vêm do exterior, e aquele sobre cujas condutas pessoais ou coletivas a globalização tem um fraco controle. TOURAINE, 1998, p. 12).

Alguns elementos como a evolução dos meios de comunicação passaram a ocupar cada vez mais espaço na vida cotidiana dos indivíduos e se tornaram responsáveis por produzir espaços privados submersos pelas ondas de cultura mundial. Esse processo acaba por enfraquecer as relações sociais, que até então sempre foi através delas que a Sociologia buscou explicar e compreender os comportamentos dos atores sociais.

Essas mudanças levam ao indivíduo a perda do seu sentimento de identidade com a sociedade, com os valores comuns compartilhados, e dá lugar a outro tipo de pertencimento e expressão social. Logo, ao invés das transformações ocorridas nas últimas décadas promoverem maior integração dos indivíduos em valores sociais comuns, acaba produzindo o contrário, uma espécie de “dessocialização”.

Outro argumento mobilizado pelo autor é que enquanto o indivíduo se constituía enquanto produtor ou consumidor de uma dinâmica econômica que estava, quase sempre, inserida em uma sociedade local, com costumes e formas tradicionais de poder,

ele possuía outra visão totalmente diferente da vida pública e do significado de cidadania. (TOURAINE, 1998, p.19)

A partir do momento em que surge a sociedade industrial, o cidadão é substituído pelo ator econômico e mais especificamente por classes antagônicas. Ao mesmo tempo que rompe com a concepção anterior que unia quase naturalmente o universalismo da razão com um individualismo que ultrapassava a defesa do interesse pessoal.

Segundo Flores (2008), o isolamento das diferentes classes sociais que acaba por levar à segregação espacial dessas classes, reforça, legitima e perpetua a distância entre *ethos* particulares de cada classe, que informam de maneira distinta, as práticas e hábitos de cada uma.

No Brasil, Saes (2005) procura demonstrar que a defesa da escola pública, universal e gratuita e a difusão do “mito da escola única”¹ expressam os interesses da classe média (definida como o conjunto dos trabalhadores assalariados não-manuais). Segundo o autor, o apego à estratificação social (hierarquia salarial), justificada pela ideologia da meritocracia, é o que diferencia a classe média tanto da classe operária como da burguesia e da pequena burguesia, cuja ideologia típica é o apego à propriedade privada.

A partir da análise de Moignard, podemos pensar a respeito da relação entre escola e território, como sendo um tanto problemática, pelo fato de haver um desencontro da aprendizagem escolar com as atividades cognitivas e corriqueiras. Quando se trata dos alunos das periferias a socialização escolar é mais violenta frente às suas atividades cotidianas como ilustra o autor a seguir:

Essa socialização escolar é percebida como “a” condição de entrada na aprendizagem, sem que a dimensão socializante da aprendizagem em si seja de fato questionada. As atividades cognitivas ligadas aos usos escolares ordinários são, na verdade, relegadas ao lugar de questões periféricas, traduzidas sob a forma de acompanhamento de deveres mais pontuais de um enquadramento “metodológico, em torno de alguns exercícios particulares. (MOIGNARD, 2014, p.439)

Logo, é através de uma forma hipotética de ressocialização escolar, que os conteúdos são agrupados e mobilizados, apresentando uma naturalização excessiva do déficit de socialização do qual sofreriam alguns alunos, aqueles considerados desviantes ou “difíceis”. Se tiverem conhecimento e consciência das regras do jogo, eles terão um

comportamento mais adaptado à escola, ou seja, tornar inteligíveis as referências normativas da escola e os usos dela decorrentes em termos de comportamento.

A questão do comportamento para Moignard (2014) está dissociada das questões de aprendizagem, a atividade do aluno está referida a uma visão utilitarista do exercício escolar. Esses alunos, que já são aqueles que têm dificuldades de entrar nas lógicas de aprendizagem mais estruturantes, são finalmente confortados, em uma forma de desacerto permanente.

A baixa assiduidade do aluno é sistematicamente associada a um déficit de sociabilidade escolar, que remete a uma prescrição particularmente normativa de comportamentos esperados, e que não levam em conta os elementos do contexto que, no entanto, marcam profundamente a sua experiência escolar. Ao colocar como alvo os alunos com necessidades ditas particulares, esses dispositivos se inserem em uma reconfiguração dos espaços escolares, demarcando não tanto um enfraquecimento da instituição, como se denuncia às vezes, mas uma reapropriação pelos atores não escolares das questões da escolarização. (MOIGNARD, 2014, p.440)

Tendo em vista os aspectos observados, podemos dizer que a escola não se apresenta como uma instituição que é capaz de agregar os indivíduos e difundir entre eles um “*ethos*” comum. Há um notável descompasso entre a forma das relações de aprendizado dentro da escola e a forma que convivem em seus bairros e nas localidades onde os alunos residem.

A escola não é capaz de levar o indivíduo um ideal de cidadania comum na sociedade atual, segmentada em diversos grupos, com um fluxo de comunicação extremamente rápido e intenso. Logo, ela não integra o indivíduo, e mais do que isso, acaba produzindo o efeito colateral, ainda divide e separa mais o corpo social.

2.4 – Existe uma escola “justa”?

De toda forma, a Sociologia da Educação mostra que a abertura de um espaço de competição escolar objetiva não elimina as desigualdades. Primeiramente, existem as desigualdades entre as pessoas, pois, desde a escola elementar, as diferenças de desempenho entre alunos que pertencem às mesmas categorias sociais são evidentes. Também são nítidas as desigualdades entre os sexos e entre os grupos sociais persistem e, desde o início, as camadas sociais mais favorecidas têm vantagens decisivas.

Essas desigualdades estão ligadas às condições sociais dos pais, mas também ao seu envolvimento com a educação, ao apoio que dão aos filhos, bem como à sua competência para acompanhá-los e orientá-los. Em outras palavras, pode haver questões

ligadas às condições sociais dos pais que pesem na educação dos filhos, mas também pesa a ausência de empenho e envolvimento por parte dos pais no processo educativo.

No sentido contrário das sociedades no modelo aristocrático que priorizavam o nascimento e não o mérito, as sociedades sob regime democrático escolheram convictamente o mérito como um princípio essencial de justiça. Dessa maneira, a escola é justa porque cada um pode obter sucesso nela em função de seu empenho e de suas qualidades. (Dubet, 2004).

É notório que a escolha da igualdade de oportunidades sempre foi limitada e que, nas sociedades mais desenvolvidas, até meados do século passado, o nascimento continuava a pesar consideravelmente na orientação escolar dos alunos nos sistemas divididos em várias escolas: a escola do povo, a escola das classes médias, a escola da burguesia, as escolas profissionais, as da cidade, as do campo, as da Igreja, as do Estado.

Na verdade, durante muito tempo, o mérito desempenhava um papel apenas complementar para os filhos dos trabalhadores e os “dotados” que podiam, graças ao sistema de bolsas, ter acesso ao antigo ginásio e, para uma minoria deles, chegar ao colegial. No entanto esse papel não era dominante como forma de sucesso e conquista de vagas e diplomas.

Mas, basicamente, cada categoria social estava vinculada a um determinado tipo de público escolar. Na verdade, a questão não era tanto criar um reino de igualdade de oportunidades, e sim permitir uma certa mobilidade social graças à escola para as classes médias e uma minoria do povo. Esse elitismo republicano (é assim que ele é chamado na França) repousa, portanto, sobre um princípio de mérito bastante parcial, e o fato de que muitos professores tenham sido bolsistas não nos deve levar a uma nostalgia que não se sustenta além das classes médias escolarizadas, que tudo devem à escola.

Afinal, embora a escola de massas, que possui como princípio o mérito tenha elevado o nível de escolarização de toda a população e, na França, por exemplo, o número dos que terminam o colegial tenha sido multiplicado por dez nos últimos cinquenta anos, as diferenças entre os grupos não foram sensivelmente reduzidas durante esse mesmo período.

É preciso dizer claramente: esse modelo gerou decepção. Quando olhamos diretamente para o caso do Brasil, vemos que a história se desenrolou de forma bem semelhante, já que a partir dos anos 90 a oferta de vagas para Escola básica aumentou

significativamente, mas isso não fez com que fossem eliminadas as disparidades entre os diferentes grupos sociais.

E a mesma constatação se impõe, com algumas variantes, em todas as áreas, e todas as teorias sociológicas dão sua contribuição para explicar esse fenômeno: *habitus* de classe, contextos diferentes de racionalidade das escolhas, mobilização desigual das famílias. Em resumo, as desigualdades sociais pesam muito nas desigualdades escolares.

O modelo meritocrático de igualdade de oportunidades pressupõe que, para ser justo, é necessária uma oferta escolar perfeitamente igual no tratamento e objetiva no conteúdo, ignorando as desigualdades sociais dos alunos. Todavia, diversas pesquisas apontam para o fato de que a escola possui tratamento diferenciado para os alunos menos favorecidos.

Para esse grupo dos mais pobres, os obstáculos são mais inflexíveis, a estabilidade das equipes docentes é menor nos bairros difíceis, a expectativa dos professores é menos favorável às famílias desfavorecidas, que se mostram mais ausentes e menos informada nas reuniões de orientação.

A situação na escola acaba por reafirmar a diferença entre os grupos sociais que estão dentro da escola. Como Dubet nos apresenta. Essa disparidade entre alunos de grupos sociais distintos fica evidente na passagem a seguir: “bons alunos, muitas vezes socialmente privilegiados, numerosos cursos, com grupos reduzidos e professores motivados e experientes.” (DUBET, 2004, p.543).

Em suma, quanto mais favorecido o meio do qual o aluno se origina, maior é a possibilidade de se tornar um bom aluno, e quanto mais ele for um bom aluno, maior será sua possibilidade de aceder a uma educação melhor, mais diplomas ele obterá e mais ele será favorecido na carreira profissional e na vida financeira.

Não é possível criar um ideal de igualdade de oportunidades meritocráticas sem promover igualdade de acesso. Nos países desenvolvidos, o princípio da meritocracia que pressupõe igualdade de oportunidades foi progressivamente implantado com o prolongamento da escolaridade obrigatória e considerável abertura do ensino secundário e ensino superior, como Dubet apresenta a passagem a seguir:

“na França, por exemplo, quase 100% dos alunos frequentam o ensino fundamental; quase 70% obtêm o certificado de conclusão do ensino médio e mais de 70% de uma coorte etária está escolarizada aos 20 anos.”(DUBET, 2004, p. 20)

Nesse sentido a igualdade de acesso à escola em países modernos e ricos está praticamente garantida e sem dúvida pode ser concebida como um progresso considerável. Em contrapartida, essa escola universal apenas permitiu que a totalidade dos alunos entrasse na mesma competição, mas não foi capaz de reduzir a diferença quanto aos desempenhos favoráveis entre as diferentes categorias sociais.

O quadro formal da igualdade de oportunidades e do mérito foi globalmente instalado em um grande número de países. O princípio meritocrático foi estabelecido como pilar do desempenho favorável e do sucesso escolar nas sociedades que quase a totalidade dos alunos possui acesso à educação

Esta concepção puramente meritocrática da justiça escolar se defronta com grandes dificuldades impostas pelas desigualdades sociais. Para Dubet (2004), a Sociologia da Educação entende que a abertura de um espaço de competição escolar não elimina as desigualdades latentes em um sistema de ensino que conta com uma pluralidade entre os que frequentam as escolas.

Outro ponto levantado pelo autor para problematizar a ideia de uma escola justa é que o modelo de igualdade de oportunidades meritocrático pressupõe, para ser justo, uma oferta escolar perfeitamente igual e objetiva, ignorando as desigualdades sociais dos alunos.

Dados de pesquisa apontam para uma escola em que para os menos favorecidos os obstáculos são mais rígidos, a estabilidade das equipes docentes é menor nos bairros difíceis, a expectativa dos professores é menos favorável às famílias mais pobres, que também por sua vez, se mostram mais ausentes e menos informadas nas reuniões de orientação. (Dubet, 2004)

Outro ponto levantado pelo autor é de uma certa “culpabilidade” em relação aos que fracassam dentro do cenário da competição escolar. Na verdade, se adotamos o ideal de competição justa e formalmente pura, os alunos que são derrotados não são mais vistos como vítimas de uma injustiça social e sim como responsáveis exclusivos por seu fracasso, pois a escola lhes ofereceu todas as chances para ter sucesso como os outros, mas não obtiveram.

Na visão dos alunos considerados “vencidos” nesse modelo de competição a escola meritocrática atraiu-os para uma competição da qual foram excluídos: “eles acreditaram na vitória e na igualdade de oportunidades e descobrem suas fraquezas, sem o consolo de poder atribuir o fato às desigualdades sociais, das quais não são mais diretamente vítimas”. (Dubet, 2004, p.543)

O modelo de igualdade de oportunidades implica também graves problemas pedagógicos. O princípio meritocrático conta com que todos os alunos estejam envolvidos na mesma competição e sejam submetidos às mesmas provas. Logo, as diferenças se aprofundam rapidamente, e alguns alunos parecem incapazes de continuar na mesma competição.

Na disputa escolar com os outros, alguns acabam perdendo, o que acaba por desestimulá-los e desanimar seus professores. Deixados de lado pela equipe pedagógica, muitas vezes acabam sendo marginalizados em currículos diferenciados e ficam cada vez mais enfraquecidos. (Dubet, 2004).

2.5 – Conclusão

De todo modo, as mudanças ocorridas no Brasil, seja em formato de leis e decretos, ou em formato de expressões sociais, se mostram como essenciais para o entendimento acerca do sistema educacional brasileiro. Suas transformações, assim como suas conservações ao longo do tempo moldam as relações sociais dentro do ambiente escolar e a forma como os indivíduos entendem o processo de escolarização.

As novas formatações jurídicas que tangem a escola, apenas manifestam as demandas que as transformações ocorridas na segunda metade do século XX impõem à sociedade. Em um mundo globalizado, onde as economias dos países são pressionadas a continuarem crescendo por diversos acordos e dinâmicas que extrapolam os territórios dos Estados Nacionais, e que passa a se relacionar com novos agentes e direcionamentos, o processo de escolarização dos jovens acompanha esse movimento de transformação.

Questões como a pobreza, que passam a ganhar maior atenção das gestões governamentais no final do século passado, começam a serem enfrentadas com políticas públicas que visam oferecer a garantia do mínimo necessário para o indivíduo ter condição de se desenvolver e ascender financeiramente.

Algumas dessas políticas públicas acabam encontrando na escola, solo fértil, fazendo com que esta última, por sua vez, passe a dar conta de atribuições que não são necessariamente parte de sua função especializada. Dessa maneira, a escola acaba corrompendo sua função primordial de existência, e funcionando de maneira diversa daquela proposta em seu objetivo central.

Nas pesquisas voltadas para a configuração especial das escolas nas cidades, foi constatado que a grande concentração de indivíduos de classes populares em bairros pobres e segregados, compromete ainda mais os princípios da educação como instituição social. Isso porque, além das escolas públicas em países latino-americanos receberem a maior parte dos alunos oriundos das camadas populares, elas estão alocadas territorialmente próximas a esses bairros segregados.

Essa concentração espacial da pobreza, no bairro e na escola, se apresenta como um fenômeno que só contribui para o maior distanciamento das diferentes classes sociais no espaço da cidade. Isso porque, o “*ethos*” pertencente às comunidades e bairros onde os alunos vivem, muitas vezes é incompatível com o “*ethos*” escolar. Mesmo morando em diferentes regiões da cidade, o indivíduo no Brasil não vivia totalmente segregado, pois, frequentava espaços comuns, que em alguma medida, era comum a diferentes grupos e classes sociais.

Na medida em que os bairros vão se tornando cada vez mais homogêneos no que diz respeito à classe social dos moradores, o espaço que por excelência, integrava diferentes indivíduos passa a ser composto por um público mais homogêneo. Esse fenômeno acaba por alcançar a escola, que também passa a ter uma composição cada vez mais homogênea no que diz respeito ao grupo social que a frequenta.

Para além disso, a escola começa a ter seu papel de instituição social afetado, visto que a socialização e a integração que era promovida por ela fica cada vez menos notória. As evasões escolares, distorção idade-série, desempenho baixo mostram que a escola não tem sido capaz nem de integrar o indivíduo a um espaço que reproduza valores comuns, e nem de permiti-lo conviver com alunos de diferentes grupos sociais.

Em um mundo dominado por uma dinâmica de escala global, aparece que muitos indivíduos perderam o sentido de sua existência em uma esfera local. Na medida em que o indivíduo deixa de se constituir enquanto produtor ou consumidor de uma dinâmica econômica que estava, quase sempre, inserida em uma sociedade local, com costumes e formas tradicionais de poder, também deixa de ser integrado aos valores sociais.

A ampliação das vagas e do acesso à escola básica, claramente percebida em países centrais e periféricos, mas com efeitos diversos, na segunda metade do século passado não confirma a “democratização da escola”. As pesquisas apontaram para um crescimento da oferta desordenado que tende a acentuar ainda mais as diferenças no âmbito escolar.

Trabalhos de uma série de autores indicam para uma expansão precária da educação na América Latina, isso porque a ampliação tanto da oferta de ensino, quanto do tempo de escolarização obrigatória, cresceram de forma desigual para diferentes áreas da cidade e diferentes grupos sociais.

Nesse sentido, a escola ainda que se apresente como aberta a todos não se apresenta como uma instituição capaz oferecer a todos as mesmas oportunidades por uma série de elementos que aqui foram mencionados. Muito menos pode ser qualificada como uma escola “justa”, pois ainda produz desigualdades muito visíveis que não se adequam às ideias de justiça social, de isonomia e de igualdade.

No caso do Brasil, existem algumas especificidades que não podemos deixar de analisá-las. Como fica claro na apresentação da obra de Algebaile (2009), se pretendemos tomar a perspectiva de “escola à brasileira” devemos levar em conta elementos sociais que são próprios ao nosso território, e portanto, estar atentos para as particularidades socioeconômicas e culturais do nosso país.

Ao que tudo indica, a pobreza parecer ter assumido uma nova face na dinâmica urbana nas últimas décadas. Portanto, acredito ser fundamental compreender mais profundamente as questões a respeito da nova caracterização da pobreza, entender as novas dinâmicas sociais e econômicas que aparecem nos territórios populares e os efeitos dessas transformações na escola.

No próximo capítulo seguirei com essa provocação e tentarei pontuar alguns fatores que caracterizam o tipo de pobreza atual e de segregação urbana brasileira. Além disso, vou tentar compreender as mudanças nos territórios populares geradas pela “nova gestão da pobreza”.

CAPÍTULO III – MERCADO E FAVELA

No presente capítulo irei discutir a respeito das novas características que o território urbano tem apresentado nas últimas décadas, em especial, os territórios segregados e periféricos, marcados pela violação e exclusão dos direitos do cidadão. Para isso, vou mobilizar alguns autores que produziram trabalhos a respeito da transformação das relações de trabalho e de mercado nesses territórios.

É notável que um tipo de comércio “clandestino” sempre existiu, no entanto, o que me proponho nesse capítulo é entender a nova formatação que as relações econômicas assumem dentro de favelas e periferias, e sua implicação nas relações sociais cotidianas entre os indivíduos residentes desses espaços.

No primeiro tópico irei discutir a respeito da relação entre o legal e o ilegal, o formal e o informal, e o lícito e o ilícito. Partindo do pressuposto que nos territórios populares onde a pobreza encontra-se espacialmente concentrada, as práticas legais e ilegais encontram-se embaralhadas e intimamente próximas em um mesmo território.

No segundo tópico me proponho a fazer um levantamento da literatura em torno da questão urbana, mobilizando desde Manuel Castells até autores contemporâneos que discutem a cidade como um lugar de disputa de espaço pelos diferentes interesses próprios de cada classe social.

Vou recorrer às primeiras análises sobre a questão urbana para apresentar a evolução para uma perspectiva contemporânea em torno da moradia, habitação e ocupação do espaço, que leva em conta as diferentes dinâmicas que atravessam os territórios dentro da cidade, e o crescente mercado que se desenvolve nas periferias e nas áreas degradadas.

Terei como base empírica para a minha argumentação um apanhado de autores contemporâneos que tratam da favela relacionada a um mercado urbano muito aquecido e lucrativo e que estrutura as relações sociais entre os indivíduos naqueles espaços.

No terceiro tópico vou dar atenção especial ao mercado imobiliário e aos grupos marginais conhecidos como “milícias”, a fim de buscar conceituar melhor esse tipo de organização criminosa, assim como, entender a relação existente entre milícia e mercado, principalmente o mercado imobiliário.

Visto que nas duas últimas décadas, o mercado imobiliário cresce em algumas comunidades de forma vertiginosa na mesma medida em que as organizações

criminosas crescem e ampliam seu poder, o meu objetivo nesse subitem é desvendar a forma como essas organizações se relacionam com a construção e regulamentação de moradias.

Por último, farei uma reflexão de como essa transformação na configuração urbana, que reproduz novas práticas e comportamentos, impacta a escola e a visão de escolarização em alguns territórios. Tudo indica que a mudança nas relações sociais dentro do espaço urbano, especificamente nas áreas onde concentram moradias populares, afeta também a escola, sua inserção na comunidade, sua relação com o capital privado e com o poder público.

3.1- Entre o legal e o ilegal

O trabalho de Telles (2007) tem como foco de discussão apresentar as evidências de uma crescente e expansiva trama de ilegalidades (novas e velhas) entrelaçadas nas práticas urbanas, seus circuitos e redes sociais, e que são urdidas nas relações hoje redefinidas (e a serem bem compreendidas) entre o ilegal, o informal e o ilícito.

Seu artigo tem como principal objetivo flagrar as mediações e conexões pelas quais esses deslocamentos das fronteiras do legal e do ilegal vêm se processando. São essas conexões e mediações que precisam ser bem compreendidas para Telles (2007), pois, é nelas que se tem uma chave para identificar e compreender a porosidade entre o legal e ilegal, e as fronteiras borradas entre o trabalho, expedientes de sobrevivência e práticas ilícitas.

Na linha tênue entre o legal e o ilegal, o formal e informal que transitam, de forma descontínua e intermitente, as figuras modernas do trabalhador urbano, lançando mão das oportunidades legais e ilegais que coexistem e se entrelaçam nos mercados de trabalho. Segundo Telles (2007) os indivíduos se mantêm variando entre empregos precários e atividades ilícitas, entre o desemprego e o pequeno tráfico de rua, negociam a cada situação e em cada contexto os critérios de aceitabilidade moral de suas escolhas e seus comportamentos.

A autora mobiliza a ideia de “bazar metropolitano” para caracterizar essa relação um tanto embaralhada entre legal e ilegal, para tratar desse permanente deslocamento de suas fronteiras sob a lógica de uma forma de mobilidade urbana. O bazar metropolitano, segundo ela, conta com “mobilidades laterais”, de trabalhadores que oscilam entre o

legal, o informal e o ilícito, sem que por isso cheguem a se engajar em “carreiras delinquentes”.

A reestruturação produtiva e a conhecida flexibilização das relações de trabalho que teve início na Inglaterra e dos Estados Unidos acabou por esfumçar as diferenças entre trabalho, desemprego e expedientes de sobrevivência, na própria medida em que o assim chamado informal instala-se no coração dos modernos processos produtivos.

Com o passar dos anos as atividades ilícitas mudaram de escala, se internacionalizaram e se reorganizaram sob forma polarizada, onde:

de um lado estão os empresários e trabalhadores do ilícito, em particular do tráfico de drogas e que: “a cada local irão se conectar com a criminalidade urbana comum e, de outro, os pequenos vendedores de rua, que operam à margem da verdadeira economia da droga e transitam o tempo todo entre a rua e a prisão. (TELLES e HIRATA. Estud. Av. vol.21. nº61. São Paulo. Sept/ Dec. 2007.)

A lógica da expansão da criminalidade, do tráfico e dos trabalhadores envolvidos em tal processo acompanha o princípio pós-fordista, da produção por demanda, que por ser extremamente flexível, responde à variabilidade e diferentes territorialidades dos mercados.

É a partir dessa relação da criminalidade com o espaço que as atividades ilícitas passam a interagir com as dinâmicas urbanas e compor o bazar metropolitano nos pontos de intersecção com os igualmente expansivos mercados irregulares, segundo Telles e Hirata (2007). Nesse terreno que operam as “mobilidades laterais” de trabalhadores que transitam nas fronteiras entre o trabalho, expedientes de sobrevivência e o ilícito, e também entre a rua e a prisão.

A ideia da representação da cidade como bazar metropolitano nos ajuda a olhar para esse espaço sob uma perspectiva particular. Essa perspectiva coloca a cidade como plano de referência para situar o tráfico de drogas em suas interações com as dinâmicas urbanas modernas.

Por outro lado, se a situação brasileira tem que ser vista sob o ângulo dos processos transversais (e globalizados) que a atravessam, também é importante averiguar os modos de sua “territorialização”, em interação com contingências locais, história e tradições herdadas, assimetrias e desigualdades que lhes são próprias.

É por isso que não podemos deixar de enfatizar a importância de tratar o Brasil como um caso particular, onde as dinâmicas de interação social no espaço urbano

só podem ser pensadas se, devidamente relacionadas com a configuração social e com a formação cultural e econômica que se desdobrou no país ao longo da história.

A análise dos autores não se detém tanto na sua oposição a um tipo de cidade moderna, que em solo brasileiro, nunca se realizou completamente, mas, sobretudo, nas diferentes conjunturas da história urbana, os modos como essa relação entre o informal e o ilegal se configurou no correr dos anos, “as continuidades, descontinuidades e metamorfoses de seus tipos sociais e a reprodução ampliada de seus mercados ilícitos”.

Em outros termos, esse trânsito entre o informal e o ilegal, quiçá o ilícito, sempre esteve presente e sempre foi importante em cidades marcadas desde longa data por um hoje expansivo mercado informal, sempre próximo e tangente aos mercados ilícitos que também têm uma história que seria importante, em outro momento, reconstituir. (TELLES e HIRATA, Estud. av. vol.21 no.61 São Paulo Sept./Dec. 2007. Cidade e práticas urbanas: nas fronteiras incertas entre o ilegal, o informal e o ilícito).

E é nesse plano que a referência ao bazar contemporâneo também interessa, na medida em que propõe a escala urbana para a descrição das recomposições, redefinições e deslocamentos nas relações entre o informal, o ilegal e o ilícito ou, então, mais particularmente, as recomposições do ilícito em suas interações com as dinâmicas urbanas atuais.

Não podemos deixar de considerar a calibragem necessária da questão da crítica social, entendendo que a cidade como perspectiva descritiva oferece um plano de referência que permite desativar mitos e ficções em torno do dito “Crime Organizado” e do Tráfico de Drogas, essas espécies de entidades muitas vezes impenetráveis às quais são atribuídas todas e quaisquer mazelas de nossas cidades.

O sentido crítico da análise consiste em relançar a noção do “crime como trabalho” e discutir as proximidades e semelhanças, contigüidades e intersecções entre os mercados legais e ilegais, localizando aí, nessas interfaces, a reposição e o engendramento de clivagens sociais, dessimetrias, discriminações diversas e também formas violentas de regulação nos seus modos de segmentação interna.

Os autores articulam argumentos para mostrar o quanto pode ser fecunda a escala urbana para a descrição crítica do ilícito em suas relações e interações com os mercados informais, com os circuitos urbanos de circulação de riqueza e as relações de poder inscritas em seus pontos de intersecção.

Tomar a cidade como plano de referência analítico supõe uma estratégia descritiva que ultrapasse aos termos correntes do debate atual, em grande medida

polarizado entre a ênfase nos dispositivos transnacionais do assim chamado crime organizado, de um lado, e, de outro, a discussão do que se convencionou chamar de populações em situação de risco social, expostas à violência e supostamente cativas (ou sob ameaça) das ramificações locais do tráfico de drogas.

Na perspectiva de análise da cidade como “bazar metropolitano” em suas modulações locais, é possível perceber que este espaço é atravessado pelas forças estruturantes que redefinem as relações do trabalho e não-trabalho, entre o formal e o informal, o legal e o ilegal, esses processos operam em situações de tempo e espaço.

Os autores da pesquisa Telles e Hirata (2007) optaram pelo exercício de uma “etnografia experimental”, tomando como referência “cenas descritivas” que permitam flagrar as novas mediações e conexões pelas quais vêm se processando esses deslocamentos às fronteiras tênues do legal e ilegal.

Um ponto periférico da cidade de São Paulo, um bairro feito de irregularidades variadas e superpostas, ocupações e terrenos de propriedade com origem incerta. Tudo muito improvisado e tudo muito precário, moradias erguidas aqui e ali conforme chegaram os moradores, espalhando-se no traçado de ruas esburacadas, sem pavimentação e que se transformam em verdadeiros lodaçais nos dias de chuva.

As redes de água e luz, finalmente, chegaram a esses confins da cidade. No entanto, no mesmo ritmo em que ocorreu uma evidente expansão das redes urbanas nas últimas décadas, também, multiplicaram-se as ligações clandestinas. Junto com o “progresso urbano”, o reinado das gambiarras também se espalhou por todos os lados da cidade de São Paulo. Nada muito diferente do que acontece desde muito tempo, compondo o que foi convencionado discutir nos termos do descompasso entre a cidade legal e a cidade real.

Hirata e Telles (2007) fornecem atenção às cenas corriqueiras da periferia paulista. A partir da observação das relações cotidianas na cidade de São Paulo, é possível notar uma fronteira escorregadiça entre mercado ilegal e mercado legal como fica claro na passagem a seguir:

Estacionado ali perto, um carro de uma empresa que faz o serviço de manutenção de uma grande companhia telefônica. Afinal, a rede de telefonia também chegou aos pontos mais distantes da cidade. Proezas da privatização, é o que se diz. O técnico conversa com um dos moradores do local. É ele quem vai fazer o serviço. Quer dizer: puxar os fios da avenida principal e, de quebra, garantir luz e telefone para todos. É um empregado terceirizado de uma empresa privatizada. Não tem estabilidade no emprego e é muito mal remunerado: enfim, é um trabalhador precário. Como tantos outros, não deixa

escapar a oportunidade de complementar seus poucos rendimentos, com a peculiaridade de que, agora, os próprios dispositivos de um serviço terceirizado abrem as passagens entre o formal e o informal, entre o legal e o ilegal, e o tradicional bico se faz justamente nas dobraduras entre uns e outros. (TELLES e HIRATA, Estud. av. vol.21 no.61 São Paulo Sept./Dec. 2007. Cidade e práticas urbanas: nas fronteiras incertas entre o ilegal, o informal e o ilícito).

Enfim, é a nossa velha conhecida viração popular, mas que ganha, agora, outras mediações, já que conectada nos circuitos da face moderna da vida urbana. Nesse sentido assume uma complexidade maior já que acaba por formular um agenciamento da vida local muito mais intenso do que anteriormente.

A começar do preço e dos custos a serem partilhados por todos. Além disso, há que se acordar sobre o traçado dos fios, as casas que serão beneficiadas, a extensão da rede clandestina, por onde passar e por onde se ramificar, ou seja, há todo um delicado agenciamento da vida local, e é isso o que está no foco das conversações.

Como outras grandes metrópoles, São Paulo apresenta hoje um cenário urbano muito alterado e redefinido por formas contemporâneas de produção e circulação de riquezas, que ativam os diversos circuitos da dita economia informal, que mobilizam um tipo de trabalho particular e se processam nas fronteiras incertas do informal e do ilegal, também do ilícito.

Essas redefinições deram-se nos últimos quinze anos, mais intensamente na passagem dos anos de 2000, acompanhando os ritmos e as evoluções aceleradíssimas da abertura de mercados e dinâmicas transnacionais por onde circulam bens e mercadorias, transpassando fronteiras, regulamentações, restrições nacionais, de que o fenômeno maciço do contrabando e da pirataria é o registro visível nos centros urbanos dos países a norte e a sul, leste e oeste do planeta.

No núcleo dinâmico da economia urbana, os lugares de concentração do comércio informal, segundo Freire (2009 apud Telles 2010), fazem circular produtos de origem variada, quase sempre duvidosa, acionando verdadeiros dispositivos comerciais que fazem a articulação entre o informal e os circuitos ilegais de economias transnacionais.

O consumo de produtos de limpeza como desinfetante e água sanitária na cidade de São Paulo manifesta a expressividade de mercado informal existente nas relações corriqueiras entre os indivíduos cidadãos, principalmente em territórios populares da cidade mais populosa do país.

Estima-se que uma grande parte do consumo desse tipo de produto em São Paulo pertença a uma dinâmica de mercado informal, visto que são produtos comprados de procedência desconhecida e vendido de porta em porta ou em comércios, muitas vezes, não legalizado. A água sanitária representa apenas um produto, dentre tantos outros, que escapam da lógica de mercado formal e regulado.

É possível notar que o mercado informal tem se expandido nas últimas décadas, e na mesma medida, o mercado varejista das drogas ilícitas também estruturou-se de uma forma mais ampla e mais articulada do que ocorria nas décadas passadas, multiplicando os pontos de venda por toda a extensão das periferias urbanas.

Nesse sentido, percebe-se que a expansão da economia da droga e suas capilaridades no mundo urbano acompanham a aceleração dos fluxos de circulação de riquezas, ao mesmo tempo em que a potência econômica de São Paulo se confirma como centro econômico e financeiro do país, com seus espaços, serviços de ponta e equipamentos conectados nos circuitos globalizados da economia.

Esse crescimento conjugado de todos os ramos do mercado informal acabam por romper com a oposição clássica entre trabalhador e marginal (criminoso). Isso porque, o mercado informal se expande de forma tão significativa na vida dos indivíduos que acaba capturando até aqueles que também estão inseridos em um mercado formalizado e regulamentado, como fica claro na passagem a seguir:

Não é incomum encontrar o trabalhador, homem ou mulher, que trabalha durante o dia (trabalho precário ou não, formal ou não) e que, à noite, contando com as proximidades e as cumplicidades tecidas em meio a histórias familiares e a jogos de reciprocidades locais, se dispõe, de modo episódico ou não, a enrolar papelotes de cocaína a serem vendidos na “biqueira” instalada em seu bairro, sem por isso se considerar (e ser visto como) comprometido com atividades criminosas. (TELLES e HIRATA, Tempo Social, revista de sociologia da USP, v. 22, n. 2. 2010).

A fronteira entre formal e informal se mostra escorregadia quando vemos que um trabalhador formal pode ser também informal nos fins-de-semana, por exemplo, vendendo CD's piratas em algum ponto de venda, ou cachorro-quente em um ponto não regulamentado ou legalizado.

É evidente que essa formatação de mercado nos territórios periféricos não é algo novo, no entanto, a sua expressão e significado nas relações cotidianas entre os indivíduos é algo inédito. Podemos dizer que nada disso é novidade em nossas cidades,

que isso que está aqui sendo nomeado de “mobilidades laterais” nada mais é do que a reposição da “viração” própria das desde sempre conhecidas situações de pobreza.

No entanto, se existe hoje a “reatualização” de uma história de longa duração, há também um deslocamento considerável da ordem das coisas. Aquilo que era considerado como evidência das incompletudes do nosso projeto de construção da modernidade não apenas se transformou em regra como modulou uma nova forma de relação do indivíduo com o consumo pelo mercado.

Também é importante deixar claro que ainda que a fronteira entre formal e informal tenha assumido uma flexibilidade maior, a porosidade entre os dois não caracteriza uma total semelhante, propriamente dita, entre um e outro. Nessa direção, é importante ressaltar que a linha tênue entre formalidade e informalidade ainda não elimina as diferenças entre um e outro.

Os “ilegalismos” não consistem em imperfeições ou lacunas na aplicação das leis, mas na realidade, compõem as disputas de poder e se distribuem conforme se diferenciam “os espaços protegidos e aproveitáveis em que a lei pode ser violada, outros em que pode ser ignorada, outros, que as sanções são devidamente aplicadas.

Nesse sentido, as leis não servem para impedir ou inibir qualquer comportamento marginal, mas para diferenciar as diferentes formas de contornar a própria lei. Logo, os “ilegalismos” não são brechas na aplicabilidade de leis, o seu sentido se torna mais complexo quando entendemos a ilegalidade como uma disputa no jogo de poder da sociedade.

Não tenho a pretensão em tomar essa binaridade como chave explicativa, mas de prospectar seus efeitos, o modo como os jogos de poder se configuram nesses espaços citadinos, a distribuição diferenciada dos controles e, em torno deles, os agenciamentos práticos que se curvam ou que escapam aos dispositivos de poder implicados nessas categorias e codificações.

No âmbito dos mercados informais, desde um modesto ponto de venda de CDs piratas ao pulsante comércio informal no centro da cidade, para essa ampla circulação de bens e pessoas circularem, necessitam de “mercadorias políticas”. As mercadorias políticas compõem o modo operacional da gestão diferencial dos “ilegalismos”: corrupção, acordos na partilha dos ganhos, subornos, troca de favores, compra de proteção e práticas de extorsão que são mais ou menos ferozes conforme oscilam as microconjunturas políticas, as disputas, o jogo de alianças feitas (e desfeitas), os interesses em jogo (Freire, 2009, apud Telles 2010).

As dimensões políticas dos ilegalismos circunscrevem campos de força que ganham configurações diversas e próprias a seus modos de enraizamento em cada território da cidade. O núcleo das economias e das dinâmicas de nossas cidades, são formados por campos de força nos quais, parecem colocar frequentemente em disputa os sentidos de lei, de justiça, de ordem e seu avesso.

O fato é que essa teia variada de ilegalismos vem se processando no interior e nos meandros de um cenário urbano que, em muitos sentidos, desativa todo um jogo de associações pelos quais se convencionou tratar desses temas, em suas relações com a pobreza, privações sociais, carências urbanas, ausência do Estado.

Telles (2010) chama a atenção para essa transversalidade entre o ilegal, o informal e o ilícito, com a preocupação de distinguir a natureza da transgressão que se opera no âmbito da economia informal e a que define as atividades ilícitas ou criminosas. No entanto, o seu real ponto de interesse é na forma como esses processos redesenham os mundos urbanos e redefinem ordenamentos sociais é ainda questão a ser mais bem elucidada.

Nos territórios segregados, naqueles espaços onde há uma exclusão de direitos, a linha tênue entre o ilegal e o legal se mostra mais latente. Isso porque, a negligência do Estado em relação a esses territórios e a possível dominação por grupos criminosos produz um terreno fértil para a organização dos “ilegalismos”.

Esses “ilegalismos”, como já foram colocados acima, não se referem somente ao tráfico de entorpecentes ou de armas, talvez essa só seja a ponta mais evidente do processo. Os “ilegalismos” compõem qualquer articulação econômica que escapa o mercado formal, seja no ramo de drogas, de produtos de limpeza, ou até mesmo, de imóveis.

A relação entre legal e ilegal Não entende os dois como universos paralelos, ou como oposição entre o formal e informal, legal e ilegal. Na verdade, é nas suas dobras que se circunscrevem jogos de poder, relações de força e campos de disputa. Telles (2010) entende esses campos de disputa como:

campos de força que se deslocam, se redefinem e se refazem conforme a vigência de formas variadas de controle e também, ou sobretudo, os critérios, procedimentos e dispositivos de incriminação dessas práticas e atividades, oscilando entre a tolerância, a transgressão consentida e a repressão conforme contextos, microconjunturas políticas e relações de poder que se configuram em cada qual. (TELLES, 2010, DILEMAS: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social Vol. 2 - no 5-6 - JUL/AGO/SET-OUT/NOV/DEZ 2010 - pp. 97-126).

Nesse sentido, é nas disputas de força e campos de relações sociais que as relações sociais são tecidas, conexões são urdidas e redes sociais são mobilizadas. Isso aparece de forma empírica nos estudos relacionados ao tema, assim como vindos de diferentes áreas e enfoques são, muitas vezes, atrelados às representações totalizantes sobre a “periferia” ou a “pobreza”.

A imagem mais comum do “ilegalismo” quando este aparece relacionado diretamente à pobreza ou a um território onde há uma concentração de público com baixo poder de consumo, é a que reflete a venda de drogas, o “crime organizado”. No entanto, como sustenta Feltran em seu trabalho:

quase sempre tomamos uma imagem particular – a do integrante do Primeiro Comando da Capital – PCC, do usuário de crack, do presidiário, ou a das famílias endividadadas que compram carros ou apartamentos da MRV Engenharia, financiados pela Caixa – como a parte que representaria o todo das periferias, suas tendências violentas ou de inserção mercantil. (FELTRAN, referência, p.496)

Sem dúvida a ideia de “ilegalismo” tem uma fonte nos trabalhos de Michel Foucault, na medida que dá atenção à rachadura entre legal e ilegal para entender esse processo como produto da disputa de poder e dos jogos de força presente nas relações sociais. Segundo ele a ilegalidade, ou o “ilegalismo”, como viemos chamando ao longo do capítulo, não significa: “um certo tipo de transgressão, mas de um conjunto de atividades de diferenciação, categorização, hierarquização postas em ação por dispositivos que fixam e isolam suas formas e tendem a organizar a transgressão das leis em uma tática geral de sujeições”. (FOUCAULT, 1997)

A questão da cesta básica, por exemplo, levantada por Telles e Hirata (2007) explica como uma simples cesta básica opera em alguns locais do espaço urbano como um desses pontos de entrelaçamento de redes. Essas redes compõem escalas e conexões variadas que comportam famílias pauperizadas, lideranças comunitárias, traficantes locais, comerciantes e “perueiros⁵” que partilham a história e o espaço comum de um mesmo bairro.

Cada qual e, sob maneiras diversas, transita entre um lado e outro, nas fronteiras incertas do legal, do informal e ilícito, isso porque em alguns espaços da cidade as famílias algumas das vezes possui um parente preso, ou morto pelo tráfico ou pela polícia. Ou ainda em outros casos, como os autores demonstram que há:

⁵Indivíduos que ganham suas vidas realizando um movimento pendular, de ida e vinda, seja carregando mercadorias, ou, transportando pessoas.

famílias cujos filhos estão presos ou foram mortos em algum desses trânsitos entre o legal e o ilegal; o traficante que já foi um trabalhador no mercado formal de trabalho, um outro que intercala expedientes vários no mercado informal e o negócio da droga ou que tenta consolidar uma pequena loja nas imediações com a expectativa (ou o sonho) de, um dia, sair da vida do crime; o perueiro que já traficou drogas em outro momento e resolveu dar um novo rumo para sua vida (ou o contrário); o comerciante cujo filho é perueiro e sabe das complicações que acompanham seus trajetos na cidade; a liderança comunitária, que já foi uma aguerrida militante dos outrora ativos movimentos de moradia, que nos períodos de eleição se converte em um muito eficaz cabo eleitoral de vereadores locais, que tem um filho perueiro e uma filha viúva de um rapaz executado pela polícia por razões obscuras. (TELLES e HIRATA, Estud. av. vol.21 no.61 São Paulo Sept./Dec. 2007. Cidade e práticas urbanas: nas fronteiras incertas entre o ilegal, o informal e o ilícito).

De toda forma, fica claro que existe uma rede de solidariedade que gira em torno da mobilização do dinheiro para a compra das cestas básicas, dos agentes que patrocinam a compra das cestas, da distribuição das cestas às famílias necessitadas, que se passa como uma cadeia por uma série de moradores diferenciados, sejam eles comerciantes, líderes comunitários ou traficantes.

Equilíbrios instáveis, até porque se estruturam entre essa dinâmica local, como a exemplo dos instáveis acordos com a polícia: a rotina do pagamento "regular" da proteção muito frequentemente desanda na prática aberta da chantagem e extorsão, e isso concerne direta e abertamente essa teia de relações que passam pelas conexões do negócio com a vida local. O problema é que muitas vezes o grande alvo de todo essa cadeia é o “menino da droga”.

Não podemos deixar de lembrar que, é muito comum às periferias de São Paulo, do Rio de Janeiro e de grande parte do Brasil, as ligações clandestinas na rede de energia elétrica, que são nomeadas de diferentes modos, como “gambiarra” ou “gato”. Esse fornecimento clandestino também articula diversos agentes e ultrapassa a fronteira entre o legal e o ilegal, se pensarmos que o próprio funcionário da empresa de fornecimento de energia que pode cobrar para fazer em outras residências, ou fazer na sua própria residência, pelo fato de já conhecer a prática e saber como funciona o sistema de ligações elétricas.

Todas essas relações compõem uma cadeia bem complexa, que está presente, principalmente, nos espaços da cidade mais periféricos. Essas conexões podem ser notadas na distribuição de cesta básica, na comercialização de produtos de limpeza com procedência duvidosa, no fornecimento de energia de maneira clandestina, no comércio ilegal de venda de peças de carros roubados, ou em qualquer outra iniciativa ou articulação local, que demanda o estabelecimento de laços e vínculos sociais.

Desse modo, essa é a fértil caracterização feita por Telles e Hirata da configuração das relações sociais no espaço urbano segregado, geralmente naqueles territórios onde a pobreza está concentrada e há privação de uma série de direitos garantidos pela constituição. Na ausência de um comprometimento e da atenção do poder público para com esses locais, se estabelece uma rede que transpassa fronteira rígida entre o legal e o ilegal.

3.2- Dinâmicas atuais do espaço urbano

As periferias urbanas brasileiras se apresentam atualmente como locais fundamentais à acumulação mercantil e aos “livres mercados”, de maneira direta ou indireta a partir da extração de lucro em cima do próprio formato de urbanização.

As primeiras análises sobre a questão urbana no Brasil seguiam a linha dos trabalhos de Manuel Castells e Lucio Kowarick, que entendiam a periferia como espaço importante para alógica de acumulação do capital. Chegamos aqui em um ponto onde, a periferia não deixa de ser um espaço que permite a reprodução de capital, mas ao mesmo tempo está atravessado por outras dinâmicas mesmo em seus processos políticos e nas suas relações de mercado.

A diferença nas análises mais contemporâneas sobre a questão urbana, muito impulsionada pela linha de argumentação de David Harvey, marca uma virada da literatura a respeito do tema urbano. Isso porque, Castells que começa a escrever ainda na década de 70 e seu entendimento sobre a cidade de modo geral abordam que a questão urbana tem um viés ideológico, confundindo-se com um discurso das problemáticas espaciais, com processo de produção e reprodução da força de trabalho e com a espacialidade cultural da sociedade urbana.

Essa organização ideológica passa pela caracterização, decomposição e articulação de formas sociais, a saber: o espaço econômico, político-jurídico, ideológico e a relação com o domínio e com a organização social do processo de reprodução. Nesse sentido Castells (1983, apud Lampert e Simon, 2016) aponta que o problema urbano é articulado com as contradições estruturais e da luta de classes.

Castells entende de forma empírica e conceitual que a ideologia urbana é marcada pelo desenvolvimento desigual e combinado do espaço urbano. Todavia, o tempo passa, o espaço se transforma, o conhecimento sobre o planejamento é

aprofundado, o Estado também manifesta seus interesses nesse processo, o que faz a problemática em torno do tema crescer.

Sua obra “*A questão urbana*” marca uma análise pioneira a se preocupar com o conceito de espaço, isso porque para Castells (1983) a questão da ideologia produzida pela classe dominante que influencia diretamente no desenvolvimento desigual das do espaço urbano, é central em sua análise.

O autor chama atenção para o processo de urbanização que impactou na problemática urbana (influenciada pelo modo de produção capitalista) e no desenvolvimento da sociedade urbana, entendida de forma que a classe social dominante é assegurada pelo aparelho político-jurídico, sendo esta dotada de um sentido, de valores, de dominação heterogênea, relações sociais, organização e também de mobilização.

Manuel Castells (1983, apud Lampert e Simon, 2016) evidencia-se o processo histórico de urbanização, ao destacar o fenômeno urbano e delimitações conceituais e históricas; a formação de regiões metropolitanas industriais capitalistas, principalmente nos EUA e em Paris, combinado a urbanização, a dependência e o desenvolvimento, destacando cidades da América Latina; o modo de produção e o projeto de urbanização em países socialistas.

Sob essa ótica, o autor explora a disposição de novas formas espaciais urbanas, que influencia diretamente no comportamento dos diferentes grupos sociais. Aborda também as transformações ocorridas com o processo de industrialização, ao citar exemplos da realidade vivenciada na América Latina, mas principalmente nos Estados Unidos e na região de Paris.

Da mesma maneira, constata-se na obra, a diferenciação social do espaço, em que as relações de classe e a distribuição de mercadoria, a exemplo da habitação, em nível da reprodução da força de trabalho, determinam o território espacial das moradias dos diferentes grupos sociais, o que sem dúvida, deixa visível a questão da segregação urbana.

A revolução do cenário urbano e dos meios sociais urbanos se apresenta no trabalho de Castells (1983) ao abordar o comportamento e a produção social de um espaço urbano específico para classes e grupos sociais distintos. A respeito da política urbana, enfatiza, em especial, o planejamento urbano como o surgimento de um campo teórico para a política urbana e seus instrumentos de estudo.

De todo o modo, podemos entender o estudo do pensador urbano também como uma crítica embrionária à desigualdade de distribuição dos serviços públicos no espaço urbano, principalmente, se tratando de assuntos como moradia e transporte, e o controle exercido pelo poder público.

Partindo dessa crítica, acrescenta-se um ponto sobre a estrutura urbana, enfatizando que é necessário analisar o espaço através da sua modelagem constituída especialmente no que tange à dinâmica do modelo produtivo, bem como o político, o ideológico (rede de signos), e sua organização institucional. Castells (1983) discute em sua obra a criação pelo homem das formas espaciais que moldam a natureza por meio da produção de valores, como os comportamentos e ações.

A análise da obra de Castells *A questão urbana*, se justifica pela enorme influência de seu pensamento na América Latina, sendo que grande parte da produção intelectual voltada a discutir as contradições urbanas inerentes ao crescimento capitalista das cidades, movimentos urbanos e classes sociais são reportadas em sua obra.

Sem dúvida o livro de Manuel Castells consiste em uma grande contribuição a respeito da questão urbana, e que há necessidade de abordagem de outros autores que sucederam o pensamento do autor, como Lefebvre e Harvey, como forma de construir um quadro teórico mais consistente, no sentido de identificar convergências, divergências e posicionamentos acerca da questão urbana.

David Harvey, por sua vez, foi influenciado pelos escritos de Henri Lefebvre, que aborda a respeito do direito à cidade, do direito de morar e de ocupar espaços públicos que tem sido cada vez mais infringido nos centros urbanos, seja pelo próprio descumprimento da lei, seja pela forma como é construída a cidade, que muitas vezes, acaba por eliminar o caráter público do espaço urbano.

A questão de que projeto de cidade pretendemos não pode ser divorciada do tipo de laços sociais, relação com a natureza, estilos de vida, tecnologias e valores estéticos desejamos. O direito à cidade está muito longe da liberdade individual de acesso a recursos urbanos: é o direito de mudar a nós mesmos pela mudança da cidade. (HARVEY, 2000). Além disso, é um direito comum antes de individual já que esta transformação depende inevitavelmente do exercício de um poder coletivo de moldar o processo de urbanização.

Harvey, em suas obras a respeito do espaço urbano inspira-se nas ideias de Henri Lefebvre para analisar a ligação entre urbanização e capitalismo. Fazendo um paralelo

entre o histórico processo de reurbanização de Paris empreendido pelo *Barão de Haussmann* e o projeto de urbanização de *Robert Moses* para a Nova Iorque do pós-guerra, destaca o crescimento exponencial das cidades hoje como sintoma de uma crise sistêmica da acumulação capitalista.

As cidades, segundo Harvey (2008), desde seu nascimento, surgiram nos lugares onde existe produção excedente, aquela que vai além das necessidades de subsistência de uma população. Logo, desde seu surgimento, marca um espaço permeado pela economia e pelo mercado.

A perpétua necessidade de encontrar territórios férteis para a geração do lucro e para seu reinvestimento é o que molda a política do capitalismo. E foi justamente no espaço urbano que a dinâmica capitalista encontrou um terreno fértil para produzir mercadorias e ao mesmo tempo, reproduzir a estrutura de classe.

Nesse sentido, o dinheiro passa a ser um regulador das relações sociais até nos espaços onde esse potencial do poder do capital era menos evidente. Ao lado da lei, e no lugar da solidariedade, gradativamente o dinheiro começa a funcionar como um vetor de regulação das relações sociais, e é a partir dele que são tecidos os entrelaçamentos que formam as redes que foram comentadas no primeiro item. Segundo Feltran (2014):

Essas três equações de mediação de potenciais conflitos – a lei, o certo, o dinheiro – que em última instância administrariam a violência e produziram ordem, nem sempre conseguem fazê-lo. O social tem sido marcado por alteridade cada vez mais radical, porque a lógica que garantiria a expressão política da pluralidade social é cada vez mais minoritária. (FELTRAN, 2014. p.507)

Na configuração atual, sem o dinheiro na mediação dos conflitos, ele se torna muito mais intenso. Ele funciona como uma instância mediadora de conflitos, visto que permite uma série de relações sociais que só se desenvolvem por ter um interesse econômico que circula toda essa teia.

A ampliação da renda popular, do salário mínimo, do crédito e dos programas de transferência de renda são parte do desenvolvimento, também, de mercados ilegais, informais e ilícitos. Além dos já conhecidos agentes ou trabalhadores da droga, do tráfico de entorpecentes, há ainda revendedores de contrabando, donos de desmanche, pastores e “irmãos” do PCC que alguns ainda são, também, empresários, e que: “todos os que se relacionam com eles, cotidianamente, alimentam pelo trabalho e pelo consumo a circulação de moeda, em franca expansão nas periferias brasileiras.” (FELTRAN, 2014. p.507).

Fragmentado entre regimes normativos cada vez mais autônomos, o conflito que hoje interessa analisar não é o conflito de opiniões elaboradas a partir de um mesmo regime normativo, uma mesma integração comunitária. Oferecer luz para os fenômenos sociais da guerra, do conflito, dos grupos recortados da população, que já não compõem uma única comunidade moral ou legal, mas apenas uma comunidade mercantil, parece produzir algum significado para compreender os embates atuais.

Quando nem a lei, nem o que é considerado certo podem mediar a relação entre cortes populacionais e seus modos progressivamente autônomos de conceberem a si e aos outros, é o dinheiro que faz o papel de um possível mediador das relações sociais no contexto urbano.

Telles e Hirata (2010) explicam que a “boca de fumo” ou “biqueira”, local que designa um ponto de venda de drogas também funcionam como instância reguladora das relações sociais e das disputas de poder no espaço urbano. Os autores afirmam que:

Na verdade, a biqueira funciona ali como uma espécie de caixa de ressonância de tudo o que acontece no bairro: as informações ou rumores circulam por ali, e o patrão e seus “gerentes” conversam, discutem, ponderam e decidem como intervir e arbitrar conflitos corriqueiros e situações difíceis. Ou então, para garantir, como se diz (eles dizem), o “lado certo da coisa errada” quando as situações são provocadas por gente envolvida nos negócios do crime. (TELLES E HIRATA, Tempo soc. vol. 22 nº.2 São Paulo, Dec., 2010)

A grade de inteligibilidade pública da questão social e urbana, no Brasil contemporâneo, deslocou-se da integração dos pobres por um projeto de desenvolvimento nacional que se faria pela expansão dos mercados de trabalho e da cidadania’, para outro modelo, a da gestão do conflito social e urbano, que agora seria causado pelos pobres, pela inserção dos mercados nas relações sociais entre grupos progressivamente distintos.

É, portanto, fundamental associar ao dispositivo mercantil uma cunha de destituição do “direito a ter direitos”, operada pela incriminação seletiva, que encontra altíssima legitimidade social. Valladares (2001) na mesma linha de pensamento entende que a cidadania cede lugar ao consumo.

Não apenas no ramo do mercado imobiliário, que notadamente se expandiu nas favelas nas últimas décadas, mas em relação a outros tipos de comércio e de serviços que manifestam o aquecimento de um mercado que se moderniza para atender um público mais diversificado e consumidor.

A Rocinha, por exemplo, favela conhecida por sua extensão e pela criminalidade que cerca o território por muitos anos, é apenas um exemplo bem usual de favela que possui um mercado com uma variedade de serviços enorme, e, que atende um público cada vez mais heterogêneo, como salienta a passagem a seguir:

A exemplo de outras grandes favelas do Rio de Janeiro como a Rocinha, Rio das Pedras também apresenta uma impressionante energia mercantil. Além de biroskas e vendas típicas, a favela abriga um extenso e diversificado comércio e serviços incluindo creches, escolas, clínicas, consultórios médicos e odontológicos, escritórios de advocacia, empresas de informática, imobiliárias, pontos de vendas de passagem de ônibus interestaduais, muitas locadoras de vídeos, papelarias, lojas de materiais de construção, cabelereiros, manicures e boutiques, casas de dança e de shows, restaurantes, lojas de discos, farmácias, oficinas mecânicas, cooperativas de transporte alternativo, rádios comunitárias, tv a cabo, fábrica de móveis e etc. (BURGOS, 2002 p. 67)

No caso do Rio das Pedras, grande favela localizada na zona oeste do Rio de Janeiro e vizinha a bairros nobres como Itanhangá e Barra da Tijuca, a riqueza produzida naquele território, segundo Burgos (2002) está inserida na economia informal, portanto é um terreno onde se gera lucro em um mercado sem regulamentação e sem a devida contribuição fiscal, logo, acaba atraindo um grande número de empresários de fora da comunidade.

Além do mercado consumidor, favelas com a dimensão territorial populacional da Rocinha e do Rio das Pedras possuem uma oferta abundante de força de trabalho, e por isso, existe uma parte da população que reside nessas comunidades e que trabalham no mesmo local em um dos pontos de comercialização de produtos e serviços já comentados anteriormente.

A cooperativa de vans expressa bem a lógica da inserção do público morador da comunidade no mercado local. Foi apurado que pelo menos 80% dos trabalhadores desse setor, entre motoristas, cobradores e pessoal administrativo são moradores do Rio das Pedras.

Outro fato que chama a atenção no trabalho de Burgos (2002) sobre a comunidade do Rio das Pedras é a questão da responsabilidade social. Ele constata em sua pesquisa que uma grande parte dos empresariados daquela localidade pratica a responsabilidade social, mas na verdade, não são motivados pela generosidade ou solidariedade mas pela obrigação.

Essa obrigação destinada, principalmente aos grandes comerciantes, pode ocorrer pela pressão direta da associação de moradores, por exemplo. A imposição

manifesta uma espécie de tributo social para legitimar a exploração dos territórios e fica mais clara na passagem abaixo:

O proprietário da principal casa de shows da favela, por exemplo, afirma: “Eu ajudo sim, todo domingo as damas entram até onze e meia com um quilo de mantimento, e com isso fazemos 100 cestas básicas, por mês...esse é um projeto que a gente não quer parar. Além disso, estamos fazendo uma parceria com a associação de moradores, para comprar uma ambulância para ficar lá na associação”. (BURGOS, 2002, p.69)

Outro ponto em que fica nítida a disputa de poder na comunidade, onde há um jogo de interesses claro em disputa é o que tange a associação de moradores. Geralmente quando há algum problema corriqueiro envolvendo um morador, ele procura a associação para encontrar uma resposta ou solução ao seu problema, que só é possível, pois a associação mantém interações com todos os agentes da vida mercantil local. (BURGOS, 2002)

O grande perigo nesse modelo de gestão da vida pública local é que acaba caindo na armadilha de um novo tipo de coronelismo, baseado em um sistema de trocas que acontecem entre agentes alocados no território da favela. Esse processo acaba por excluir a condição plena de cidadão, portador de direitos universais e garantidos pela constituição, ao mesmo tempo, transforma a relação do cidadão com a gestão local em um sistema de “barganha”.

O potencial de fluxo de dinheiro e mercadorias é tão grande nesses territórios que se conectam ao comércio de toda a cidade. Nos centros de comércio popular, como é o caso da rua 25 de Março em São Paulo e da rua da Alfândega no Rio de Janeiro, há uma concentração de consumidores comuns vindos de várias regiões da cidade, também dos bairros periféricos mesmo os mais distantes; pequenos comerciantes em busca de produtos para abastecer seus negócios também espalhados por toda a cidade, também nas periferias urbanas.

O cenário em grande parte das comunidades das grandes cidades é o mesmo, segundo Telles (2010), é formado por redes superpostas e embaralhadas de pessoas, trocas, produtos, bens que circulam nas fronteiras incertas do informal e ilegal, entre expedientes de sobrevivência, o trabalho irregular, pequenos empreendimentos locais e os “negócios do crime”.

Segundo a autora estão a gravitar em torno dos pontos de venda de drogas ilícitas:

as tradicionalíssimas oficinas de carro, que se multiplicam por toda a periferia, em que se misturam o trabalho informal e a transação de peças de origem duvidosa, em conexão (ou não) com os vários pontos de desmanche de carros roubados, tudo isso alimentando um espantoso mercado popular de peças, motos e automóveis de “segunda mão”; os muito modernos mercados de CDs piratas, produtos falsificados ou então contrabandeados (dos cigarros vindos do Paraguai, passando por isqueiros vindos sabe-se lá de onde, até os eletrônicos que chegam dos contêineres chineses desembarcados no porto de Santos), fontes de renda para os que agenciam os pontos de venda e alegria sobretudo para os mais jovens (mas não só eles) com seus aparelhos de MP3, celulares modernos, aparelhos de som e DVD. (TELLES, 2009, p.115)

Sem falar no atual e muito lucrativo negócio com caça-níqueis que vem ocupando o lugar do mais tradicional “jogo do bicho”. Além de, como este, também operar no jogo de luz e sombra entre intermediários obscuros, a compra de proteção policial e os rendimentos generosos para os que alojam e operam essa versão moderna do jogo de azar hoje comum na maior parte dos botecos dos bairros periféricos.

É nesse terreno que o varejo da droga se enreda nas tramas urbanas em que fluxos de dinheiro, de mercadorias, de produtos ilegais se sobrepõe e se entrelaçam nas práticas sociais e nos circuitos da sociabilidade popular (TELLES e HIRATA, 2007).

É também nesse plano que os produtos circulam de mão em mão e as famílias podem exibir orgulhosas, seus modernos aparelhos de som, por exemplo, inseridos através das vias das redes familiares e de vizinhança. Além dos celulares, que nas periferias, trocam de mãos o tempo todo como aponta Telles (2010), há também uma alta rotatividade dos chips dos aparelhos cujo circuito passa pelo comércio informal, pelos “mundos bandidos” e outros tantos meandros da sociabilidade popular.

O caso da festa junina apontado por Telles (2010) aponta para a relação entre os domínios do mercado da droga e outras iniciativas do mercado local. Esse entrelaçamento fica evidente, uma vez que a festa é patrocinada pelo dinheiro do tráfico, ao mesmo tempo em que abre espaço para a circulação de dinheiro por outras vias que não através da venda de drogas.

A festa junina é realizada por uma diversidade de pessoas da comunidade, onde há barraquinhas de doce, venda de salgados, comércio de bebidas, fornecedores de som, dentre outros que fazem circular o dinheiro e aquecem a economia local da comunidade. O que se apresenta é uma espécie de “embaralhamento” que tende à inversão dos critérios que até então definiam a ordem e a desordem, o certo e o errado, e, o rompimento nítido da fronteira que determina o legal e o ilegal, como salienta Telles:

Aqui, nesse registro, nas suas formas mais violentas, não se trata propriamente de uma porosidade do legal-ilegal, não se trata de fronteiras

incertas entre o informal, o ilegal, o ilícito. Mas da suspensão dessas fronteiras na própria medida em que fica anulada a diferença entre a lei e a transgressão da lei. A lei é como que desativada. E isso significa dizer que é a própria diferença entre a lei e o crime que se embaralha e, no limite, é ela própria anulada. (TELLES, 2010. DILEMAS: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social Vol. 2 - no 5-6 - JUL/AGO/SET-OUT/NOV/DEZ 2010 - pp. 97-126, p.117).

Essas situações que já foram pesquisadas, estudadas e etnografadas principalmente no Rio de Janeiro e em São Paulo. Michel Misse mostrou em seus vários trabalhos, já não de hoje, que são práticas enraizadas em uma história de longa duração que ele tratou de reconstituir e discutir (MISSE, apud Telles, 2010). Em outras palavras, o que está em jogo é uma espécie expropriação ou apropriação privada da soberania do Estado. Para ele, na verdade, se trata de um Estado que nunca chegou a garantir o monopólio da violência legítima, diz ainda o autor.

E não podemos deixar de dar a devida atenção para a questão espacial e urbana pois os espaços aqui comentados não são espaços vazios, é neles que as fronteiras do Estado estão em disputa, os sentidos de lei, de justiça, de ordem e desordem. E é justamente por isso que esses espaços são fundamentais para o entendimento dos ordenamentos sociais urdidos nas fronteiras porosas do informal, do ilegal e do ilícito.

Já foi colocado que a relação entre um trabalhador legal e ilegal às vezes é muito próxima, podendo ser representada pelo mesmo indivíduo em fases diferentes da vida, ou em horários diferentes do dia. No entanto, no senso comum, a ideia que predomina consiste naquela em que trabalhadores e bandidos, sem dúvida, seguem sendo opostos pelo vértice.

Consequentemente o discurso político mais comum, segundo Feltran (2014), consegue deslocar a normativa pública da integração dos trabalhadores à comunidade, em direção ao debate sobre segurança pessoal e patrimonial. Toda essa narrativa é estruturada na premissa de que o controle de espaços e populações de risco, ao menos, seria capaz de minimizar as ameaças evidentes (usuários de drogas, marginais, ladrões, traficantes).

O território é produzido no espaço urbano segundo as práticas, vivências e experiências dos seus atores. Esses territórios se sobrepõem e são contínuos ou radicalmente distintos, existindo em diferentes movimentos, que definem a forma e o conteúdo de seu uso.

O território em si não é um conceito, tornando-se tal apenas a partir de seu uso social. O território somente se constituiria num conceito utilizável para análise, quando

fossem considerados os atores que dele se utilizam e fazem sua experiência concreta de ser no mundo.

Assim, território transborda a referência político-administrativa, meramente formal e ganha a dimensão de um espaço socialmente demarcado pelas ações e intenções de sujeitos sociais. O território, portanto, consiste na constituição necessária de laços que se definem pela apropriação e uso das condições materiais e também dos investimentos simbólicos, estéticos e éticos, que revelam o sentido da própria sociedade instituída.

O território é entendido sob a perspectiva de se constituir enquanto um espaço onde se estabelecem relações complementares e conflitantes (SANTOS, 2000:2). O conceito de território usado permite pensar as relações existentes entre o lugar, a formação socioespacial e o mundo.

Ele pode ser entendido tanto como sendo resultado do “processo histórico, quanto sendo da base material e social das novas ações humanas” (SANTOS, 2000:1). É assim que é no território que se faz possível reconhecer a direção dos interesses coletivos, promover identidades e de mobilizar forças plurais de mudança.

As áreas onde as ocupações por moradia se deram por iniciativas dos moradores e sem regulamentação formal, foram interpretadas durante anos, principalmente, no discurso do senso comum, como territórios da ausência da civilidade e da urbanidade. A obediência ao discurso hegemônico fez com que o IBGE definisse, desde o Censo de 1991, as favelas como “aglomerados subnormais”, termo que ratifica o conteúdo conceitual historicamente utilizado.

Por outro lado, as condições físicas de moradas nas favelas também contribuíram para uma leitura reduzida à forma-aparência imediata, generalizando as expressões carência e ausência como definidoras das condições de vida nas comunidades populares, de uma maneira muito determinista.

Tais pressupostos reduziram (e ainda reduzem) as favelas à condição de territórios precários, ilegais, inacabados, desordenados e inseguros: o avesso da cidade. (Barbosa e Silva, 2013). Assim, as leituras estereotipadas fazem das favelas territórios ilegítimos e ilegais nas cidades e, por extensão, as pessoas que ali vivem como indivíduos incapazes de mudar as suas condições de existência e, portanto, imersos no “círculo vicioso da pobreza”.

Se remontarmos a história do século XX, podemos observar que no caso do Estado brasileiro e do carioca, em particular, apesar da forte presença na paisagem

urbana desses territórios favelados, o poder público não assume um papel de regulador e fiscal do exercício dos direitos aos indivíduos.

Isso se explica pelo caráter patrimonialista, que predominava nas práticas dominantes nessa instância, o que impedia sua constituição de forma republicana. Nesse sentido, os órgãos estatais de repressão serviam quase que exclusivamente para atender os interesses dos grupos econômicos e políticos, dominantes da cidade.

Desse modo, as forças policiais, por exemplo, tinham como função clara defender a “cidadela”, ideia que remete a um espaço onde os grupos sociais mais ricos e privilegiados viviam e circulavam (BARBOSA e SILVA, Solos Culturais, 2013). Nossa construção de território urbano e poder público moderno, não considerou o conjunto de moradores da cidade como membros da polis, quer dizer, como sujeitos plenos de direitos, o que ajuda a explicar um pouco sobre a nossa desigual configuração espacial que é perceptível quando percorremos o espaço urbano de uma grande cidade.

Há uma forte presença de teatros, cinemas e centros culturais no centro da cidade e nos bairros da Zona Sul e Central. Em contrapartida, nas grandes favelas da cidade, tais como, Rocinha, Cidade de Deus, Maré, Alemão, Complexo da Penha e Manguinhos –, os investimentos públicos no âmbito da arte e da cultura ainda são insuficientes para superar a geografia desigual das condições de acessibilidade.

As favelas não só resultam dessa desigual apropriação social da cidade, como também são frutos de concepções e práticas distintivas de direitos fundamentais. Há uma hierarquização da cidadania no território urbano que, no seu limite extremo, conduz a uma espécie de segregação discriminadora e ações indiscriminadas de violência contra comunidades populares.

Com efeito, as forças que dominaram historicamente o Estado construíram um projeto de cidade, na qual os trabalhadores das favelas possuíam um lugar secundário ou “periférico”. (Barbosa e Silva, 2013) Estes tiveram, portanto, que construir suas próprias formas de sociabilidades, no entanto, estas permaneceram, por longo tempo, subterrâneas, quase que imperceptíveis para a cidade carioca em geral.

O povo carioca, no geral, é capaz apenas de perceber as formas paisagísticas que iam dominando os morros, áreas de mangues e outros espaços menos valorizados pelo mercado imobiliário. No processo, esses territórios populares tornaram-se uma presença marcante no Rio de Janeiro, e no País, e se afirmaram como uma experiência de habitar, propriamente, contemporânea.

Numa observação mais de perto para as interações sociais presente nas favelas, é possível constatar códigos, marcações e práticas de integração social que configuram significados próprios e que explicitam identidades socioculturais. Quando são superados os preconceitos em relação à vida nas favelas é possível verificar que há acordos, regras e normas instituídas nas vivências de seus habitantes.

A partir do pensamento de Barbosa, podemos entender que é exatamente a forma como se estabelece as relações no espaço que anuncia o modo de apropriação do espaço, como fica claro a seguir:

Há modos de viver que afirmam a existência de grupos sociais na apropriação do território. Assim como podemos identificar usos do território, que a despeito de regras formais de ocupação, apresentam soluções simples e criativas para edificação de moradias em condições geomorfológicas complexas, assim como o modo particular de acessar os serviços urbanos básicos (água, esgoto, eletricidade). (BARBOSA e SILVA, 2013, p.123)

Quando se trata das favelas, as residências não cumprem somente o papel conhecido de habitação. A casa na favela tem outro sentido. Isto porque a habitação, no cotidiano dos espaços populares, tem funções muito mais amplas do que uma simples residência. Uma delas está vinculada às oportunidades de geração de trabalho e renda. Nas favelas a habitação pode ter um puxadinho para frente ou para trás, fazendo surgir uma pequena mercearia, padaria, um bar ou um salão de beleza. (BARBOSA e SILVA, 2013)

Os depósitos de bebidas e as oficinas mecânicas se multiplicam rapidamente, lojinhas de roupas e espaços para uso de internet, atividades socioeconômicas intimamente associadas à habitação. São pequenos negócios, geralmente de origem familiar, que se mantêm graças ao mercado local constituído na própria favela.

Na esquina uma farmácia, ali a poucos metros, há uma padaria, e do outro lado um açougue. É desse modo que os moradores dos espaços populares enfrentam o desemprego, os baixos salários, a discriminação racial e inventam um mercado socialmente necessário de trabalho, de bens e de consumo.

Dados coletados com um diretor da ACIRPE (Associação de comércio e indústria de Rio das Pedras) apontam para a existência de 1100 estabelecimentos comerciais no território na pesquisa de Burgos (2002). É evidente que pelo crescimento populacional daquele território e por conta das novas demandas de consumo da população local, esse número quase vinte anos depois tenha aumentado de forma bem significativa.

Nos deparamos novamente com o potencial de empregabilidade que existe nesses territórios populares. Anteriormente, a percepção que se tinha em relação ao território popular e economia, era que esses espaços possuíam uma economia muito primitiva e limitada, o que levava aos moradores desses locais acabarem buscando empregos nas regiões mais centrais da cidade.

No presente trabalho a questão da empregabilidade nos territórios populares foi apontada quando mobilizei o trabalho de Marcelo Burgos sobre a favela de Rio das Pedras. Como já foi mostrado, existe um número expressivo de moradores da favela que tem seus postos de trabalho no mesmo espaço onde vivem. Isso é comum não apenas em Rio das Pedras, mas em uma parcela significativa das grandes favelas cariocas, que tem um comércio de produtos e serviços um tanto aquecido.

3.3 – Mercado Imobiliário e criminalidade

A respeito da questão da moradia, o mercado imobiliário que se desenvolve nesses territórios é expansivo nessas localidades. É comum fazer de um espaço que havia apenas uma casa, vários domicílios, seja dividindo o espaço de forma horizontal, ou, construindo mais residências na vertical, para cima.

No caso do crescimento vertical do número de domicílios, geralmente ele ocorre em dois formatos clássicos. O primeiro deles é o “puxadinho”, quando sobe uma casa em cima da outra, muitas vezes, para um membro da família, ou com objetivo de geração de renda direta ao proprietário do imóvel.

O segundo tipo de crescimento vertical diz respeito aos prédios que são construídos nos espaços, onde antes, eram duas casas, por exemplo. Esse mesmo espaço vai dar lugar a um número muito maior de residências, como é o caso de um prédio de pequeno porte, com apartamentos de um quarto, muitas vezes chamados de “conjugados” ou “kitnets”.

O grave problema que circula esse processo é a forma como se constrói esses empreendimentos. Mais uma vez, o “ilegalismo” aparece como condutor das práticas sociais urbanas na favela, isso porque, esses pequenos edifícios não acompanham os padrões de legislação vigente, muito menos, possuem o aparato jurídico legal para definir aquele espaço como propriedade de algum indivíduo.

A marginalidade dessas construções em relação ao poder público e as normas estabelecidas por lei, pode levar os moradores que habitam esses domicílios alguns

riscos, condições de vulnerabilidade, que podem, em último caso levar o morador a deixar sua residência e procurar outro lugar para morar.

Empiricamente, podemos notar isso em dois casos no Rio de Janeiro: no processo de remoções devido aos grandes eventos que a cidade sediou e no recente desabamento dos prédios na Muzema, comunidade vizinha a Rio das Pedras, que teve sua imagem difundida pela mídia no ano passado, exatamente pelo trágico acontecimento.

O desabamento dos prédios levantaram algumas questões sobre esse tipo de mercado imobiliário que ali existe. Alguns relatos referentes a investigação policial sobre o caso foram divulgados pela mídia, um deles apresenta um diálogo realizado entre dois membros do grupo criminoso que comercializava esses imóveis na região. (<https://www.bbc.com/portuguese/brasil-47917081>).

A trágica situação ocorrida na zona oeste levantou questões de relevância não só para a investigação policial, mas para a sociedade como um todo. A denúncia feita pelo Ministério Público do Rio de Janeiro fez com que polícia investigasse quem estava por trás dessa construção (proprietário e empreendedor), se o padrão de construção estava adequado às normas e se não estivesse nos padrões, qual seria o motivo da obra não ter sido interrompida pela fiscalização.

É nesse momento que a atuação de um grupo criminoso de miliciano sobre o mercado imobiliário foi descoberta. Segundo consta no artigo publicado na BBC:

Investigadores e pesquisadores dizem que milicianos (grupos armados violentos formado por civis e integrantes e ex-integrantes de forças de segurança do Estado) atuam como donos do território de Muzema e Rio das Pedras, comunidades vizinhas, erguendo imóveis em áreas muitas vezes proibidas pela legislação ambiental e faturando com aluguel e vendas. (<https://www.bbc.com/portuguese/brasil-47917081>).

Segundo a Prefeitura do Rio de Janeiro, a região onde os prédios que desabaram foram construídos é Área de Proteção Ambiental e os dois prédios eram irregulares. Foi constatado nas investigações também que as obras dos empreendimentos chegaram a ser interditadas em novembro de 2018, alguns meses antes do desabamento, junto com outras construções.

O grande problema é que, a fiscalização da região é complicada pelo fato da área ser dominada por grupos criminosos de milicianos. A zona oeste do Rio de Janeiro possui um histórico de dominação por grupos milicianos, como é o antigo caso da

comunidade de Rio das Pedras, isso sem falar, em outras áreas, a exemplo de Campo Grande.

Segundo o Sociólogo José Claudio Alves (2008), a milícia surgiu no período da Ditadura Militar no Brasil, especialmente, no Rio de Janeiro quando se multiplicam grupos de extermínio na Baixada Fluminense. Ao longo do tempo, tais grupos passam a interagir com outros grupos de influência política, seus membros ocupam funções importantes, alguns são eleitos para cargos no legislativo, além de obter apoio de alguns “simpatizantes” em outras esferas da vida pública e civil.

Assim, a partir do início do século, as relações entre agentes públicos e a milícia passa a ser algo recorrente, facilitando suas ações de grupo de extermínio e ainda, de controle paramilitar de regiões segregadas e excluídas, nas quais a figura do Estado não se faz presente. Nessas localidades, tudo é controlado pela milícia, desde o acesso à água potável, energia elétrica, tevê a cabo, funcionamento do comércio e até mesmo alguns serviços públicos, como postos de saúde e escolas públicas sofrem com as imposições da milícia.

Sendo assim, mesmo com ações pontuais do Estado, José Cláudio Alves (2008) salienta que o poder das milícias no Brasil ainda permanece. Concorre para isso o quadro de precariedade da Segurança Pública de uma forma geral e a corrupção, combinadas com as relações ambíguas e delicadas de agentes públicos com membros da milícia, por vezes, alguns agentes públicos são componentes da milícia. Como exemplo, temos o caso Marielle Franco que ainda anseia por maiores esclarecimentos.

A partir dos anos 2000, novamente amparados por uma estrutura de poder, milicianos ganham o formato que conhecemos: grupos compostos de policiais, membros do judiciário e políticos com poder para fornecer serviços monopolizados pelo controle paramilitar de bairros e para aterrorizar e até exterminar aqueles que discordam ou denunciam suas ações.

Esses grupos dominam regiões inteiras, criam cobranças aos moradores, praticam violência, controlam e monopolizam mercados como o de água, de gás e até o imobiliário. A associação de moradores da região da Muzema era utilizada como base das operações, segundo o MP-RJ pois era o local onde o grupo realizava as transações de compra e venda dos imóveis construídos ilegalmente e manipulava documentos.

Esses grupos dominam exatamente as favelas em um processo de expansão que vem ocorrendo antes mesmo da chegada deles. Dados do IBGE (1991) apontam que a população residente das favelas veio aumentando desde a década de cinquenta. Além

disso, o ritmo de crescimento da população favelada se manteve bem acima da progressão dos demais moradores nesse período.

É no meio do crescimento das favelas que os grupos armados, seja de milicianos, sejam de traficantes ou de alguma facção criminosa passam a se instalar no território. A associação dos moradores que passa a existir também a partir do crescimento dessas comunidades, como já foi dito, assume outro papel central no ordenamento da vida social nesses territórios. Segundo Franco:

As favelas e periferias enfrentam, para além dos vários problemas sociais, um problema central, porém absolutamente distinto dos encontrados em outros territórios da cidade: o controle armado dos grupos criminosos. O processo de militarização é predominante pelo modelo de polícia e pelos grupos que controlam esses territórios. (FRANCO, 2014, p.91)

E a associação de moradores também participa do processo de habitação no território popular. No Rio das Pedras, as áreas pesquisadas no trabalho por Maria Sarah da Silva Telles (ANPOCS 2009) foram estimuladas a serem invadidas pela Associação de Moradores (AMARP). A concessão ou a venda do “lote” ou do barraco manifesta as dinâmicas e as estratégias de ocupação nesta favela.

Nesta favela, em particular, a Associação funciona como uma instância reguladora do espaço se tornando uma extensão ambígua do poder público, que nas últimas décadas tem sido intermediada pela milícia. Aliás, a milícia só passou a ser classificada como tal, inclusive nos termos da lei, na última década. Foi a alteração do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 do Código Penal, proposta pelo deputado Raul Jugmann, em junho de 2008, que passa a dispor sobre os crimes praticados por grupos de extermínio ou milícias privadas. (COSTA, 2011).

Ainda assim a milícia vem sendo tratada nos parâmetros da lei com uma certa amplitude que abarca qualquer associação que de alguma forma tenta controlar o território de maneira privada e com ausência do amparo das forças oficiais de segurança pública. É claro que esse termo possui diversas conotações para além do sentido estritamente jurídico formal.

Milícia se configura enquanto um nome que irrompe no texto jurídico sem uma definição legal.(COSTA, 2011) No entanto, é um termo carregado de sentidos históricos produzidos pela comparação com outros grupos, estabelecendo com eles redes de significação em outras regiões do interdiscurso, que só poderiam defini-lo indiretamente por meio dessa associação.

O termo milícia, que até então, era desconhecido publicamente, começou a circular na mídia, segundo Costa:

para se referir à polícia (policiais junto a outros agentes de segurança pública) que entrava em áreas de favelas ocupadas por narcotraficantes a fim de “combatê-los”. Mas, ao invés de efetuar mandados judiciais, prisões outorgadas, entre outros procedimentos legais, esse combate consistia na expulsão, até a execução sumária, daquele considerado inimigo, naquele determinado espaço, visando, com isso, a instauração de uma espécie de domínio do espaço. (COSTA, 2011, p.2)

Após o combate aos grupos criminosos que ali dominavam, a milícia passava a controlar ilegalmente as relações comerciais e sociais dessas áreas, isso porque, como todo grupo marginal não toma os parâmetros da lei em suas ações. Dessa maneira, a milícia assume o controle de um determinado território a partir da imposição de um dispositivo normativo regido pelo discurso, até então dito moral, de enfrentamento da criminalidade e de manutenção da ordem, da paz e da segurança.

Só que para estabelecer a ordem e a segurança em um território onde existe um domínio de outro grupo criminoso com poder de fogo é iniciar uma ação bélica. Trata-se de pôr em prática uma tática de guerra, com a ocupação, ostensiva e poderosa, de todo o território a ser conquistado.

Essas ações, muitas vezes acabam levando a algum tipo de reação, que ameaça a paz dos moradores e a própria estabilidade do grupo que está no poder. Sem dúvida, esses territórios, cada vez mais aparecem como espaços de disputa de poder e de regulamentação.

No Rio de Janeiro, como é o caso de algumas comunidades, a exemplo do Rio das Pedras, há um número significativo de imigrantes que são oriundos de outras regiões do Brasil, principalmente daquelas menos desenvolvidas, como Norte e Nordeste.

A partir da pesquisa de campo realizada entre os anos de 2001 e 2004 por Maria Sarah da Silva Telles, podemos notar que, embora habitando barracos de “madeirite”, em local de aterramento precário, realizado, muitas vezes, por eles mesmos, parecem aceitar morar em qualquer local na cidade, em qualquer barraco dentro da favela pois tem a consciência de que as oportunidades são escassas, e que sua situação é marcada pela vulnerabilidade da imigração, como fica claro na passagem a seguir:

Constituindo imigrantes das últimas décadas do século passado, sabiam que eram crescentes as dificuldades para apropriar-se de um espaço disponível nas favelas cariocas. Para eles, obter um barraco, em qualquer lugar daquela favela, era o principal objetivo, para poder ficar na cidade e não ter que

retornar ao lugar de onde emigraram. (DA SILVA TELLES, ANPOCS, 2009, p.2)

A disputa por espaço nesses territórios, independente do tamanho, tem uma motivação bem clara. Os trabalhadores, que ali estão precisam de uma casa para morar, sem uma residência, ainda que em condições péssimas, serão forçados a buscarem vaga em um abrigo público ou até mesmo a voltarem para as cidades onde nasceram.

De algum modo essa competitividade tão intensa por espaço na cidade, acaba levando os moradores das comunidades a naturalizarem não só as condições de falta de salubridade que os cercam, mas também as condições de segurança. Isso porque parecem, como aponta a pesquisa, aceitarem qualquer condição para habitarem a cidade, mesmo que tenham suas residências em locais insalubres e muito apertados ou em situações de risco iminente causada pela disputa de poder no território.

Em vista disso, podemos perceber que aqueles que estão em vulnerabilidade, especificamente os mais pobres, e aqueles imigrantes, estão sujeitos a uma disputa ainda mais intensa pelo espaço. Esse grupo é aquele que geralmente está concentrado nas áreas mais deterioradas das favelas, e geralmente caracterizadas pela ausência do poder público, o que gera um terreno fértil para a disputa por grupos armados de milicianos e de narcotraficantes.

3.4 – A educação entre os muros da cidade

Proponho nesse tópico uma discussão sobre como a escola se relaciona com as consequências da “nova face da pobreza”, que foi tão caracterizada ao longo do presente trabalho. A relação entre escola e favela tem sido objeto de análises de intelectuais de diversas áreas nos últimos anos. Isso porque, a precariedade da escola que é oferecida para a favela, a descontinuidade dos estudos do público residente, e o baixo nível de escolarização desse público aparecem como fenômenos que interessam os estudos sobre o tema.

Podemos constatar, observando dados do IBGE divulgados em 2013, que apenas 1,6% dos moradores de favelas tinham curso superior completo em 2010. Esse quadro aponta para um público que às vezes não conclui nem o ensino básico, e na sua maioria esmagadora, não prolongam seus estudos no nível superior.

As políticas afirmativas, aprovadas no último governo em exercício, que definem cotas raciais⁶ e sociais para o ingresso em universidades públicas funcionaram como um impulso para que esse quadro mudasse. No entanto, não deram conta de alterar o cenário por completo, já que essas medidas só foram capazes de estimular o ingresso daqueles que historicamente, por sua condição de classe ou de raça, estiveram fora do ensino superior por décadas.

Se ligarmos a questão de classe e a questão social à questão urbana, podemos concluir que os mais pobres que estão em maior vulnerabilidade, também são geralmente aqueles que residem em territórios populares. Isso porque nas grandes cidades, como já foi colocado ao longo dessa pesquisa, a pobreza está concentrada em algumas localidades, o que faz com que os mais pobres que já são excluídos da educação continuada, da possibilidade de ingressar um curso de nível superior, também sejam excluídos de outros direitos básicos, como por exemplo, à moradia e ao saneamento básico.

Logo, podemos entender que nas cidades de grande e médio porte no Brasil e em outros países latino-americanos, a questão social está intimamente ligada à questão espacial, e caso se pense mais a fundo, compreende-se que a educação urbana também está atravessada por uma série de questões da cidade, que não pertencem ao setor pedagógico propriamente dito.

Aliás, foi abordada no capítulo dois a dispersão espacial das escolas públicas e privadas, de alta qualidade e de qualidade inferior, pela cidade de Santiago no Chile. Esse quadro na cidade chilena possui divergências em relação ao sistema educacional brasileiro, mas também possui congruências, principalmente no que diz respeito ao público que frequenta as escolas públicas e as privadas, as de periferias, e as centrais.

As grandes cidades, como no caso do Rio de Janeiro, vivem em um impasse entre adotar para a cidade princípios reacionários, violentos e excludentes, ou uma transformação radical no ideal, que até então se tinha, de cidade. (BURGOS e PAIVA, 2007). E a escola, sem dúvida, consiste em uma instituição estratégica para se observar os constrangimentos e possibilidades oferecidas por essa situação.

A escola pública, e todos aqueles indivíduos envolvidos no processo educativo, encaram um enorme desafio estrutural que, segundo Burgos (2009), é o de encarar as

⁶As cotas raciais são ações afirmativas aplicadas em alguns países, como o Brasil, a fim de diminuir as disparidades econômicas, sociais e educacionais entre pessoas de diferentes etnias raciais.

duras consequências produzidas pela relação entre uma ordem urbana excludente e o baixo capital cultural das famílias de seus alunos.

Os professores, em seu cotidiano de trabalho, percebem a condição de grande distância social e psicológica em que estão inseridos, espelham essa distância em relação ao mundo de seus alunos. Essa total falta de aproximação entre seu mundo e o dos alunos, um “nós” e um “eles”, que replica a separação, a segregação urbana, e que acaba por interferir de forma negativa no trabalho desempenhado pela escola.

O que fica evidente é que o desconhecimento do local, o desconhecimento da família e o abismo sociopsicológico entre o mundo da escola e o mundo do aluno, que está inserido na favela produz, nos professores, uma percepção nebulosa da realidade. (BURGOS e PAIVA, 2009)

Segundo Burgos e Paiva (2009), a imagem dominante entre os professores da favela implica duas noções básicas: violência e pobreza. Ambas aparecem como termos interdependentes de uma condição social que é contrária ao tipo de mentalidade reproduzida pela socialização na cultura escolar.

Nas entrevistas realizadas nessa pesquisa, organizada pelos dois autores citados, eles também chama atenção para o que denominam como de efeito-favela nos estudos de caso, uma alusão intencional ao conhecido trabalho de Pierre Bourdieu como “efeitos do lugar”.

Outro ponto importante nos estudos sobre representações sociais da favela é a discussão sobre as especificidades da práxis pedagógica em escolas que atendem a crianças e adolescentes de meios populares. Isso porque os estudos apontam para uma diferença nítida entre as práticas pedagógicas nas escolas que atendem os meios populares e aquelas voltadas para escolas com público mais heterogêneo.

Fica evidente a forma como a exclusão se configura no âmbito escolar na favela como espaço segregado, numa reflexão muito bem construída sobre cidadania, solidariedade e direitos. Nesse sentido, a escola seria um espaço onde se verifica a ausência de condições fundamentais que possam realmente promover um mínimo de igualdade para emancipação efetiva dos cidadãos.

Foi verificado na pesquisa que na percepção de diretores e professores, o ambiente da favela, dominado pela cultura da violência – que apenas diretamente ligado ao tráfico iria de encontro ao projeto escolar. (BURGOS e PAIVA, 2009) E além disso que a “escola e favela se apresentam aqui como dois espaços antagônicos, em

permanente conflito e que diretores, professores e alunos estão no centro desse conflito” (BURGOS e PAIVA, 2009, p.75)

Logo, podemos extrair da pesquisa que na visão predominante educadores entrevistados, o aluno morar na periferia, em território popular, na favela, faz uma diferença essencial que deriva da exposição à cultura da violência e à pobreza, que afetariam diretamente a capacidade de aprendizado dos alunos, sua autoestima e motivação.

As entrevistas selecionadas pelos autores, independente da localidade da cidade, apontam para um discurso de ausência, principalmente da bagagem cultural dos alunos, da falta de participação das famílias no cotidiano escolar, da precariedade das condições de trabalho oferecida pelo sistema público de educação, da violência, dentre outros elementos, são pontos quase unânimes para os profissionais de educação.

Uma das problemáticas acerca da relação entre cidade e educação consiste na tendência homogeneizadora dos profissionais de educação: "menos que uma impressão especular à realidade da favela, essa percepção negativa é, ela própria, uma componente definidora da realidade." (BURGOS, 2009, p. 64).

Nesse sentido, a educação realizada por uma escola que, sem dúvida, está imersa em uma construção de cidade desigual, e que separa os indivíduos ao invés de integrá-los, manifesta os conflitos e as mazelas da metrópole. Por isso, a escola é uma instituição privilegiada para se observar a configuração urbana através de uma lente que permite enxergar os problemas da cidade de perto.

A escolha da escola como ponto central na discussão sobre a cidade ao longo do trabalho se deve por considerar um espaço de extrema importância na análise sobre as novas dinâmicas urbanas. De todo modo, a persistência na escola como unidade de análise ao longo dos capítulos manifesta a minha concepção sobre o quanto ela é interessante de servir para compreensão da cidade.

3.5- Conclusão

A fronteira entre informal e formal, legal e ilegal foram cada vez mais se diluindo nos últimos anos nas cidades brasileiras, a distância entre o trabalhador formal e o trabalhador informal passa a ser muito menor do que era antes, muitas vezes sendo papéis incorporados a um mesmo indivíduo em diferentes períodos de tempo. Quando a

informalidade passa a compor uma grande parte das relações estabelecidas na cidade, o cenário urbano se altera.

De modo geral, a análise dos autores apontou para um desenvolvimento desigual do espaço urbano influenciada pela ideologia da classe dominante, que com uma série de instrumentos de dominação jurídicos, políticos e sociais definem o arranjo socioespacial. Com isso, os indivíduos perdem a condição de acesso à cidade, o direito de ir e vir pelos diversos espaços, pois é possível entender o crescimento exponencial das cidades hoje como sintoma de uma crise sistêmica da acumulação capitalista.

As cidades desde seu nascimento, segundo Harvey (2008), surgiram nos lugares onde existe produção excedente, aquela que vai além das necessidades de subsistência de uma população. Logo, desde seu surgimento, marca um espaço permeado pela economia e pelo mercado. O espaço urbano se tornou apenas mais um mercado na dinâmica capitalista, que por sua vez, encontrou um terreno fértil para produzir mercadorias e ao mesmo tempo, reproduzir a estrutura de classe.

O dinheiro passou a regular as relações sociais até nos espaços onde esse potencial do poder do capital não era tão nítido. Ao lado da lei, e no lugar da solidariedade, gradativamente o dinheiro começa a funcionar como um vetor de regulação das relações sociais, e é a partir dele que são tecidos os entrelaçamentos que formam as redes.

Na configuração atual, sem o dinheiro na mediação dos conflitos, ele se torna muito mais intenso. Ele funciona como uma instância mediadora de conflitos, visto que permite uma série de relações sociais que só se desenvolvem por ter um interesse econômico que circula toda essa teia.

O exemplo do Rio das Pedras, grande favela localizada na zona oeste do Rio de Janeiro foi um que mobilizei para mostrar a transformação do espaço em um terreno onde se gera lucro em um mercado sem regulamentação e sem a devida contribuição fiscal, logo, acaba atraindo um grande número de empresários de fora da comunidade.

Além do largo mercado consumidor, esses territórios contam com uma vasta oferta de força de trabalho, e por isso, existe uma parte da população que reside nessas comunidades e que trabalham no mesmo local em um dos pontos comércio. Também chamou atenção na análise sobre o Rio das Pedras a questão da responsabilidade social, já que a pesquisa apresenta que uma grande parte dos empresários daquela localidade pratica a responsabilidade social, mas que funciona por obrigatoriedade e não por solidariedade.

Ficou clara a atuação da associação de moradores na vida dos indivíduos, isso porque a associação mantém interações com todos os agentes da vida mercantil local e resolve conflitos de pequena gravidade entre os moradores. E sem dúvida, é na mesma medida em que as favelas crescem que as associações de moradores, aumentam seu poder de atuação.

O crescimento vertiginoso de domicílios nessas áreas degradadas da cidade faz emergir novamente a relação entre legal e ilegal, uma vez que o “ilegalismo” aparece como dominante de um direito legal, que é o direito à moradia. A marginalidade dessas construções em relação à fiscalização, liberação, legalização junto ao poder público e as normas estabelecidas por lei, acabam por tornar a posse e o direito de moradia muito vulnerável, já que não possui uma legitimação jurídica e formal. Tampouco há alguma regulamentação do Estado para essas moradias, elas são construídas fora do alcance das “mãos” do Estado.

Em último caso, os moradores daquela região podem ser desapropriados de suas casas ou até mesmo perderem suas residências por conta de uma situação extremamente grave, como o desabamento de um edifício, por exemplo, ou o deslizamento de encostas dependendo, da forma e do local onde foram construídas. O fato do mercado imobiliário ter crescido mais rápido em comunidades onde há o domínio de milicianos, levanta uma questão central: existe uma relação entre a milícia e o mercado imobiliário.

A escola que se insere no modelo de cidade discutido no presente capítulo carrega uma desigualdade em suas práticas pedagógicas muito nítidas. Isso porque a precariedade na escolarização oferecida para a favela, o desestímulo dos professores, a descontinuidade dos estudos do público residente, e o baixo nível de escolarização desse público expõe um cenário muito graves em escolas, que geralmente, se encontram nas periferias ou atende o público desses territórios.

Foi constatado na pesquisa que uma pequena parcela da população de territórios segregados e degradados prolonga sua vida escolar até o nível superior, ainda que as políticas afirmativas, que definem cotas raciais e sociais para o ingresso em universidades públicas tenham funcionado como um estímulo para a alteração desse quadro

Quando pensamos a questão social ligada à questão urbana, percebemos que os mais pobres, também são geralmente aqueles que residem em territórios populares. Isso quer dizer que aqueles que são mais pobres, usualmente também moram nas áreas degradadas que concentram a pobreza, e mais carentes de serviços garantidos pelo Estado.

A educação urbana também está atravessada por uma série de questões da cidade, que por sua vez é marcada por um recorte social, e que não possuem relação com o setor pedagógico. Enquanto as cidades decidirem adotar princípios excludentes, violentos ao invés de uma transformação no ideal de cidade, a educação também estará sempre enfrentando os obstáculos oriundos desse modelo de organização urbana.

O arranjo social urbano faz com que os professores, percebam uma distância muito grande entre o seu capital cultural e aquele trazido pelos. Esse distanciamento entre seu mundo e o dos alunos, cria uma espécie de dicotomia e uma fragmentação que reproduz a separação e afeta de maneira negativa na escolarização das crianças e jovens.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No presente trabalho busquei pensar a respeito do processo educativo nascido em face da configuração socioespacial de grandes metrópoles, sustentando o argumento de que o arranjo espacial, de alguma maneira, parece estar imbricado à forma como se define a educação no espaço urbano.

Iniciei a pesquisa fazendo um recorte histórico sobre o tipo ideal de cidade moderna que foi construída em nosso país, em contraste com a formação urbana europeia que foi impulsionada em grande medida pela industrialização. Foi possível perceber que o processo de urbanização no Brasil não tem as mesmas origens e dinâmicas para seu desenvolvimento que países como a Inglaterra, por exemplo. É claro que o trabalho indica a existência de bairros populares e territórios com escassez de recursos em países desenvolvidos como no caso de cidades de Liverpool e Manchester desde o início do processo de industrialização. Só que o que foi possível concluir é que no Brasil a construção do projeto urbano assumiu um caráter diverso, devido às dinâmicas históricas que apresentei no primeiro capítulo.

No primeiro capítulo tentei discutir a respeito da forma que se deu a urbanização em nosso país, em contraste com países desenvolvidos, principalmente europeus. Como nos mostrou Friederich Engels em seu clássico trabalho sobre a classe operária na Inglaterra, ainda que o processo inglês de modernização do espaço tenha imposto às cidades uma configuração espacial, no mínimo, um pouco semelhante a nossa, já que vimos que nas cidades industriais inglesas haviam bairros populares e bairros nobres, a diferença também é nítida.

A nossa construção de espaço urbano pelo fato de ter sido impulsionada por outros fatores, que não predominantemente o modelo fabril que emergia nas cidades inglesas já em meados do século XIX, acabou também produzindo outras formas de habitação e de organização do espaço urbano. Por isso, dei atenção para a “favela”, entendendo esta última como um fenômeno característico de países com desenvolvimento tardio, e bem típico das cidades brasileiras.

Foi então possível concluir que o tipo de segregação espacial nas grandes cidades brasileiras, em especial no Rio de Janeiro, assumiu outra forma, outras

características e outras dinâmicas diferentes do projeto de cidade urbana e moderna nos países desenvolvidos.

Assim como, foi possível observar que nos territórios populares segregados no Brasil, a atuação do poder público tem um papel muito mais repressivo do que assistencial. Os espaços segregados são estigmatizados pelo senso comum e pelo Estado, e, por isso, são atacados cotidianamente com ações policiais e militares e com argumentos falaciosos apontando para o total caos, desordem e falta de coesão social nesses territórios.

A respeito da escolaridade das crianças e jovens nas metrópoles, a pesquisa indica um cenário onde a formatação de cidade pode comprometer o tipo e a qualidade da escola dos jovens. Os estudos reunidos para dialogar com a questão exibem a distribuição espacial das escolas públicas e privadas, e daquelas de baixo e alto desempenho em território brasileiro e em países vizinhos.

Alguns problemas, em alguns países da América Latina, foram levantados no trabalho, como a localização central das escolas de melhor desempenho, a baixa qualidade de ensino de uma grande parte das escolas públicas e um distanciamento entre a cultura escolar e o “*ethos*” produzido em territórios segregados.

Esses impasses acabam por gerar consequências drásticas no processo de escolarização, porque a inserção de crianças e jovens em localidades periféricas da metrópole impedem que tenham contato com regiões diferentes e indivíduos diversos, o que acaba por maximizar a segregação e o distanciamento social dentro da cidade.

Entendendo que a cidade produz espaços diversos e separados, seja por muros, seja por classe, seja pela distância geográfica, e que a composição social nas escolas geralmente fica limitada à região que se localiza, é possível concluir que os fluxos entre os espaços da cidade se tornam muito limitados e pouco corriqueiros.

Nesse sentido, a cidade não só segrega os indivíduos em residirem apartados, mas impedem a circulação dos indivíduos por uma série de mecanismos, que se manifestam no processo educacional. Os trabalhos mobilizados nessa pesquisa de alguma maneira denunciam a capacidade de promoção do encontro entre os diferentes indivíduos, de diferentes grupos e classes sociais.

Os dados da pesquisa nos fizeram concluir que a ausência de fluxo pelos espaços da cidade compromete a convivência com outros indivíduos e consequentemente o próprio desempenho dos alunos, isso porque eles revelam que crianças que moram em

lares de escassos recursos financeiros e humanos apresentam melhores resultados escolares quando moram em vizinhanças com composição social mais heterogênea.

Isso nos faz entender que a configuração de cidade tem uma relação direta com o processo educativo urbano. As dinâmicas, as mazelas e as condições de organização no espaço urbano implicam no acesso a educação de qualidade e no desempenho escolar dos alunos, gerando grande contradição no próprio ideal e propósito do processo educativo.

Um estudo aprofundado sobre o tipo de habitação conhecida como favela no Brasil ostenta que essa forma de apropriação do espaço urbano nas duas últimas décadas vem se transformando ao longo do tempo e sendo penetrada por novos processos que, no mínimo, alteram, de alguma maneira, a organização do espaço e o comportamento dos indivíduos que ali residem.

A pesquisa apontou para alguns elementos que transformam a maneira dos indivíduos atuarem no território, em destaque para o mercado efervescente que cresce de maneira vertiginosa dentro das comunidades brasileiras. No terceiro capítulo, com base em algumas referências, discuti a respeito do processo que os aglomerados subnormais, ou, favelas, vem experimentando gradativamente, como a exemplo, das relações de mercado, em lugar daquelas relações sociais mais tradicionais que ali dominavam.

A reestruturação produtiva e a conhecida flexibilização das relações de trabalho que se originaram em outros países e que foram importadas pra solo brasileiro explica algumas mudanças no movimento do mercado, seja na busca por emprego, na formalidade ou na produção de bens no cenário contemporâneo.

No entanto, apesar do Brasil possuir inserção nas dinâmicas globais também é importante ressaltar os modos de sua territorialização, em interação com características que lhes são próprias enquanto um país, um povo, um território e uma nação. Portanto não tratamos o território brasileiro neste capítulo destoadado da sua configuração social e sua formação cultural e econômica que fazem do caso brasileiro, particular.

A partir da bibliografia sobre o tema mobilizada, foi possível consideraresses territórios como grandes espaços onde tudo se pode comprar, tomado por alguns autores como “bazar”, exatamente por representar uma grande gama de relações de mercado, entre formais e informais. É enorme o leque de possibilidades de consumo dentro das favelas atualmente, e parece se multiplicar ainda mais, de forma rápida, em diversos setores.

O mercado imobiliário nesses territórios, também manifesta o latente e acelerado crescimento da construção, compra, venda e locação, representando um setor onde as relações mercadológicas se intensificaram. As construções, na maioria das vezes, sem registro de imóvel ou qualquer documento que comprove a posse, comportam um mercado informal que é amparado por instâncias de poder como a associação de moradores e os grupos criminosos.

Antes de haver um poder definido e estabelecido nesses territórios, os indivíduos por livre e particular iniciativa erguiam suas casas, sem algum tipo mais rígido de restrição e limitação. Inclusive, esses espaços da cidade eram marcados justamente pela possibilidade de “invasão”, ou seja, de tomar posse de um terreno e sem quaisquer impedimentos, construir residência.

A partir do momento em que o território é dominado, as formas de ocupação do espaço são circunscritas às relações de poder estabelecidas em comunidade. Desse modo, a organização espacial passa a ser determinada por uma estrutura hierárquica que conforma os indivíduos, limitam as possibilidades de ocupação e cria uma espécie de legislação própria, apartada da lei formal, embasada pela Constituição.

Quando isso ocorre, os direitos dos indivíduos previstos em leis também perdem a sua efetividade e deixam de ser respeitados, maximizando a segregação social, que passa a ser relacionada não somente ao espaço, mas à própria noção de cidadania. Logo, as pesquisas apontaram para uma exclusão da convivência com outros espaços da cidade, como já foi apresentado, assim como para a exclusão de direitos, compondo um cenário de calamidade social.

Com base nos argumentos mobilizados no presente trabalho, foi possível concluir que a organização urbana afeta a escola de maneira negativa, já que o arranjo socioespacial da cidade não é capaz de oferecer condições adequadas ao desempenho escolar equilibrado. Para se chegar a um desenvolvimento equânime das crianças e jovens é necessário que as fronteiras visíveis ou invisíveis entre as mais diversas localidades da cidade sejam quebradas.

Enquanto essas fronteiras definirem a cidade, a exclusão, a qualidade precária, a evasão, a falta de motivação por parte dos professores e dos alunos continuarão existindo, só que concentradas em algumas localidades e em algumas escolas, enquanto em outras é possível se notar uma diferença como mostraram dados da pesquisa.

O grande problema é que esse conjunto de obstáculos que a cidade impõe à educação é marcante em uma grande parte das escolas públicas brasileiras, além disso, a

maioria dos alunos no Brasil frequenta a escola pública, apontando um grave cenário a respeito da educação no espaço urbano.

Nesse sentido, o trabalho apresenta uma concepção crítica do processo educativo na cidade, e, buscou entender quais as mazelas propriamente urbanas que afetam a escola. Além disso, a pesquisa foi capaz de abordar as transformações ocorridas nos últimos anos no cotidiano dos territórios segregados, marginais e degradados, que no Brasil, geralmente, são conhecidos por favelas.

Foi possível concluir que a cidade não somente é capaz de implicar no processo educativo, mas também que as transformações produzidas ao longo do tempo, como a inserção de grupos criminosos (narco traficantes e milícias) em alguns territórios, a penetração de um mercado maior e mais diversificado, a ampliação do poder de atuação da associação de moradores, o enfrentamento por forças militares e a maximização da segregação urbana por uma série de dispositivos, transformam, na mesma medida, a educação.

A pobreza, ou melhor, a camada mais popular da sociedade está em um processo gradativo, assumindo uma nova face, uma nova forma ao passo que a escola segue seu curso, seu objetivo de escolarização das crianças e jovens nas mais diferentes áreas da cidade, atravessada por uma mentalidade cada vez mais construída sobre as novas dinâmicas que foram apresentadas no trabalho.

Portanto, não só os jovens, mas também suas famílias estão estabelecendo outro aspecto de trabalho e de educação, sustentado por uma maneira de se comportar e de ver o mundo, no mínimo diferente daquela predominante ao que se havia antes. Diante disso é preciso que a escola esteja pronta para encarar os novos desafios que as dinâmicas urbanas contemporâneas, a exemplo da violência e da invasão policial, instituem aos alunos inseridos em metrópoles igualmente contemporâneas.

Suponho que a pesquisa não tenha dado conta de algumas questões, que mesmo sem intenção, mas talvez por falta de tempo, tenha deixado uma lacuna em pontos importantes, mas que sem dúvida, servem de reflexão para um trabalho posterior.

Ainda assim, considero que a respeito do objetivo que me tomei como foco de discussão, e o tema que propus debater com base na a bibliografia que selecionei, tenha dado conta do que esperava para a pesquisa. Pressuponho que tenha respondido as hipóteses que sugeri e, certamente, é uma pesquisa que aguça e instiga a minha vontade de mergulhar mais fundo no tema e nas questões levantadas no próprio trabalho.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

ALGEBAILLE, Eveline. **Escola pública e pobreza no Brasil**: a ampliação para menos. Rio de Janeiro: Faperj; Lamparina, 2009.

ALVES, José Cláudio Souza (**Baixada Fluminense**: a violência na construção do poder. Tese de doutorado em sociologia, USP/FFLCH, São Paulo, 1998.

_____. **Milícias**: Mudanças na Economia Política do Crime no Rio de Janeiro. In: Segurança, tráfico e milícia no Rio de Janeiro/organização Justiça Global. Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Böll, 2008, p. 33-36.

BARBOSA, Jorge Luiz; DIAS, Caio Gonçalves. **Solos Culturais** / organizadores: Jorge Luiz Barbosa e Caio Gonçalves Dias ; ilustrações de Paula Santos – Rio de Janeiro : Observatório de Favelas, 2013.

BAUMAN, Zygmunt. **Confiança e Medo na Cidade**. Tradução Eliana Aguiar. – Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed, 2009.

BOURDIEU, Pierre – “*Efeitos do Lugar*”. In: **Pierre Bourdieu (org.) A Miséria do Mundo**. Editora Vozes, Petrópolis, 1997.

BURGOS, Marcelo Baumann. **A utopia da comunidade: Rio das Pedras, uma favela carioca**. Marcelo Baumann Burgos. (Org.) Rio de Janeiro: PUC-RIO: Loyola, 2002.

_____.e PAIVA, Ângela .**A Escola e a Favela**. Rio de Janeiro, Editora PUC-Rio/Pallas, 2009.

CALDEIRA, Teresa P. do Rio. **Cidade de Muros: Crime, Segregação e Cidadania em São Paulo**. São Paulo: Editora 34/Edusp, 2000.

CASTELLS, Manuel. **A Questão Urbana**. [Trad. Arlene Caetano] 4. ed. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 1983.

COSTA, Gracielly C. **Discursos sobre a milícia**: nomes, vozes e imagens em movimento na produção de sentidos. Tese apresentada ao Instituto de Estudos da Linguagem, da Universidade Estadual de Campinas, para obtenção do Título de Doutor em Lingüística. Campinas, São Paulo, 2011.

DAVIS, Mike. **Cidade de quartzo**. Escavando o futuro em Los Angeles. São Paulo, Boitempo, 2009.

_____. **Planeta Favela**. São Paulo: Boitempo, 2006.

DUBET, François. **O que é uma escola justa?** A escola das oportunidades. São Paulo: Cortez, 2008.

DURKHEIM, E. **Educação e Sociologia**. São Paulo: Melhoramentos, 1952.

ENGELS, Friederich. **A Situação da Classe trabalhadora na Inglaterra**. Tradução B. A. Schumann. Supervisão, apresentação e notas José Paulo Neto. Editora Boitempo. São Paulo. 2008.

FELTRAN, Gabriel de Santis. **O Valor dos Pobres**: a aposta no dinheiro como mediação para o conflito social contemporâneo. In: Caderno CRH, Salvador, v.27, n.72, p. 495-512, Set./Dez, 2014.

FLORES, C. Segregação residencial e resultados educacionais na cidade de Santiago do Chile. In: RIBEIRO, L.C.Q.; KAZTMAN, R. (Ed.). **A cidade contra a escola: segregação urbana e desigualdades educacionais em grandes cidades da América Latina**. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2008.

FRANCO, Marielle. (2009) – **UPP a redução da favela a três letras**: uma análise da política de segurança pública do estado do Rio de Janeiro. Dissertação de Mestrado em Ciência Política, UFF.

IBGE/Diretoria de Pesquisas. Coordenação de População e Indicadores Sociais. Gerência de Estudos e Análises da Dinâmica Demográfica e MS/SVS/CGIAE - **Sistema de Informações sobre Mortalidade - SIM**. O número de homicídios na UF de residência foi obtido pela soma das seguintes CIDs 10: X85-Y09 e Y35-Y36, ou seja: óbitos causados por agressão mais intervenção legal. Elaboração Diest/Ipea e FBSP).

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA; Fórum Brasileiro de Segurança Pública (Org.). **Atlas da violência 2019**. Brasília; Rio de Janeiro; São Paulo: IPEA; FBSP, 2019.

HARVEY, D. **A justiça social e a cidade**. São Paulo: Hucitec, 1980.

_____. **A Produção Capitalista do Espaço**. São Paulo :Annablume, 2005

KAZTMAN, R. **Segregacion residencial y desigualdades sociales en Montevideo**. Montevideo: CEPAL, 1999.

_____.e RETAMOSO, A. **Segregación Residencial, Empleo y Pobreza en Montevideo**, Revista de la CEPAL, Nº 85, Santiago de Chile, Abril 2005.

LEFEBVRE, Henry. **Direito à Cidade**. São Paulo: Centauro, 2006.

LOJKINE, J. **O Estado Capitalista e a Questão Urbana**. São Paulo: Martins Fontes, 1981.

LÓPEZ, Néstor. **Equidad Educativa y Desigualdad Social**. Desafíos a La Educación em El NuevoEscenarioLatinoamericano. Buenos Aires, IIPE/UNESCO, 2005.

MOIGNARD, Benjamin. **L'École et La Rue**: Fabriques de Délinquance. Paris, PUF, 2008.

OKARA: **Geografia em debate**, v. 10, n. 3, p. 669-671, 2016

PASTERNAK, S. e D'OTTAVIANO, C. **População favelada no Brasil e no município de São Paulo**: as mudanças apontadas pelo Censo de 2010. In: XIX ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS. Anais. Belo Horizonte, Abep, v. 1, pp. 1-21. Favelas no Brasil e em São Paulo: avanços nas análises a partir da Leitura Territorial do Censo de 2010. In: Cad. Metrop., São Paulo, v. 18, n. 35, pp. 75-99, abr 2016.

PEREGRINO, Monica D. **Trajetórias desiguais** : um estudo sobre os processos de escolarização pública de jovens pobres / Mônica Peregrino. – Rio de Janeiro :Garamond, 2010.

REZENDE DE CARVALHO, Maria Alice. Violência no Rio de Janeiro: uma reflexão política”. In: C.. Alberto Messeder Pereira; Elizabeth Rondelli; Karl Erik Schollhammer; &MicaelHerschmann (orgs), **Linguagens da Violência**, Rio de Janeiro, Rocco, 2000.

RIBEIRO, L.C.Q. et al. (Org.).**Desigualdades urbanas, desigualdades escolares**. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2010.

_____ & KOSKLINK, M.C. (2009).**Fronteiras Urbanas e Oportunidades Educacionais: o caso do Rio de Janeiro**. Trabalho apresentado na 33ª Reunião Anual da ANPOCS, Caxambu-MG, Outubro, 2009.

_____ & KAZTMAN, R. (Ed.). **A cidade contra a escola**: segregação urbana e desigualdades educacionais em grandes cidades da América Latina. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2008.

SANTOS, M.; SILVEIRA, M. L. **O Brasil**: território e sociedade no início do século XXI. Rio de Janeiro: Record, 2001.

SOARES, Beatriz R. **Repensando as cidades médias brasileiras no contexto da globalização**. Formação, Presidente Prudente, n.6, p.55-66, 1999.

TELLES, Sarah da Silva (2008). **Viver na Pobreza: experiência e representações de moradores de uma favela carioca**. Tese de Doutorado em Sociologia, IUPERJ, 2008.

TELLES, Vera S. **Legalismos urbanos e a cidade**. Novos Estudos, no 84, pp.152-173, 2009.

_____ e ;HIRATA, Daniel. (2007), **Cidade e práticas urbanas: Nas fronteiras incertas entre o ilegal, o informal e o ilícito**. Revista de Estudos Avançados da USP, Vol. 21, no 61.

TOURAINÉ, Alain. **Poderemos Viver Juntos? Iguais e Diferentes**. Vozes, Petrópolis, 2003.

VALLADARES, Licia. **A Invenção da favela: do mito de origem à favela**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2005.